

JULIANA FREITAS SALOMÃO

O OUTRO LADO DO DESENVOLVIMENTO:

**o bairro São Benedito (Vitória/ES) e os impactos urbanos da
agroindústria de celulose**

**CCJE/IPPUR
2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JULIANA FREITAS SALOMÃO

O OUTRO LADO DO DESENVOLVIMENTO:

**o bairro São Benedito (Vitória/ES) e os impactos urbanos da
agroindústria de celulose**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Henri Acselrad
Doutor em Economia / Universidade de Paris I

Rio de Janeiro
2006

S173o Salomão, Juliana Freitas.

O outro lado do desenvolvimento : o bairro São Benedito (Vitória/ES) e os impactos urbanos da agroindústria da celulose / Juliana Freitas Salomão. – 2006.

130 f. : il. color., mapas ; 30 cm.

Orientador: Henri Acseirad.

Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

Bibliografia: f. 111-118.

1. Quilombos. 2. Migração rural – urbana. 3. Urbanização. – Dissertação. I. Acseirad, Henri. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. III. Título.

CDD: 711.4098152

JULIANA FREITAS SALOMÃO

O OUTRO LADO DO DESENVOLVIMENTO:

o bairro São Benedito (Vitória/ES) e os impactos urbanos da agroindústria de celulose

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado por:

Prof. Dr. Henri Acselrad – Orientador
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Prof. Dr. Frederico Guilherme Bandeira de Araújo
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Prof. Dra. Selene de Souza C. H. dos Santos
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Mário Hélio Trindade de Lima
Universidade Federal do Espírito Santo

AGRADECIMENTOS

À Deus, que tornou possível a realização deste trabalho.

À todos do São Benedito – a quem dedico este trabalho - que sempre me receberam tão bem, em todas as ocasiões, e compartilharam suas vidas comigo.

À minha família, João, Rachel, Mariana, Martinho, Mel, Maria Quitéria, minha avó Frieda, pelo apoio incondicional em todas as horas.

Ao meu orientador, o professor Henri Acselrad, pelo convívio intelectual que em muito contribuiu para o amadurecimento de idéias, em todo um universo de análises reflexivas e críticas.

Aos professores - em especial ao professor Frederico Araújo – e funcionários do IPPUR/UFRJ, pelo apoio e convivência, sempre bem-humorada e carinhosa, nos anos de Rio de Janeiro.

À CAPES, pelo financiamento da pesquisa, durante os dois anos de mestrado.

Ao Jefferson C. Gonçalves, que me apresentou aos moradores do São Benedito, facilitando um contato há muito esperado por mim.

Ao Marcelo Calazans, a quem devo o pontapé inicial deste trabalho, a Geise e todos da FASE/ES, pela solicitude e apoio;

À Simone, Bia, Cláudio, Gabriel e todos os amigos do mestrado, companheiros para as horas de estudo, horas de sufoco e horas de lazer, sempre.

À Joana, Larissa, Ellen e todos os amigos que me suportaram neste período maluco, aceitando (e compreendendo!) minhas ausências, faltas de última hora e estresses, no geral.

E a todos que de alguma forma contribuíram para tornar realidade este trabalho...

Mudos

Muitos são os anéis que seus aniversários desenharam em seu tronco. Estas árvores, estes gigantes cheios de anos, levam séculos cravados no fundo da terra, e não podem fugir. Indefesos diante das serras elétricas, rangem e caem. Em cada derrubada o mundo vem abaixo; e a passarada fica sem casa.

Morrem assassinados os velhos estorvos. Em seu lugar, crescem os jovens rentáveis. Os bosques nativos abrem espaço para os bosques artificiais.

A ordem, a ordem militar, a ordem industrial, triunfa sobre o caos natural. Parecem soldados em fila, os pinheiros e eucaliptos de exportação que marcham rumo ao mercado internacional.

Fast food, fast wood: os bosques artificiais crescem num instante e vendem-se num piscar de olhos. Fontes de divisas, exemplos de desenvolvimento, símbolos de progresso, esses criadouros de madeira ressecam a terra e arruinam os solos.

Neles, os pássaros não cantam.

As pessoas os chamam de bosques do silêncio.

(Eduardo Galeano)

RESUMO

Este trabalho se insere numa discussão sobre os modelos de desenvolvimento estimulados pelo Governo Brasileiro e, mais especificamente, pelo Governo do Espírito Santo a partir da segunda metade do século XX. Procura-se aqui identificar correlações entre a expansão das fronteiras da modernização no campo e o crescimento das periferias nas cidades procurando, através de um pequeno recorte deste contexto, dar visibilidade à ótica de indivíduos que foram deslocados espacialmente pela dinâmica da modernização. Para tanto, tomou-se como foco de observação o bairro São Benedito, situado em Vitória, capital do estado, e sua ocupação por um grupo de indivíduos provenientes de comunidades remanescentes de quilombos, localizadas na região Norte do estado, que vieram para Vitória após a introdução da lógica capitalista que se estendeu pelo território capixaba, com a implantação da agroindústria de celulose e das plantações de eucalipto. A partir das histórias de vida destes indivíduos, tentou-se compreender elementos do modo como o modelo de desenvolvimento adotado repercutiu tanto sobre comunidades quilombolas como também sobre a cidade de Vitória, à luz da dinâmica populacional e da urbanização da Grande Vitória.

Palavras-Chaves: Desenvolvimento, Produção de Celulose, Comunidades Remanescentes de Quilombos, Migrações.

ABSTRACT

This work is inserted in a discussion about the models of development adopted by the Brazilian Government, in a general way, and more specifically, by the Government of the Espírito Santo, from the second half of 20^o century. It search for some correlations between the expansion of the agricultural modernization and the growth of urban outskirts of Vitoria, the capital of Espírito Santo state. The intention is to illustrate a small part of this context, giving visibility to another side of this development, seen by the eyes of individuals that had been displaced by the dynamics of the modernization. São Benedito neighborhood, a slum of Vitória is the empirical base of the dissertation, as it is occupied by a group of individuals coming from remaining communities of quilombos - located in the North region of Espírito Santo – arrived to Vitória after the introduction of a capitalist logic motivated by the establishment of the pulp and paper industry and its eucalyptus plantation. Based on their live reports, its discussed some elements of how this development model has reflected on the “quilombolas” communities and, also, on the state as a whole, considering the demographic dynamics and the Grande Vitória urbanization.

Key-Words: Development, Pulp and Paper Industry, Remaining Communities of Quilombos, Migrations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

		PG.
Figura 01	Região metropolitana da Grande Vitória	21
Figura 02	Vitória	21
Figura 03	Inserção da Poligonal 01 em Vitória	22
Figura 04	Poligonal 01 – São Benedito	22
Figura 05	Vista geral do bairro São Benedito	26
Figura 06	Estado do Espírito Santo	32
Figura 07	Localização da Região Norte	32

LISTA DE TABELAS

		PG.
Tabela 01	Melhores e piores bairros de Vitória / 1991-2000	26
Tabela 02	Uso da terra em Conceição da Barra e São Mateus – área (ha) / 1960 - 1996	66
Tabela 03	Atividades econômicas rurais em Conceição da Barra e São Mateus / 1980	73
Tabela 04	Evolução demográfica no Espírito Santo e da RMGV / 1940 - 1980	78
Tabela 05	Distribuição dos migrantes nas unidades urbanas da RMGV / 1970 - 1980	79
Tabela 06	População carente da RMGV / 1980	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALES: Assembléia Legislativa do Espírito Santo

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD: Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CESAN: Companhia Espírito Santense de Saneamento

CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito

CST: Companhia Siderúrgica de Tubarão

CVRD: Companhia Vale do Rio Doce

EUA: Estados Unidos da América

FASE: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

IBC: Instituto Brasileiro do Café

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPES: Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

MC: Ministério da Cultura

MMA: Ministério do Meio Ambiente

PMV: Prefeitura Municipal de Vitória

RMGV: Região Metropolitana da Grande Vitória

SECRI: Serviço de Engajamento Comunitário Cristão

ONU: Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 APRESENTANDO O SÃO BENEDITO	21
3 COMO ERA A VIDA ANTES	31
3.1 ANÁLISE DA REGIÃO NORTE DO ESTADO ATÉ A CHEGADA DA ARACRUZ CELULOSE	31
3.1.1 O Desenvolvimento Econômico Local	32
3.1.2 Os Povos Invisíveis: Comunidades Remanescentes de Quilombos	35
4 E TUDO MUDOU TANTO!	47
4.1 MOTIVOS PARA INVESTIR NA PRODUÇÃO DE CELULOSE	47
4.1.1 Mudanças na Política de Industrialização Brasileira	51
4.1.2 A Implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo	53
4.2 A OCUPAÇÃO DAS TERRAS	55
4.3 E SUAS CONSEQÜÊNCIAS	64
5 UM NOVO LUGAR PARA VIVER	70
5.1 A NOVA DINÂMICA POPULACIONAL CAPIXABA	70
5.2 DESTINO FINAL: VITÓRIA	79
6 LÁ E AQUI: O QUE ESTÁ POR TRÁS DE TUDO	93
6.1 A DICOTOMIA RURAL / URBANO	93
6.1.1 Resgate Histórico	93
6.1.2 Teorias sobre a Relação Urbano/Rural	96
6.2 INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	98
6.3 O FIM DO “DESENVOLVIMENTISMO” E UM NOVO RURAL	104
7 CONCLUSÃO	108
REFERÊNCIAS	111
APÊNDICE	119

1 INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XX pode ser considerada a “era do desenvolvimento”, a partir do discurso inaugural do presidente americano Harry S. Truman, em 1949: ao chamar grande parte do mundo de “subdesenvolvidos”, ele não apenas mudou o significado que a palavra desenvolvimento tinha desde então, como impôs uma nova visão de mundo que tomou conta de praticamente todos os setores da sociedade ocidental, definindo novos valores e condutas, e uma nova percepção sobre si mesmo e o Outro. Sob a lógica desenvolvimentista, o homem estava destinado ao progresso e seu objetivo principal é o crescimento ilimitado das forças produtivas. A partir desta ideologia, o modo industrial de produção, uma entre as muitas formas da vida social, se converteu no único e correto caminho da evolução social e todos que não se enquadravam neste perfil eram considerados atrasados e pobres – em um contexto de pobreza que abarcava todas as diferentes formas de vida não reguladas pela economia.

Desde então, todos aqueles chamados de subdesenvolvidos deixaram de ser o que eram e passaram a se ver através dos olhos das nações hegemônicas, num olhar que depreciava toda a sua diversidade cultural, reduzindo-a a esfera econômica. E, independentemente do que eram e foram, as nações periféricas aceitaram o desenvolvimento como sua principal aspiração, buscando escapar da indigna condição de subdesenvolvimento.

É a partir deste contexto que se construiu no território brasileiro, como em tantos outros, a teia argumentativa que legitimava a intervenção maciça do Estado na economia, o *boom* da industrialização sem medida, a necessidade de “desenvolver” o campo e as atividades agrícolas e a urbanização decorrente de todo este processo, com todas as suas conseqüências.

No Espírito Santo, a economia apoiava-se, desde final do século XIX, na monocultura do café, responsável tanto pela integração entre o estado e o mercado nacional quanto pela quase totalidade de recursos que mantinha o aparelho governamental, o comércio e a nascente indústria do estado. Assim, a política de desestabilização da cultura cafeeira, adotada na década de 60 pelo Governo

Federal, teve uma imensa repercussão em todos os setores capixabas. Houve uma redução imediata da renda interna e a erradicação acarretou o desemprego de cerca de 60 mil trabalhadores diretos. (MOTTA, 1982)

Em uma estratégia que visava romper com a dependência da economia cafeeira e com a estagnação econômica em que se encontrava o estado, foi elaborado pelo Governo estadual, a partir dos anos 70, o plano dos Grandes Projetos Industriais, sob a égide da política nacional voltada para a exportação. Viabilizados pela conjugação do capital estrangeiro com o capital estatal, foram implantados três complexos industriais: o siderúrgico, o pára - químico e o portuário (DALCOMUNI, 1990).

A implantação da empresa Aracruz Celulose também fez parte de tal estratégia. E, apesar da indústria só ser implantada no final da década de 60, desde os chamados Planos de Desenvolvimento já se encontravam incentivos para favorecer a implantação da indústria de celulose no país: se até a década de 1950 o Governo Brasileiro oferecia subsídios para a importação da polpa de celulose, a partir da ditadura militar foram estabelecidas sucessivas políticas florestais para promover as companhias de grande escala.

A empresa iniciou as suas atividades no município de Aracruz, na segunda metade dos anos 60, adquirindo terras indígenas, terras devolutas pertencentes ao Estado e, ainda, reservas florestais partes da Mata Atlântica, para o plantio de eucalipto. Já nos anos 70, a empresa expandiu-se na direção norte, sobre territórios de comunidades negras rurais – remanescentes de quilombos – e terras de pequenos agricultores (FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL - FASE, 2002).

O impacto sócio-espacial da expansão da monocultura é apontado por diversos segmentos sociais afetados como amplo e negativo. A implantação da empresa e a ocupação do território estadual pelas plantações de eucalipto provocaram significativas alterações no ecossistema, nos municípios localizados na região, na economia regional e nas relações sociais e culturais das populações afetadas (MOTTA, 1982; FERREIRA, 2002).

A primeira grande transformação foi a derrubada da Mata Atlântica, substituída pela monocultura de eucalipto, a partir da década de 70, modificando drasticamente o modo de vida de tal população. Com isso, as comunidades tradicionais perderam a base de sua subsistência, uma vez que a floresta oferecia tanto a carne da caça, frutas e ervas medicinais, quanto os recursos necessários para a fabricação de utensílios domésticos e artesanatos, cuja venda complementava a renda das famílias. Além disso, o referencial simbólico também ficou comprometido, dada a estreita ligação entre a cultura e o território.

Outro motivo de degradação para tais comunidades foi a luta pela posse da terra. O plantio de eucalipto para fins industriais exige uma grande extensão de terra. Com o aval do Estado, a empresa passou a ocupar terras consideradas pelo poder público como espaços vazios: as comunidades negras e indígenas eram “invisíveis”, consideradas de menor importância frente ao progresso que a empresa traria à região (FASE, 2002). Desta maneira, certos segmentos da população residente na área de implantação da monocultura teriam sido deslocados pela dinâmica expansiva da empresa: cidades próximas e mesmo municípios da região metropolitana de Vitória teriam recebido grupos originários de áreas de ocupação tradicional que foram incorporadas à produção de eucaliptos pela Aracruz.

No entanto, a empresa argumenta que a expansão do eucalipto traz renda e emprego para localidades em que a monocultura se implanta e que os impactos localizados seriam positivos para a economia local e, conseqüentemente, para os municípios que se beneficiariam dos recursos que nele circulam. Em sua retórica específica, não haveria prejuízo para outras atividades desenvolvidas na região, pois apenas áreas degradadas seriam ocupadas pela empresa. Deste modo, o alcance sócio-espacial das plantações é localizado e positivo, enquanto o alcance econômico é mais amplo, favorecendo as receitas do próprio estado como um todo, o que justificaria a implantação de tal empreendimento no território capixaba.

A estratégia utilizada para a sua validação é, freqüentemente, associar os interesses particulares do grupo social hegemônico a noções de cunho universal, visando o “bem comum”. Apesar de serem construções históricas, uma representação já

cristalizada no imaginário social tende a ser imposta como legítima, condicionando todo um conjunto de ações que reproduzem a sua ideologia.

Neste debate, buscamos apresentar aspectos do outro lado desta história, que diz respeito não só à Aracruz Celulose, mas também ao modelo de desenvolvimento adotado no Espírito Santo, como um todo: uma história não-oficial, constituída de perdas e exclusão que, quando é contada nos jornais, aparece como “desconectada” do contexto geral, como se existisse por si e em si.

Procuramos observar o recorte específico das trajetórias de indivíduos das comunidades quilombolas localizadas entre os municípios de Conceição da Barra e São Mateus, tomando por base a narrativa de integrantes destas comunidades que partiram de seu local de origem e foram se estabelecer no São Benedito, bairro carente de Vitória, capital do estado.

Destacamos, ainda, que os limites deste trabalho não possibilitam a generalização deste pequeno recorte em um contexto maior, pois objetivamos, aqui, apenas ilustrar a abrangência dos impactos provenientes da industrialização e modernização do campo no Espírito Santo. A partir dos depoimentos dos moradores do São Benedito que vieram do Norte – de onde vieram, como viviam lá, porque saíram, porque vieram se alojar em Vitória, quando vieram, como vivem aqui - conjugados com a análise bibliográfica, buscamos:

- Entender quais foram as modificações geradas pela instalação da empresa Aracruz Celulose na região: como era a vida antes e o que mudou no modo de vida destes indivíduos.
- Apresentar o processo de expropriação das terras das comunidades quilombolas, a partir da instalação da empresa.
- Analisar o movimento de desestruturação e reorganização do espaço rural – com a marginalização da pequena atividade agrícola e a concentração fundiária – e dos conseqüentes processos migratórios: o que fizeram após a perda das terras?
- Investigar as conseqüências dos processos migratórios motivados pela monocultura de eucalipto para os núcleos urbanos, em especial para a Grande Vitória, buscando refletir sobre a formação de periferias urbanas;

- Compreender as alterações efetuadas nas condições de vida e de trabalho dos grupos sociais impactados, ou seja, com a mudança, quais práticas cotidianas, econômicas, sociais e simbólicas são mantidas e quais são abandonadas.

Para coleta e análise das informações necessárias, foram utilizadas as seguintes fontes de evidência:

- Revisão bibliográfica e leitura crítica acerca dos debates centrais contidos no tema de pesquisa sobre as relações cidade/campo, as conseqüências do processo de modernização do campo e desenvolvimentismo;
- Leitura crítica do material já produzido sobre o debate específico – a implantação da monocultura de eucalipto e o conseqüente conflito com as populações locais – seja acerca do Espírito Santo, seja em relação a outros lugares onde um conflito similar esteja presente;
- Identificação dos atores, seus interesses e recursos que controlam;
- Entrevistas com o grupo de atores do processo e observação direta ligada à entrevista.

De cunho qualitativo, a metodologia de pesquisa foi baseada, majoritariamente, nas histórias de vida dos agentes sociais que vivenciaram, em seu contexto cotidiano, as conseqüências da implantação da empresa. Deste modo, grande parte do trabalho se baseia em histórias orais, nos relatos de vida da população com quem realizamos a pesquisa. Trabalhamos junto aos moradores do bairro São Benedito que se caracterizam por serem migrantes ou filhos de migrantes das comunidades quilombolas do Norte do Espírito Santo e que, de uma forma ou de outra, partiram de suas terras e vieram se alojar na capital.

Priorizamos os relatos dos moradores mais idosos, que saíram do Norte já adultos, mas conversamos também com seus filhos e netos, a fim de termos outras perspectivas sobre o assunto. Embora curta, a experiência de campo permitiu a observação cotidiana dos moradores do São Benedito, com o estabelecimento de uma relação mais próxima. Foram realizadas entrevistas abertas e semi-estruturadas, bem como muitas conversas informais que ocorriam ora na casa de

um, ora junto a pequenos grupos. Abaixo listamos algumas características das entrevistas realizadas:

- Interlocutores: Conversamos com indivíduos negros, de ambos os sexos, moradores do bairro São Benedito e que tenham vindo – eles ou suas famílias – das comunidades negras rurais do Norte do Espírito Santo. Entrevistamos formalmente – com o uso do gravador – 9 indivíduos. Destes, 4 com idade variando entre 65 a 90 anos, que já eram adultos no Norte quando as agroindústrias chegaram na região, sendo que 3 vieram para o São Benedito já no fim da década de 70 e 1 veio durante a década de 90; 4 com idade variando entre 45 a 55 anos, que eram adolescentes na época que perderam as terras; e 1 moça de 19 anos, filha de migrantes mas nascida no bairro São Benedito. Além disso, foram realizadas várias conversas informais, em diferentes ocasiões, com um número maior de pessoas, o que permitiu um melhor embasamento das narrativas comuns contadas pelos indivíduos.
- Objetivos das entrevistas: tentar entender quais mudanças ocorreram na vida destes indivíduos a partir da implantação das empresas de celulose, em especial da Aracruz Celulose, na região Norte, tendo os seguintes itens como linhas de estruturação das conversas:
 - 1) Saber como era a vida antes da implantação da empresa.
 - 2) O que mudou com a empresa. Quais foram as reações frente aos impactos negativos provenientes das plantações de eucalipto.
 - 3) Trabalho: quais as mudanças efetuadas nas relações de trabalho, na vinda para a cidade. Em que trabalhava antes, quais as características relevantes, período e como via o trabalho. Em que trabalhou (trabalha) agora, quais as características relevantes, por qual período e como via (vê) seu trabalho.
 - 4) Terra: Como morava antes, a quem pertencia a terra, como era a moradia, com quem morava. Na cidade, onde foi morar, porque residir no bairro São Benedito, de quem é o terreno, como foi construída a casa (se por mutirão, se comprou assim). Porque teve que sair de suas terras.
 - 5) Modo de vida: Como era a vida antes, considerando relações de parentesco, de amizades, festas, religiosidade (se ia à Igreja, qual Igreja, etc). Como é a vida na cidade: as relações com os outros, os hábitos e tradições mantidos e revogados. Com quem se identifica.

Apresentamos uma das entrevistas produzidas, como apêndice deste trabalho, a fim de exemplificar como tais conversas foram realizadas.

Após a realização das entrevistas – formais e informais – os depoimentos foram agrupados segundo uma periodização cronológica – de acordo com a ordem que sucederam os acontecimentos - para uma posterior análise comparativa entre os mesmos. Através de relatos dos indivíduos sobre sua existência, tentando reconstruir os acontecimentos que vivenciaram e as experiências que adquiriram, transforma-se o passado em um importante elemento deste trabalho: ele figura presente nas narrativas, nas classificações feitas pelos indivíduos, é clamado para justificar seu direito à terra perdida e para explicar a motivação de suas escolhas e ações, bem como para legitimar práticas sociais. Com isso, procuramos apreender não uma história única – onde todos os relatos supostamente convergiriam em suas interpretações sobre o que aconteceu – mas um passado compartilhado, através dos elementos comuns nas narrativas.

Em relação à estruturação do presente trabalho, a proposta foi planejada da seguinte maneira:

- No capítulo 1, conheceremos o bairro São Benedito e os indivíduos que saíram das comunidades quilombolas do Norte do estado para ali viver;
- No capítulo 2, teremos a contextualização da região Norte do Espírito Santo antes da implantação da agroindústria de eucalipto, caracterizando a economia local e a população residente, em especial, as comunidades tradicionais que ali viviam. Problematizaremos, também, a categoria “quilombola”;
- No capítulo 3, veremos a implantação da empresa Aracruz Celulose no estado e o processo de apropriação das terras habitadas pelas comunidades tradicionais pela monocultura de eucalipto, com a análise das conseqüências sócio-espaciais;
- No capítulo 4, teceremos algumas considerações sobre o processo de desenvolvimento capixaba, com a modernização do campo, a conseqüente dinâmica migratória e a industrialização urbana. Aqui, analisaremos o processo de formação da cidade e de suas periferias, tendo como objeto

específico o bairro São Benedito, o assentamento para onde vieram alguns grupos de quilombolas do Norte, após a perda de suas terras;

- Por fim, no capítulo 5, apresentaremos um suporte teórico que possa posicionar e esclarecer algumas idéias que motivaram as transformações ocorridas na economia e no território capixaba nas últimas décadas, a fim de situarmos os processos estudados nos capítulos anteriores em um contexto maior.

2 APRESENTANDO O SÃO BENEDITO

Neste capítulo, iremos apresentar o nosso objeto de estudo: o bairro São Benedito e um grupo de indivíduos que ali vive, mas que veio do Norte do estado, das comunidades quilombolas localizadas entre São Mateus e Conceição da Barra. Para tanto, analisaremos o contexto sócio-espacial no qual o bairro se insere, a sua caracterização urbana atual e apresentaremos os indivíduos com quem conversamos.

Vitória, capital do Espírito Santo, é uma cidade de origem colonial fundada há 448 anos. Possui área territorial de 93,38 Km² e divide-se em uma parte insular – principal área de ocupação da cidade até meados da década de 70 – e uma porção continental, ao norte da ilha. Possui configuração geográfica de relevos bastante proeminentes - com maciços graníticos de acentuada declividade, principalmente na parte central da ilha - e de regiões baixas permeadas pelo manguezal, além de muitas áreas aterradas. O município é dividido administrativamente em 79 bairros e, no ano de 2005, contava com uma população total estimada em 313.312 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2006).

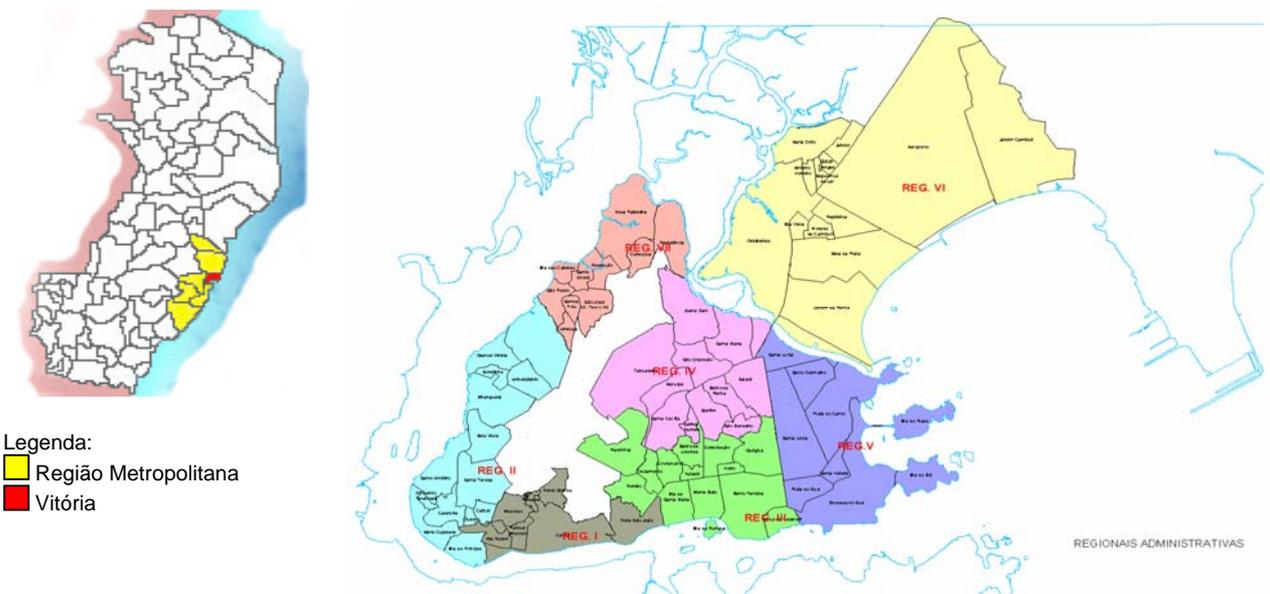


Figura 01: Região Metropolitana de Vitória

Fonte: INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES - IPES (2006)

Figura 02: Vitória

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA - PMV (1999)

O bairro São Benedito faz parte da Poligonal I¹, composta por 7 bairros que ocupam as encostas e as bases do Morro Grande e Gurigica: Jaburu, Bonfim, Penha, Itararé, Engenharia, Consolação e São Benedito, que localiza-se no alto do morro. É um dos bairros mais recentes da Poligonal; o início de sua ocupação data dos anos 60, com a chegada de migrantes do sul da Bahia e do norte de Minas Gerais. Já nos anos 70, o bairro recebeu muitos migrantes vindos do interior do estado que eram, em sua maioria, trabalhadores rurais expulsos do campo, que vinham para Vitória em busca de melhores condições de vida.

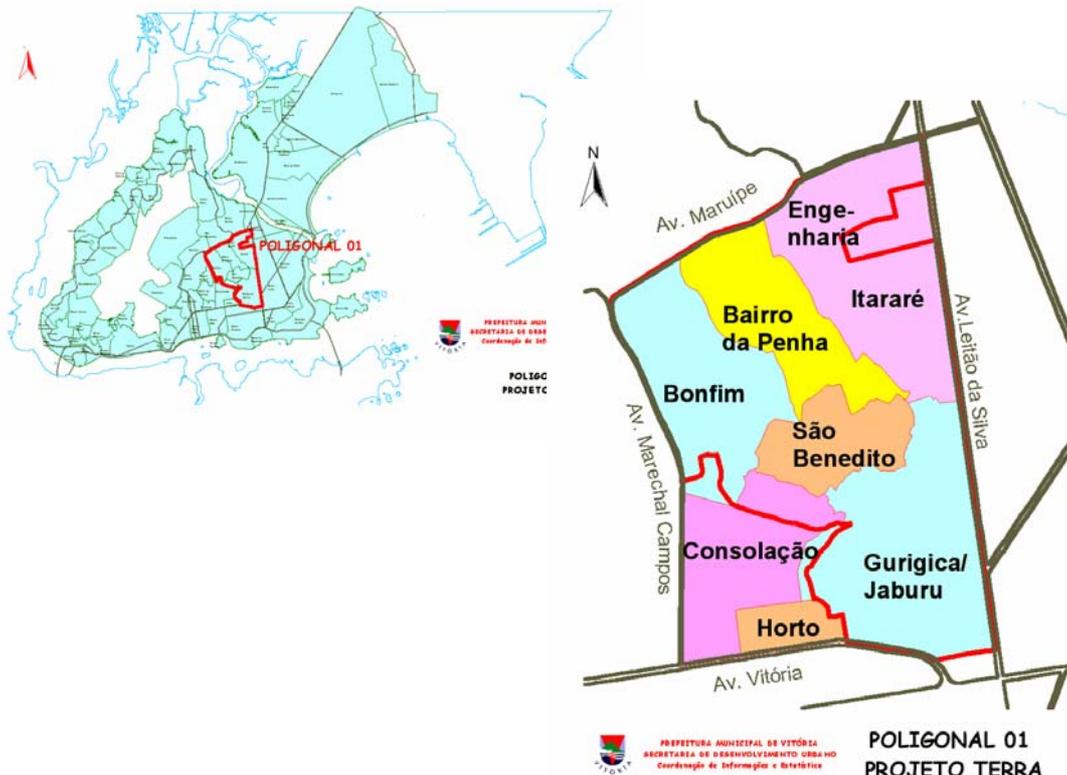


Figura 03: Inserção da Poligonal 01 em Vitória
Fonte: PMV (1999)

Figura 04: Poligonal 01 – São Benedito
Fonte: PMV (1999)

Pode-se dizer que muitos caminhos levam ao São Benedito, uma vez que o Morro Grande está localizado em um ponto central na malha urbana, delimitado por quatro das principais vias da cidade: a Avenida Nossa Senhora da Penha – popularmente conhecida como Reta da Penha - a avenida Maruípe, a avenida Vitória e a avenida

¹ A PMV agrupou 36 comunidades carentes de Vitória em 15 poligonais, zonas de planejamento para a implementação do Projeto Terra.

Leitão da Silva, importantes vias de escoamento e interligação em Vitória. É possível chegar ao bairro São Benedito a partir de qualquer uma das vias, passando por diferentes bairros do Morro Grande, chegando por ladeiras, escadarias e ruelas. Para nossa primeira visita, escolhemos o caminho que faz parte do itinerário da linha de ônibus que serve o bairro.

Para chegar lá, iniciamos nossa viagem pela Reta da Penha e entramos em direção ao bairro Itararé, onde fomos recepcionados pela feira livre, que acontece semanalmente, em frente à quadra de esportes. A feira é um dos programas preferidos dos moradores mais velhos, com quem conversamos, sendo considerada como um espaço de lazer, ponto de encontro de velhos conhecidos, lugar para experimentar diferentes iguarias culinárias e relaxar. E, principalmente, gostam da feira livre porque lhes recordam as feiras que ocorriam em Conceição da Barra e São Mateus, quando iam vender seus produtos e podiam encontrar todos os conhecidos, compadres e vizinhos.

Neste caminho, para se chegar ao São Benedito, é necessário passar por outros bairros do Morro Grande, como Consolação e Bairro da Penha. Seguindo em frente, subindo e subindo cada vez mais, virando à esquerda, virando à direita, passando por ladeiras quase verticais e curvas tortuosas, podemos ter uma vista geral da região: as vias por onde passamos são as principais, as únicas com capacidade para passar grandes veículos, que concentram o tráfego maior de automóveis e pedestres, visto que as calçadas são praticamente inexistentes. São, também, onde se localizam a maior parte dos pontos comerciais destes bairros e os equipamentos comunitários mais expressivos.

A configuração urbana da região torna os bairros muito parecidos, todos com as mesmas tipologias arquitetônicas - casas de um ou dois pavimentos, muitas ainda no tijolo, e com alguns pontos comerciais no térreo - e estrutura viária composta por algumas vias maiores, muitos becos e escadarias, que concentram a maior parte das movimentações nos bairros.

Chegamos ao São Benedito ao entrar na Rua Canavial. Subindo um pouco mais, em seguida vem a pracinha do bairro. Arborizada e dotada de algum mobiliário urbano,

como bancos e mesinhas para jogos, a praça parece ser um local calmo. Durante a semana, em todas as vezes que estivemos no bairro, não vimos maiores movimentações por lá; muita, muita gente nas ruas, principalmente crianças, andando, brincando e pulando, mas a praça continuava tranqüila. Nos fins de semana, entretanto, já é possível perceber algumas diferenças, com pessoas conversando nos bancos depois da missa e quando tem jogo de futebol na televisão. A praça é um dos poucos pontos de lazer do bairro, um dos únicos criados para este determinado fim. De modo geral, como em tantos outros bairros pobres, as pessoas improvisam, fazendo de descampados, áreas livres e ruas mais largas locais de lazer.

Ela é cortada pela Rua Tenente Setúbal, principal via de acesso ao bairro, a única que permite passar um caminhão, por exemplo. Serve de escoamento tanto para coleta de lixo, entregas de gás e outros serviços quanto para a movimentação dos indivíduos, pois em suas proximidades localizam-se o comércio local, a escola estadual, o centro comunitário da Igreja Católica e outras igrejas da região. Posto de Saúde não há no bairro e o único estabelecimento de ensino existente é a Escola Estadual Paulo Roberto G. Vieira, que atende alunos até a quarta série – insuficiente para a demanda presente. Em contrapartida, há várias igrejas, católicas e evangélicas, importantes para a população local, como forma de lazer, sociabilização e auxílio, uma vez que muitas igrejas oferecem programas de cestas básicas e cursos para a comunidade. Destaca-se, aqui, o Serviço de Engajamento Comunitário Cristão (SECRI), amparado pela Igreja Católica e que visa “trabalhar simultaneamente o espírito da comunidade e a autonomia dos indivíduos, que passam a conhecer e buscar seus direitos de cidadãos” (GIACOMIM, 2005:83), através de programas de estruturação familiar.

Aqui é, também, o ponto final dos ônibus que servem ao bairro, a linha 031, que vai do centro da cidade ao São Benedito, passando por diferentes pontos da malha urbana, como o principal shopping de Vitória e pela Curva da Jurema – a praia, importante nos fins de semana e no verão, o que faz com que os ônibus já deixem a pracinha lotados, em dias de sol. A implantação da linha de ônibus no bairro, em 1999, foi uma das principais conquistas da população e podemos perceber o orgulho ao citar o fato, em suas narrativas.

A mobilização popular é uma constante na evolução do bairro, e os moradores têm muito de que se orgulhar, desde a ocupação do bairro em si – fruto de uma invasão organizada – até o calçamento da Rua Tenente Setúbal, na década de 80 e a implantação de redes de abastecimento de água e energia elétrica, na década de 70. Atualmente, praticamente todo o bairro possui serviço de abastecimento de água e de coleta de lixo, de acordo com os dados da PMV. Segundo depoimentos dos moradores mais antigos, a mudança é expressiva e as melhorias foram muitas ao longo do tempo.

- E tá melhorando mais, agora tem até o banco, né. [...] Fica ali na descida. Vão fazer uma creche pra tocar a vidinha, né. Fazer uma creche pra fazer alguma coisa. Isso daqui melhorou muito! Aí melhorou, mas foi abaixo-assinado mesmo, nós fizemos abaixo-assinado pra prefeitura, saiu um prefeito, não fez nada, entrou outro, agora entrou mais outro, e por aí vai. Mas o governador do Estado ajuda também, isso tem um dedinho dele também, porque o primeiro abaixo-assinado foi pro Estado. (Dona Nila, 68 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6)².

Mas alguns problemas continuam. O fornecimento de energia elétrica é insuficiente, principalmente nos becos e escadarias - que compõem a maior parte do bairro - e nas cotas mais altas. O esgotamento sanitário também é precário por todo o bairro, onde no ano 2000, apenas 6,3% dos domicílios do bairro possuíam ligação de esgotos, enquanto que 10,3% não possuíam banheiros (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA - PMV, 2004).

De modo geral, São Benedito é considerado um bairro pobre, onde cerca de 82,5% dos responsáveis por domicílio recebem até 2 salários mínimos e a renda média no bairro é de 1,46 salários mínimos, apresentando um dos níveis de renda mais baixos da cidade. Cerca de 49,2% possuem menos de 4 anos de estudo. O bairro foi considerado como o pior bairro de Vitória em 2000, ficando em 79º lugar na tabela dos índices de qualidade de vida elaborada pela Prefeitura Municipal de Vitória (PMV).

² ENTREVISTAS concedidas a Juliana Freitas Salomão, como parte do trabalho de campo integrante desta dissertação, entre janeiro/2005 a maio/2006. Apontamos que os depoimentos transcritos neste trabalho fazem parte da pesquisa realizada para a dissertação e não estão contidos na íntegra aqui. Apenas uma das entrevistas foi transcrita no Apêndice, para exemplificar a metodologia adotada. Lembramos, ainda, que para preservar os entrevistados, omitimos seus nomes verdadeiros.

Tabela 01: Melhores e piores bairros de Vitória / 1991-2002
 Fonte: PMV (2004)

Melhores bairros	1991	Ranking	2000	Ranking	Piores bairros	1991	Ranking	2000	Ranking
P. Santa Helena	0,80	6	0,84	1	São Benedito	0,23	75	0,20	79
Mata da Praia	0,85	3	0,83	2	Conquista	0,11	78	0,22	78
Ilha do Frade	0,89	2	0,81	3	Ilha das Caieiras	0,34	60	0,29	77
Praia do Canto	0,84	4	0,80	4	Piedade	0,36	56	0,30	76
Ilha Bela	0,89	1	0,80	5	Fonte Grande	0,39	50	0,34	75

Mas, como em todos os lugares, aqui também podemos verificar desigualdades sócio-econômicas entre os setores do bairro: as moradias localizadas na parte mais baixa do morro são de alvenaria, contando com um ou dois pavimentos, e são as que recebem melhor os serviços de abastecimento de água, esgoto e energia elétrica. Sua ocupação é mais antiga, datando da década de 70, e foram sendo melhoradas com o passar dos anos, pelos próprios moradores.

O maior grau de carência concentra-se nas partes mais altas, de ocupação mais recente. As instalações elétricas, nesta região, são em sua maioria clandestinas; o fornecimento de água potável ocorre, geralmente, duas vezes por semana; muitas moradias são construídas em madeira ou alvenaria, com acabamentos precários e localizadas em áreas de risco e de difícil acesso³ (GIACOMIM, 2005).

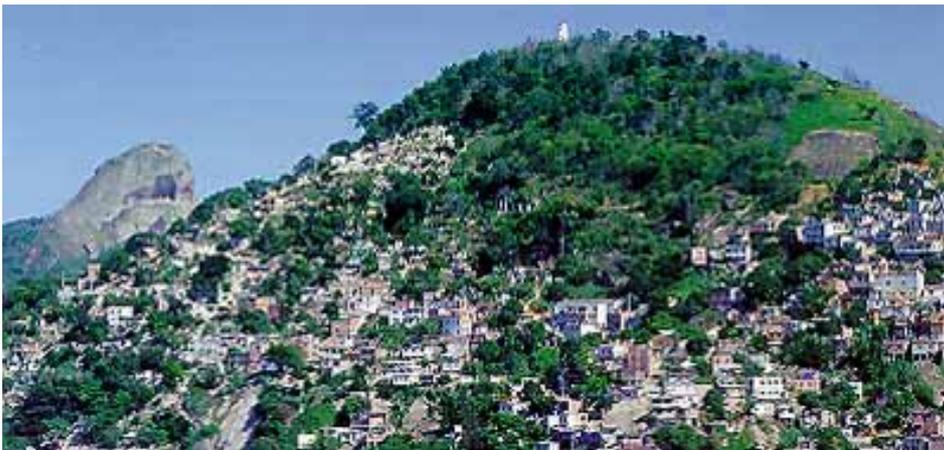


Figura 05: Vista geral do bairro São Benedito
 Fonte: PMV (1999)

³ Acima da cota 90, localiza-se a reserva ecológica municipal Parque de São Benedito. É nesta região que se localizam as habitações mais pobres. Por se tratar de uma área ambiental protegida, há um constante conflito entre estes moradores, que buscam melhorias em suas moradias e não aceitam ser removidos, e a PMV, que luta pela remoção destas construções (GIACOMIM, 2005).

Em todo o Morro Grande, apenas as ruas principais possuem pavimentações em boas condições. A topografia e a desordenada forma de ocupação dificultaram a criação de acessos, que foram sendo construídos das formas possíveis pelos moradores, através de becos estreitos, rampas e escadarias precárias. O bairro de São Benedito não é uma exceção: os becos, escadarias e ruelas recebem, se muito, uma fina camada de cimento, muitos não têm calçamento, encontram-se desconexos em vários pontos, com escadarias muito longas e estreitas, de degraus irregulares e sem apoios laterais. A mobilidade é prejudicada e o desconforto causado pelas péssimas condições dos acessos é motivo de queixa para muitos dos moradores, em especial os mais idosos.

- Mas eu tô cansada, de andar no morro, já cansei. Ah, pra falar a verdade pra você, eu tô cansada é de tudo. Eu já, faz muitos anos que moro no morro, sobe e desce, sobe e desce, sobe e desce. Você não dá um passo nem dentro de casa que não tem uma escada. Agora, se eu morar na rua eu não quero porque o pessoal lá embaixo quando chove fica apavorado. Quanto prejuízo esse pessoal lá pra baixo já tiveram. (Dona Nila, 68 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Estes acessos também não possuem placas de sinalização, assim como as casas não são numeradas. Mas como a maior parte dos moradores reside no bairro há mais de 20 anos, é relativamente fácil encontrar quem se procura. Graças a relações de solidariedade, é possível descobrir determinada casa em que mora alguma pessoa, parente deste e daquele, amiga de uns e outros. Com isso, foi possível montar uma rede de indivíduos que partiram das comunidades rurais no Norte do estado para o bairro, constituindo aqui um grupo social diferenciado. Como a maioria destas famílias veio para Vitória na década de 70, todos moram na parte abaixo da Rua Tenente Setúbal.

O grupo de indivíduos que viemos conhecer, aqui no bairro, são os migrantes das comunidades de remanescentes de quilombos da região Norte do Espírito Santo, nas proximidades dos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, que, por algum motivo, vieram para o São Benedito. São poucas famílias, mas bem extensas, onde várias gerações convivem próximas, na mesma região do bairro. Os mais idosos, que atualmente têm entre 65 a 90 anos de idade, já eram adultos quando deixaram suas casas no Norte, tendo participado, ativamente ou não, do processo de venda ou perda das terras. A maioria de seus filhos nasceu lá e veio para Vitória

ainda crianças, adolescentes ou jovens adultos. Lembram-se de como tudo aconteceu, mas é o olhar de quem vê de fora, uma vez que não tinham voz ativa nas decisões. Seus filhos e netos, no entanto, já nasceram e foram criados em Vitória, no São Benedito.

Todos moram próximos e participam ativamente da vida dos outros, netos, filhos, primos, parentes de modo geral e vizinhos há muito conhecidos, que vieram do Norte também. As relações de solidariedade passam, necessariamente, pelas redes de parentesco. De uma forma ou de outra, todos já se conheciam das comunidades quilombolas e, por isso, vieram morar próximos uns dos outros.

- Do Norte tem muita gente, tem os irmãos de Diana de Oswaldo, mas tá mais espalhado, né. Tá mais espalhado. Aqui é quem chegou primeiro que veio trazendo os outros, agora não tem mais lugar, agora tem que ir pra lá mesmo, Serra, Vila Velha, Cariacica. (Nicete, 65 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

- Foi, eu vim primeiro, arrumando emprego pras filhas, aí as filhas vieram, compraram um barraquinho. Eu achei ótimo isso, essa vida, né. É um vindo trazendo todo mundo [...] A gente era vizinho. A gente morava tudo perto, de lá pra cá, era pertinho mesmo, a gente fazia farinha tudo numa farinheira só. Todo mundo era pertinho, mas cada tinha a sua casa, que nem aqui mesmo, cada um não tem o seu barraco? Era assim. Antes morava tudo reunido assim, tudo pertinho, era beleza. A gente já viveu muito bem mesmo. E graças a Deus até hoje a gente tá tudo bem. (Dona Nila, 68 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

As portas das casas estão sempre abertas para os amigos: principalmente nos fins de semana, podemos observar vários “cumpadres” sentados juntos conversando, no quintal ou na calçada na frente da casa. É corriqueiro, também, o casamento entre indivíduos já conhecidos do Norte, quase todos que vieram para Vitória e se casaram aqui, se casaram com indivíduos que têm origens em comum e histórias de vida parecidas. As tradições que trazem das comunidades são respeitadas, como por exemplo, ter que se ajoelhar e pedir a benção dos mais velhos na Sexta-feira Santa.

Por tudo isso, podemos perceber uma certa diferenciação entre estas famílias e os outros vizinhos, que são vistos como “outros” em contraste ao “nós”. A sociabilização ocorre entre as famílias quilombolas, com os outros vizinhos sendo tratados à distância, como podemos perceber em grande parte das narrativas.

- Esses que moram aí, são até bonzinhos, não incomodam a gente não, sabe. Graças a Deus. Aqui também tinha uma senhora boa, mas eles se mudaram, e agora fica aí, esta música alta, nem quer saber de nada. (Nicete, 65 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

- Primeira coisa, aqui a gente fica preocupado, acorda cedo e vai pro trabalho. Eu não conheço todo mundo aqui, lá eu conheço de Santana a Boa Esperança, aquela região toda ali. Conheço quase todo mundo, lá na roça eu conheço todo mundo. (João, 52 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Junto a estes, persiste o saudosismo em relação ao Norte, lá é considerado como seu verdadeiro lar. Em muitas narrativas, podemos perceber o desejo de voltar e a idéia de que lá a vida é melhor e mais fácil do que aqui, na cidade grande.

João – Se eu acho que se tivesse a terra ainda estaria lá? Claro que tava. Ó, fez ano no dia 15, eu passei por lá perto de Pinheiro lá, tava vendo, todo mundo com lavoura e tudo. A gente tinha dois alqueires de terra, não é pouca coisa não. É porque muita gente não reconhece, mas o Governo Federal ajuda muito o povo de lá, você tem que ver a ajuda que ele faz. Só não ajuda com banco, mas aí não tem nada a ver. Porque se a pessoa pegar o dinheiro pra gastar, aí ele não vai ter como pagar. Mas se ele investir na lavoura ou em qualquer coisa na roça hoje, aí vai ter alguma coisa.

- E dá pra viver lá?

João – Quem tem uma rocinha lá hoje, dá sim.

Orestes – Melhor do que aqui dá. [...] Eu voltava amanhã. Se eu conseguisse a terra de volta, já tava lá. Já tava lá. (João, 52 anos e Orestes, 46 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

No entanto, não são todos que pensam assim. Os mais jovens, por exemplo, que nasceram em Vitória e sempre viveram no bairro, não se vêem morando em outro lugar que não na cidade. O Norte é visto por eles como lugar para passear, ir para as festas e Carnaval. Nem ir para as comunidades e visitar os parentes que moram na roça parece tão interessante assim, segundo as narrativas.

- Ih, menina é bom ir pra lá pra Guriri⁴, passar Carnaval, você precisa ir. [...] Vovô mora lá no meio do mato, de lá, eu não gosto muito não, não tem nada pra fazer. Deus me livre! (Renata, 20 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

São Benedito é o lar que conhecem, é aqui onde estão os amigos, onde conhecem bastante gente, conhecem “gente desse morro todo”. Por isso, circulam sem medo pelo bairro. São Benedito é considerado um dos bairros mais violentos de Vitória e, sobre este assunto, as opiniões se dividem: entre os mais velhos, é comum a

⁴ Balneário localizado em São Mateus.

lamentação de que o bairro já não é mais o mesmo, apesar de não falarem diretamente sobre a violência. Já os mais jovens acham que o bairro é um lugar seguro, ressaltando o cuidado de que “é só *num mexer com eles*”.

Nicete – Muito complicado. Mas quando é a polícia tudo bem. Você não pode chamar um táxi aqui, dez horas da noite, eles não deixam subir não.

Dona Ana – Daqui, eu aqui, todo mundo, eles não vem na casa da gente, eles não mexem com a gente.

Nicete – Deus me livre.

Dona Ana – Eles vão na casa de gente que é ligado a eles. (Nicete, 65 anos e Dona Ana, 87 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Dona Nila - Ah, porque agora não é mais como era antes.

– Mas tá pior? Ou tá melhor?

Dona Nila – Você ficando dentro de casa tá melhor. Mas não pode sair aí pra fora, ficar andando por aí de noite, de tarde. E a gente tem que ficar quieto. A gente não vê nada. Tem que ir vivendo, não pode falar nada não. Fecha as portas. Aqui de noite você só vê as luzes acesas, televisão, luz. não vê gente sentada que fica conversando, no morro não. Antes, fazia farra, era um tal de negro gritando o outro “vem cá, senta aqui pra gente conversar”, [...] ficar lá pra conversar, as vezes a gente vinha 12 horas, 11 horas a gente vinha embora. (Dona Nila, 68 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Apesar da violência, todos consideram o bairro um bom lugar para se morar, perto dos locais de serviço, comércios em geral, e destacam as melhorias realizadas pela Prefeitura, que facilitaram a vida de todos. São pessoas comuns, que vivem o seu dia-a-dia como todo mundo. E assim como todos, são partes integrantes dos grandes processos de transformação que criam, modificam e destroem regiões e territórios. Aqui no São Benedito, estas famílias fazem parte do processo de transformação econômica por que passou o Espírito Santo a partir da segunda metade do século XX, com a introdução maciça da industrialização no estado e, em especial, com a implantação da Aracruz Celulose e a modernização do campo. Suas histórias de vida - porque deixaram seu local de origem, porque vieram se instalar no bairro São Benedito, como viviam lá e como viveram aqui - estão intimamente relacionadas com o outro lado de todo este processo, geralmente ignorado pela história oficial. E é a relação entre a transformação sócio-espacial e econômica por que passou o Espírito Santo e as trajetórias de vida destes indivíduos que tentaremos apresentar aqui.

3 COMO ERA A VIDA ANTES

Neste capítulo, iremos abordar o processo de formação da região Norte, ou seja, como se deu a sua ocupação, quem foram seus ocupantes e como era a sua dinâmica sócio-econômica até a chegada da empresa Aracruz Celulose na região. Também iremos apresentar as comunidades quilombolas, analisando seu modo de vida e problematizando um pouco a categoria “quilombola”, tentando com isso, apreender um pouco da “realidade” que os moradores do São Benedito viviam no Norte, de acordo com suas narrativas.

3.1 ANÁLISE DA REGIÃO NORTE DO ESTADO ATÉ A CHEGADA DA ARACRUZ CELULOSE

Abordaremos aqui o estudo da região Norte do Espírito Santo, onde se localiza a área conhecida como Sapê do Norte, que agrupa grande parte das comunidades quilombolas da região, entre os municípios de Conceição da Barra e São Mateus. Para tanto, nos apoiamos na divisão do estado em microrregiões, considerando como Região Norte - como a chamaremos - a microrregião Litoral Norte, composta pelos municípios de São Mateus, Conceição da Barra, Pedro Canário e Jaguaré. Esta região comporta duas áreas distintas: uma faixa litorânea, que compreende a orla marítima, e a parte interior, onde a atividade econômica de maior relevância é a agricultura empresarial intensiva. O setor agropecuário possui como principais atividades o cultivo do café, da pimenta-do-reino, a fruticultura tropical, a pecuária de corte e leiteira e a silvicultura.

Segundo dados do Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves (IPES)⁵, o município de São Mateus pode ser considerado como pólo desta lógica empresarial em que se submete a agricultura, intermediando fluxos de mercadorias e rendas e capturando, neste processo, economias sediadas no sul da Bahia. São Mateus originou-se de incursões colonizadoras destinadas a repelir ataques indígenas, no século XIV, tornando-se município em 1764. No entanto, seu povoamento começou de fato em 1888, com os primeiros imigrantes italianos. Já

⁵ Órgão vinculado ao Governo do Estado do Espírito Santo.

Conceição da Barra era um antigo distrito de São Mateus, sendo criado o município em 1890.

Ainda segundo o IPES, outras atividades de relevância na região são a pesca artesanal e o turismo, com destaques para a orla marítima, para as possibilidades do Rio Cricaré, para o sítio histórico e cultural de São Mateus e para o carnaval de Conceição da Barra. Neste contexto, a preservação ambiental funciona como pressuposto para a sustentação de tais atividades econômicas.



Figura 06: Estado do Espírito Santo
Fonte: PMV (2004)

Figura 07: Localização da região Norte
Fonte: IPES (2006)

3.1.1 O Desenvolvimento Econômico Local

De densidade baixa, a região Norte foi a última do Espírito Santo a ser incorporada à fronteira estadual. Sua expansão se deu, de acordo com os autores pesquisados⁶, de forma intermitente, onde podemos distinguir quatro fases de ocupação: as primeiras incursões; o período entre 1928 e 1950, caracterizado pelo rápido crescimento e povoamento da região; a fase do crescimento lento, entre 1950 e

⁶ BECKER (1969); MOTTA (1982);

1960; e, então, o período denominado por Becker (1969) como “a decadência acelerada⁷”, a partir de 1960.

As primeiras incursões na região iniciaram-se, de modo bastante lento, a partir de 1916, por descendentes de colonos alemães. Em 1928, a construção da ponte sobre o Rio Doce, em Colatina, estimulou o povoamento da área, mas somente a partir de 1940 - com o superpovoamento das terras cafeeiras ao sul do Rio Doce, a alta do preço do café e a busca de novas terras agricultáveis - podemos observar um aumento da população nos municípios da região, que absorve parte da população do sul e centro do estado, assim como populações do norte de Minas Gerais e sul da Bahia. No entanto, a região oferecia poucos atrativos naturais para a lavoura cafeeira, restringindo-se a poucas fazendas isoladas e a uma produção de caráter familiar, quase pré-capitalista. E, sem a dominância da cafeicultura, era difícil promover a articulação do Norte com o resto do Estado: poucos investimentos foram realizados em infra-estrutura viária e pouco se contribuiu para a formação dos núcleos urbanos.

Embora o café não fosse o produto dominante na região, esta oferecia como atrativos uma imensa reserva florestal, formada, em grande parte, por terras devolutas e intactas até a segunda metade do século. A exploração da madeira era, então, a atividade mais lucrativa na região. Se até o início do século a indústria madeireira localizada nos grandes centros brasileiros utilizava apenas o pinho-de-riga - importado da Letônia, Lituânia e Estônia - com a substituição da madeira importada pela peroba-do-campo, proveniente de Campos (RJ), estimulou-se a procura por outras “reservas” de madeira-de-lei brasileira pelas serrarias do Rio de Janeiro. Na mesma época, o governo do Espírito Santo definia políticas de exploração madeireira no Norte do estado, a fim de incitar a ocupação da região, pois havia o temor da mesma ser invadida ao Norte pela Bahia. (FERREIRA, 2002). Juntamente com isso,

⁷ O esgotamento dos recursos básicos, a expansão da pecuária e o êxodo rural são apenas sintomas da decadência que se precipitará no Norte cafeeiro a partir de 1960, com a erradicação dos cafezais, que intercepta bruscamente a fronteira ainda em formação, conferindo-lhe a posição de periferia deprimida. (BECKER, 1969:43).

[...] o extraordinário crescimento urbano-industrial do Rio de Janeiro, a partir da década de 1930, e acentuado durante a 2ª Guerra Mundial, veio completar o estímulo necessário, fornecendo capitais para a abertura da região e mercado para a sua madeira. A expansão rodoviária que acompanhou a implantação da economia industrial, favoreceu ainda a atividade madeireira. (BECKER, 1969: 42).

Assim, a base econômica do Norte era formada pela extração vegetal - com a exploração da madeira em toras e do carvão vegetal – e pelas lavouras. A agricultura da região tinha como culturas permanentes principalmente o cacau e a pimenta do reino, sendo que ambas eram responsáveis pela quase totalidade destes produtos no estado inteiro (MOTTA, 1982:59). Rejeitada pelos grandes capitais, a lavoura constituiu a principal atividade onde “palmilhando as estradas madeireiras, os pequenos proprietários iam ocupando as terras, despidas das madeiras de lei, nelas plantando suas lavouras de subsistência e de café” (BECKER, 1969:42), diferentemente da exploração da madeira, realizada por grandes empreendimentos capitalistas. Prova disso é a estrutura fundiária da região onde, durante as décadas de 50 e 60, predominavam as pequenas e médias propriedades, sendo bastante reduzido o número de estabelecimentos com estratos de áreas igual ou maior de 1.000 hectares (MOTTA, 1982:60).

Apesar do crescimento da população e da composição diversificada de suas lavouras, o afluxo econômico não foi suficiente para “animar” a vida econômica da região; os pequenos agricultores cultivavam suas lavouras com métodos tradicionais, mediante a ajuda de familiares e alguns meeiros, alcançando, assim, uma produção limitada, o que ocasionava o baixo padrão de vida da população. Deste modo,

O baixo poder de consumo, derivado das condições de produção, impediu a formação de um mercado local que atraísse o desenvolvimento de serviços e indústrias, capazes de iniciar um processo cumulativo de crescimento. Configura-se, assim, o Norte não apenas como região essencialmente agrícola mas, também essencialmente rural. (BECKER, 1969:46).

No final da década de 60, seguiu-se o declínio da cafeicultura no estado e, mesmo não sendo a lavoura predominante no Norte, a erradicação dos cafezais provocou uma redução da área plantada na região, gerando desemprego. Aliado a isto, observa-se o esgotamento dos recursos naturais - como o escasseamento da peroba-do-campo e o assoreamento dos rios que permitiam o transporte das toras -

assim como o aumento da concorrência, com a melhoria da malha urbana, que atingem negativamente a exploração da madeira. As conseqüências são o êxodo em direção aos núcleos urbanos, em especial à região metropolitana de Vitória, e a substituição das lavouras e matas por áreas de pastagens. E, na expansão da pecuária, podemos perceber modificações também na estrutura fundiária da região, com a área de pastagem sobrepujando as áreas de lavouras, já no ano de 1970.

Com a depreciação de seu principal produto no mercado nacional e com o declínio da cafeicultura, os grupos sociais que lucravam com a exploração da madeira precisavam achar um novo produto que atendesse ao mercado. E na conjunção de interesses locais, estaduais e nacionais, ponderou-se a implantação da indústria de celulose na região, que viria a ocupar as terras – consideradas pelo discurso econômico como devastadas, o que justificaria a implantação de uma indústria de celulose: se a Mata Atlântica já havia sido extinguida a priori, pela exploração da madeira e substituída por pastos, o empreendimento não estaria destruindo o meio-ambiente, apenas ocupando áreas “mortas” e ainda promovendo o reflorestamento, “ajudando” o meio-ambiente.

Ferreira (2002:99) diz que, segundo relatos orais, o plantio de eucalipto no Norte já iniciava-se em meados das décadas de 50 e 60, através das empresas *Ouro Verde* e *Acesita*, que empregavam a mão-de-obra local para a produção de cavacos para a exportação e de carvão para a siderurgia.

Mas foi a estruturação da produção a nível industrial – com a implantação do complexo da Aracruz Celulose – que contribuiu para acelerar a concentração fundiária de tal forma que, de acordo com Ferreira (2002:78), a monocultura de eucalipto que aparece no crescimento de áreas de matas plantadas na região, a partir de 1975, apresenta em 1996 um aumento de 15 vezes em área em relação ao ano de 1960.

3.1.2 Os Povos Invisíveis: Comunidades Remanescentes de Quilombos

A presença da cultura negra no Espírito Santo é bastante expressiva, com registro no censo de 1991 de 1,6 milhões de negros, totalizando 65% da população estadual

(FASE, 2002:61). Apesar de dispersas por todo o território, a maior concentração das comunidades negras rurais no Espírito Santo é na região Norte – principalmente nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, em uma área conhecida com Sapê do Norte – que também apresenta os maiores índices de concentração da monocultura de eucalipto.

O termo “comunidades tradicionais” designa uma infinidade de formas de ocupação territorial, tendo em comum uma forma de existência coletiva em intrínseca relação com o meio natural. Segundo Diegues (1998:74), o que caracteriza uma comunidade tradicional é uma relação de “dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida”, entre outras características, tais como a presença de uma cultura particular, que confere um alto valor identitário ao grupo social; a produção de subsistência; as práticas extrativistas; o universo simbólico construído a partir da relação com a natureza e a sacralização do território. A terra camponesa não é vista apenas como objeto de trabalho, nem como uma mercadoria: ela é a condição de reprodução do grupo social, é onde se produz o trabalho, é o que permite a reprodução das relações sociais.

Para Ferreira (2002), as sociedades tradicionais se estruturam no tripé terra, família e trabalho. São as relações de compadrio que instituem as relações sociais de produção, determinando a distribuição e organização do processo de trabalho e a forma social de acesso aos recursos: enquanto o território é de uso comum, o controle dos recursos básicos é exercido através de normas específicas, formuladas entre os vários grupos familiares que compõem o grupo social (ALMEIDA, 2004).

A comunidade rural é uma forma de comunidade orgânica, e não se reduz a uma solidariedade mecânica de elementos individuais. [...] Ela reúne, organicamente, não indivíduos, mas comunidades parciais e subordinadas, famílias (elas próprias de tipos diferentes, mas inseparáveis da organização geral da comunidade). (LEFEBVRE, 1981a:152).

Apesar disto, a vida tradicional não se mostra autônoma ao que acontece em seu redor: Lefebvre (1981b) a insere dentro de uma dupla complexidade, uma complexidade vertical ou histórica, onde diferentes temporalidades se justapõem em uma mesma região – como a coexistência de comunidades tradicionais com grandes

monoculturas capitalistas; e uma complexidade horizontal, onde diversas estruturas agrárias de uma mesma época guardam diferenças antagônicas entre si.

Ambas as complexidades se entrecruzam e agem umas nas outras, criando um território onde a vida camponesa relaciona-se de múltiplas maneiras com a sociedade externa. Assim, não é demais afirmar que as mudanças ocorridas em outros níveis (local, regional, nacional e internacional) contribuem intensamente para as transformações ocorridas nas comunidades tradicionais. Entretanto, sua inserção na sociedade externa não é fácil, dadas as dificuldades de se enquadrar em qualquer uma das categorias capitalistas. Um exemplo claro é a dificuldade de catalogar tais comunidades de acordo com as formas de propriedade previstas na legislação brasileira. Almeida (2002) nos diz que todas as formas de ocupação que transcendiam ao domínio individual e, ao mesmo tempo, não correspondiam a formas de posse comunitária foram agrupadas na expressão “ocupações especiais”. Dentre estas, estavam as terras de índio, terras de santo e terras de preto, território das comunidades quilombolas.

Mas o que significa “quilombola”? Quem são, como surgiram, onde vivem? A partir do final dos anos 80 em diante, o expressivo número de povoados compostos por trabalhadores rurais negros começou a despertar maiores atenções da sociedade e do poder público de modo geral, devido à crescente organização dos trabalhadores do campo e da ascensão do movimento negro. Tal mobilização culminou com a promulgação do artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que instituiu: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos.” A partir de 1988, levantou-se a problemática da identidade quilombola: qual conceito estava em jogo?

De princípio, esta expressão não designava grupos conhecidos no contexto atual, mas invocava uma referência datada do período colonial brasileiro. Segundo Almeida (2002:47), o conceito de quilombo foi formulado, pela primeira vez, no Conselho Ultramarino, como uma resposta ao Rei de Portugal, em 1740: quilombo foi formalmente definido como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se

achem pilões nele.” Estes cinco elementos constituintes de um quilombo - na visão dos legisladores - mantém-se através dos tempos e, na instalação da república, desaparecem, assim como desaparece o conceito de quilombo em si pois imaginava-se que, com a abolição da escravatura, não haveria mais porque existir quilombos.

Cem anos depois, com o dispositivo da Constituição, o quilombo re-surge novamente na visão dos legisladores, mas como um remanescente, algo que não existe mais. Mais uma vez, trata-se de um ponto de vista limitado, desconsiderando o que existe no presente, que vai muito além de uma origem pautada pelos cinco elementos que “constituíam” um quilombo. É aqui que a maioria dos estudiosos do assunto defende a idéia de um deslocamento do pensamento sobre o que é um quilombo, buscando uma outra definição, mais abrangente, que pode abarcar uma diversidade de situações.

As comunidades quilombolas se constituíram a partir de processos que vão desde a fuga - com a conseqüente ocupação de terras livres - até o recebimento de terras como pagamento a serviços prestados ao Estado, passando por origens que vêm de terras ganhadas em heranças, doações e a permanência nas terras que já ocupavam antes, no interior das fazendas. Estes dois últimos casos ocorriam quando os impactos na variação dos preços de alguns produtos provocavam o desmantelamento da estrutura dos engenhos, fazendo com que os grandes fazendeiros abandonassem as terras, deixando-as com os escravos. Almeida (id) também defende a compra de terras por escravos alforriados como origem das comunidades, uma vez que estas terras, em sua maioria, não foram regularizadas e as formalidades de herança e partilha geralmente não eram realizadas, permanecendo, então, como terras “intrusadas”, sendo muitas vezes usurpadas e griladas.

Dada tal diversidade de origens, podemos ver que não se trata de grupos estritamente homogêneos ou resquícios arqueológicos ou, ainda, de grupos isolados da sociedade externa. E antes de podermos falar de qualquer fator de unidade, é importante salientar que a Constituição não evoca somente uma identidade histórica, é preciso que tais grupos existam no presente e

[...] tenham como condição básica o fato de ocupar uma terra, que por direito, deverá ser em seu nome titulada (como reza o artigo 68 do ADCT da CF). Assim, qualquer invocação do passado deve corresponder a uma forma atual de existência capaz de realizar-se a partir de outros sistemas que marcam seu lugar num universo social determinado. (O'DWYER, 2002:14).

A identidade étnica, então, aparece como o fator de unidade. Os estudos atuais deixam claro que estas comunidades se consolidam através do desenvolvimento cotidiano de práticas de resistência para a manutenção de seu modo de vida e de um território próprio. A partir de uma posição historicamente desfavorável nas relações de poder - onde “a identidade do negro é colocada como uma relação de diferença calcada na subalternidade e na diferença de classes” (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002:5) - os grupos minoritários passam, como forma de se impor frente a tal desigualdade, a realçar os traços culturais que destacam a sua alteridade em relação aos que estão de “fora”, ao mesmo tempo em que fortalecem as relações coletivas daqueles que se encontram na mesma situação, pois “o princípio classificatório que fundamenta a existência do grupo emana da construção de um repertório de ações coletivas e de representações em face de outros grupos.” (ALMEIDA, 2002:74).

E é neste contexto que se constrói, junto com a mobilização identitária do grupo, a sua relação com a terra: além da apropriação física da terra para a subsistência, há uma forte apropriação simbólica da mesma. Não é qualquer terra, mas o território que possibilita alguma autonomia social e cultural, que se encontra impregnado de significações da resistência e que permite a manutenção de seu modo de vida.

E o ponto de partida para uma nova definição de “quilombo” é como os próprios agentes sociais se definem e como representam suas relações e práticas cotidianas, ou seja, como esta identidade coletiva se construiu e é afirmada. Assim, a origem comum da comunidade provém de um passado coletivo de lutas - não de um passado histórico presente nos livros - descrito e afirmado segundo suas memórias, mítico e fragmentado, onde a ancestralidade é menos importante para o pertencimento ao grupo que um elenco de práticas que asseguram vínculos fortes e duradouros (ALMEIDA, 2002).

Isso nos lembra que os critérios “objetivos” para se definir uma determinada identidade não são mais do que representações cristalizadas em algum momento como “verdades” absolutas. Por isso, a importância de se relativizar o entendimento sobre quilombos que parte de uma visão apoiada pelo conceito criado pelo Conselho Ultramarino - onde o quilombo é interpretado como algo isolado da civilização e da cultura - e buscar uma análise da comunidade a partir de seus próprios códigos, que nos permita identificar seu modo de vida e uma espacialidade específica.

No Espírito Santo, de acordo com relatos orais, documentados por Maciel de Aguiar⁸ (apud MINISTÉRIO DA CULTURA - MC, 2004), a presença negra na região Norte é antiga, remetendo-se a tempos ainda da escravidão. Há antigas documentações de histórias de quilombos com intensa articulação econômica e social com os povoados da região. Segundo Aguiar, pode-se contar a atividade quilombola na região, no mínimo, desde o Quilombo de Santana, no século XIX: o autor diz que este quilombo era grande produtor de gêneros alimentícios, vendidos nos mercados locais e no Rio de Janeiro (MC, 2004).

E, após o desbaratamento deste quilombo, muitos negros que não foram mortos ou capturados embrenharam-se nas matas - invisibilizando-se frente à sociedade branca, urbana e escravocrata – reconstruindo os padrões de ocupação do antigo quilombo e mantendo uma certa autonomia frente à sociedade não-negra, com a comercialização de seus produtos, derivados, principalmente, da mandioca. Foram estas transações comerciais que ajudaram a consolidar as fronteiras das comunidades, uma vez que eram acatadas pelos outros segmentos sociais com que passaram a interagir (ALMEIDA, 2002:49). O isolamento das comunidades quilombolas é posto abaixo pelas narrativas de nossos entrevistados, que destacam a importância das relações comerciais entre eles e a sociedade de modo geral: como atividades complementares ao trabalho na roça, temos a venda de seus produtos nas feiras livres de Conceição da Barra e São Mateus, o trabalho em terras pertencentes a outros indivíduos e, ainda, a produção e venda do carvão. A inserção ao “mundo exterior” também se dá pelo pagamento de taxas à prefeitura, pela

⁸ Folclorista e pesquisador da história e cultura do município de São Mateus.

inclusão política através do voto nas eleições e por vários outros exemplos observados nas narrativas.

- Nós ia na cidade, sim. Nós ia. Nós tinha o que nós plantava, dava pra nós colher, dava pra nós passar, era uma porção de gente, família grande. E dava pra vender, só que a gente vendia barato, né. Nós tinha pouco, mas dava pra viver. Mais dava pra nós viver. E sobre criação, nós só comprava mesmo é carne, essas coisas, é peixe, essas coisas. Nós tinha criação, criação comia também. Nós trabalhava. (Dona Ana, 87 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

- Porque este patrão era dono de uma pousada. Era não, é dono de uma pousada em Conceição da Barra. E ele é filho de lá também, ela que não é, mas ele é. E o pai dele mexia com terra, com gado, tinha uns empregado, entendeu? Aí todo mundo trabalhava pra ele de empregado. Aí a gente trabalhava pra ele, a gente vinha, fazia a farinhada, com o motor, aí a pessoa recebia o dinheiro, a pessoa vinha, trabalhava pro pai dele. (Dona Nila, 68 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Seu Henrique - Eu mesmo ajudei a pagar, eu cansei de ajudar a pagar o INCRA do terreno.

- Pagar o quê?

Seu Henrique - O INCRA.

- O que é isso?

Seu Henrique - Todo ano nós pagava. É que nem aqui: todo ano a gente paga um imposto. É que nem IPTU. Mas lá se chamava INCRA. Todo ano nós pagava. Eu mesmo, eu passei a vender negócio de carvão, essas coisas na cacimba, eu era freguês de vender carvão na cacimba. Quando chegava na época que todo mundo não tinha o dinheiro pra pagar, aí vinha todo mundo pra cima de mim, aí eu batia na cacimba, ia no Dr. Juliano e pegava o dinheiro adiantado pra poder pagar, e pagava. Quando acabava, aí ia fazendo carvão até dar aquele total. Aquele total... (Seu Henrique, 80 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

A continuidade histórica na ocupação da região pode ser verificada pelos relatos dos moradores mais velhos das comunidades, onde suas lembranças retrocedem para além dos tempos de seus bisavôs, de seus antepassados mais distantes, chegando, para alguns, à época do desbaratamento do quilombo.

De modo geral, as comunidades eram constituídas por um número considerável de famílias, variando de 30 a 300. Em todas elas, o território é de uso comum, e não há núcleos habitacionais que possam ser subdivididos como bairros ou distritos: a ocupação espacial se dá por pequenas aglutinações de residências, com poucas casas ocupadas por famílias extensas. Segundo nossos entrevistados, os terrenos eram grandes - *“Tinha pessoa lá, menina, que tinha terra que tinha distância.. quer ver? Tinha terra como daqui ao Centro.”* (Maria Helena, 50 anos. In: ENTREVISTAS,

2005-6) - onde se plantava de tudo, com casas simples onde moravam vários membros de uma mesma família.

- Os terreno lá, era uns terreno bom, terra boa, tudo se plantava [...] E a gente também, quem podia tinha a sua casinha, de barro, de estuque, mas era de telha, tinha assoalho. Nós vivia assim, nossa casa era de estuque, mas era de telha, de assoalho. (Dona Ana, 87 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Não é possível abordar um território quilombola pela malha fundiária que conhecemos, pois sua espacialidade vai além da delimitação em lotes estritamente individuais ou estritamente de uso comum, pois “o fator étnico não foi incorporado ao processo de formalização jurídica da estrutura fundiária”. (ALMEIDA, 2002:72). Para este autor, as terras de preto pressupõem uma modalidade codificada da natureza, onde a utilização das áreas obedece à sazonalidade das atividades, caracterizando diferentes formas de uso. Os recursos hídricos, os recursos de caça, pesca e extrativismo não são individualizados; os caminhos, as trilhas e poços são mantidos por cooperação; e as áreas de roça são individualizadas por famílias, os produtos das colheitas não são divididos comunitariamente. A coexistência destes diferentes planos sociais - público, privado, uso comum e uso individual – constroem uma espacialidade marcada pelos laços de parentesco e compadrio, assentados em relações de solidariedade, que tecem as redes sociais que ligam as comunidades umas nas outras.

- Ele é meu parente, meu vizinho, quase meu irmão ele, ele é filho de um tio meu. Aí, quando ela veio, ela tinha três filho, meu irmão deixou ela com três filho, ela morava junto com nós, dentro de casa com nós, com minha mãe. Aí minha mãe morreu, ela ficou junto com nós. Aí meu irmão morreu também, aí ela disse que vinha passar uns dias aqui em Vitória. Aí eu fiquei com as criança dela, eu já tinha os meus lá e meu marido ainda era vivo, escuta só. Aí, graças a Deus, toda a vida nós como tudo unido. (Dona Ana, 87 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

- Uma criação que a gente sabia viver com aquela criação, que os pais deu pra todo mundo. Sabia cuidar de todo mundo, sabia cuidar dos outros. Eu mesma, quando eu morava na roça, eu sabia que naquelas casas do vizinho tinha um café da manhã pra eu tomar. Não sei porque, que eu sabia.. aí vinha perguntar, eu chegando na casa, não tinha vergonha não. Eu era criança mesmo, menina de 12, 13 anos, 10 mais ou menos. Eu chegava na casa de um, de outro ali, de manhã cedo. Aí eles perguntavam “o que você veio fazer numa hora dessas aqui”, aí eu falava “ eu vim tomar um café, o que tem pra tomar café hoje?” Aí eles diziam “ nós não temos café, nós não temos açúcar.” Aí eu voltava pra casa, que nem um daqueles meninos, correndo. “Ó mãezinha”, porque era mãezinha, “tem que levar açúcar pra casa de fulano, porque não tinha açúcar.” Eentendeu, né? Então

a gente sente que a gente foi muito bem criado daquele jeito, com os outros. (Dona Nila, 68 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

A necessidade de viver do que a natureza tinha a oferecer levou quilombolas a suprir as suas necessidades de alimento, abrigo e medicamento através, principalmente, da floresta, dos rios e do mar, territórios de uso comum para todas as comunidades. As práticas extrativistas estão presentes no uso de fibras vegetais da floresta para a fabricação de utensílios domésticos, no uso medicinal de ervas nativas, na caça – com técnicas artesanais de captura dos animais, usando materiais como bambu, varinhas e cipó – e na pesca. Segundo as narrativas colhidas, a maior parte da subsistência era suprida pelo meio natural, sem necessidades de compras.

- Antes a gente tinha tudo de comida. Comida não, nem comida, nem café, comprar não precisava não, a gente usava o que tinha, né. Tem. Agora açúcar, um sal, sabão. Estas coisas miudinhas assim tem que comprar, né. (Nicete, 65 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

- Gente, minha filha, aquela Conceição da Barra ali, São Mateus, não precisava ter supermercado enorme ali dentro pra vender não, que nós é que sustentava aqueles povo, de alimento, verdura. Minha filha, vinha abóbora, vinha abóbora, chuchu, que vinha da beirada dos rios, que a gente plantava aquilo ali nas beiradas, os legumes vinham dali, era laranja, era jaca, em época de laranja, era jabuticaba. Nós que abastecia aquele povinho ali. E agora você vai lá e não acha é nada. Com dinheiro na mão você não compra, porque não tem. Ah não ser que você vá no supermercado. Mas tudo do supermercado? Que isso! Não tem nada menina. Você vai lá agora, você não vê nem um carrinho de mão vendendo nada, nem um abacaxi, nada... E antes tinha tudo. (Dona Nila, 68 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

As plantações intercalavam os cultivos de lavouras alimentares com plantas medicinais, gerando um sistema orgânico de produção, semelhante às composições florestais, com baixo impacto na interação com os solos, a água, a flora e a fauna. Também eram criados animais domésticos, tais como porcos, cachorros, gatos, galinhas, bois, patos, que complementavam a alimentação ou eram utilizados para proteção, no dia-a-dia das comunidades.

Ferreira (2002) mostra que neste modo de vida o tempo cotidiano é marcado pelos ritmos da natureza, contando-se o tempo de acordo com os períodos necessários à manutenção dos recursos naturais: o período da desova do peixe, da procriação dos

mamíferos, do tempo de determinadas frutas. As técnicas de produção cedem ao ritmo da natureza, do possível.

A maneira pelo qual os homens produzem os seus meios de subsistência depende, antes do mais, da natureza dos meios de subsistência que se encontram prontos e que necessitam reproduzir. Este modo de produção não deve ser considerado apenas como reprodução da existência física dos indivíduos; ele já é uma espécie determinada da atividade destes indivíduos, uma determinada maneira de manifestar a sua vida, uma determinada *maneira de viver* destes indivíduos. (CÂNDIDO, 1971:24, grifos do autor).

É o tempo lento, de uma sociedade em formação, que impõe uma certa flexibilidade de costumes e regras, por conta das necessidades adaptativas ao meio (HOLANDA, 1995): uma outra temporalidade que não a temporalidade do mercado capitalista permeia a vida social das comunidades quilombolas.

Da mesma forma, podemos perceber que não há uma divisão de trabalho rígida e sim um sistema baseado no trabalho familiar e em formas de cooperação simples entre as famílias, como nos contam nossos entrevistados. Todos trabalhavam na roça, desde crianças a adultos, e a hierarquia existente é a própria hierarquia familiar, onde os mais novos respeitam os mais velhos.

- Na roça era serviço mesmo, era serviço de... de homem. Nós trabalhava na roça, capinava, nós plantava, nós criava as criação, nós tinha as nossa criação. O terreno era grandão, nosso terreno era grandão, não era um pedacinho de terra só pra fazer uma casa não. Era terreno que dava pra criar gado, galinha, porco... Tudo. (Dona Ana, 87 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

- Todo mundo trabalhava na lavoura, era na lavoura. Trabalhava no dia-a-dia pra um pra outro, às vezes ganhando aquele total, mas trabalhava mesmo era na nossa roça. (Seu Henrique, 80 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Neste contexto, de uma economia basicamente de subsistência, a produção do alimento adquire uma enorme importância, tanto nutricional como societária: Cândido (1971) fala de uma “civilização do milho” na vida do caipira paulista, onde a produção deste alimento forma toda uma base cultural. Aqui, os hábitos são construídos através da transformação, preparo e utilização da mandioca, sendo tais técnicas culinárias traços distintivos destas comunidades negras, estando presentes desde os primórdios de suas formações. E além da importância cultural e identitária,

os derivados da farinha ainda estão presentes entre os principais produtos comercializáveis, destacando-se os beijus, característicos da região.

- Pilava no pilão, quem tinha moinho pilava no moinho, quem não tinha pilava no braço, dois, três sacos de café pilava e vendia. Plantava cana, fazia rapadura, fazia açúcar de cana, aí vendia também. Tudo no braço. Mandioca também era no braço, quem tinha bulandeira de boi, moia, quem não tinha era no braço, na roda de braço. Fazia dez, quinze, vinte sacos de farinha. [...] Vendia, vendia tudo. (Nicete, 65 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Também as festas adquirem um papel relevante neste contexto. Dentre as festas populares mais expressivas da cultura quilombola do Sapê do Norte encontra-se o Ticumbi, ou baile de Congos, um auto dramático onde se narra a batalha medieval entre cristãos e mouros e se disputa a primazia de fazer a festa do santo de devoção de um dos grupos. Com elementos provenientes da colonização católica, reelaborados nas manifestações profanas de grupos negros no Brasil, o Ticumbi é uma forma de organização social na qual os valores e crenças da comunidade são afirmados no ritual da festa (MC, 2004). Comida, assim como as festas e a religiosidade, envolvem articulações entre memórias históricas e experiências vividas, caracterizando uma vida coletiva específica, marcada pela resistência à sociedade branca e escravista.

Outro traço característico das comunidades tradicionais, presente nas comunidades do Norte do Espírito Santo, é a formação do mutirão ou ajuntamento, práticas de cooperação quando alguém necessita de ajuda, seja para construir mais uma casa, seja no preparo da mandioca.

[...] neste trabalho, não há remuneração, contudo a relação de solidariedade é selada pelo compromisso moral do beneficiário em corresponder aos pedidos de auxílio por parte daqueles que o ajudaram. (FERREIRA, 2002:46).

Sempre presente nas narrativas dos moradores do São Benedito é o espírito de união entre todos, algo de que se orgulham e procuram passar para seus filhos e netos: a importância de cuidar “dos nossos”.

Podemos ver que o conhecimento empírico e simbólico era passado de geração a geração, cabendo também aos mais velhos repassar os ritos, cantos e festejos aos

mais jovens. Esta situação, onde prevalecia o modo de vida tradicional e rural, com produção familiar e tradições próprias do grupo, manteve-se durante um longo tempo - dado o perfil de ocupação da região, já descrito no tópico anterior - até mesmo durante a exploração da madeira-de-lei. Foi quebrada, de forma incisiva, com a chegada da Aracruz Celulose e com o início dos plantios de eucalipto.

4 E TUDO MUDOU TANTO!

No São Benedito, a perda das terras no Norte é um assunto doloroso para todos os que vieram de lá. Todos – mesmo aqueles que não pensam em voltar – dizem que se não tivessem perdido ou vendido suas terras, ainda estariam lá. Nas narrativas, podemos notar várias e constantes menções à empresa Aracruz Celulose, apontada como a grande “causadora” de todo este processo.

Neste capítulo, iremos abordar a implantação desta empresa e as conseqüências que trouxe para as comunidades quilombolas, no contexto das transformações por que passava o Espírito Santo, com a modificação de uma base econômica apoiada sobretudo na cafeicultura para outra pautada na modernização do campo e na industrialização, de modo geral.

4.1 MOTIVOS PARA INVESTIR NA PRODUÇÃO DE CELULOSE

A decisão de favorecer a industrialização do Espírito Santo foi causada por vários fatores, sendo o mais destacado deles a crise da cafeicultura, que atingiu intensamente o solo capixaba. A cafeicultura já se apresentava em decadência desde o final dos anos 50, mas teve seu declínio precipitado, no estado, pela política de erradicação dos cafezais executada pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC). O programa, implantado no estado no triênio 66/68, liberou cerca de 130 mil a 150 mil hectares, que representava mais de 45% da lavoura cafeeira do estado (BECKER, 1969; MOTTA, 1982). Becker sustenta a tese de que as repercussões da erradicação de cafezais não teriam sido tão drásticas se não fosse o papel marginal do café espírito-santense na economia nacional.

Para entender tal afirmação, façamos um breve resgate histórico sobre o ciclo do café no estado. A partir de 1850, a lavoura cafeeira domina rapidamente a economia capixaba, tendo seu ápice entre 1920 e 1950. Junto consigo, o impulso cafeeiro levou à interiorização do povoamento, conquistando regiões ao sul do Rio Doce, durante o século XIX, e também as regiões situadas ao norte, durante o século XX, tendo importante papel na implantação dos estabelecimentos rurais e na formação dos núcleos urbanos, montados para a coleta, armazenamento e expedição do café.

Também foi fundamental na abertura de vias, para a circulação do produto, e na integração com as regiões centrais do país.

Ainda assim, Becker (1969) diz que a estrutura fundiária do estado, caracterizada pelas pequenas propriedades – frutos da imigração e colonização europeia – e pela utilização de técnicas primitivas que, juntamente com as condições naturais pouco favoráveis a esta lavoura, conferia à produção cafeeira capixaba um caráter de precariedade, com baixos rendimentos de produção. Este modo de produção, ao ser comparado com a produção de outras áreas cafeeiras – caracterizadas por grandes latifúndios de produção em moldes capitalistas – conferia ao Espírito Santo uma posição marginal no plano nacional. E, junto a isso, a política cafeeira nacional privilegiava os estados de São Paulo e Minas Gerais, contribuindo para acentuar o caráter periférico do Espírito Santo.

O volume reduzido da produção, uma população pobre e o conseqüente baixo poder aquisitivo do mercado local não justificaram a multiplicação dos centros urbanos e a diversificação da produção como ocorreu, por exemplo, no estado de São Paulo (BECKER, 1969:19). Assim, não se gerou no Espírito Santo uma estrutura econômica dinâmica, que pudesse sobreviver à crise da erradicação dos cafezais: neste período, toda a economia estadual se apoiava na cafeicultura que, em 1961, absorvia cerca de 80% da mão-de-obra agrícola do estado e 57% da área em lavouras (BECKER, 1969: 8).

Com a crise, a base econômica capixaba é desestruturada, com imensas repercussões sociais: o alto índice de desemprego no campo – cerca de 150.000 a 180.000 pessoas liberadas – produz o êxodo em massa para os núcleos urbanos. A incapacidade destes setores de absorverem tal contingente humano traz conseqüências tais como a favelização das cidades, o aumento do desemprego urbano e a expulsão de mão-de-obra para fora do estado.

É neste contexto que, ao se buscar uma solução para a desestruturação capixaba, dá-se impulso ao processo de industrialização no estado – cujas propostas de industrialização são anteriores à crise, mas ganham repentina força neste momento -

através de financiamentos e legislações que incentivassem investimentos privados em seu território.

Assim, a partir da década de 70, inicia-se uma nova etapa de desenvolvimento capixaba, apoiada na implantação dos “Grandes Projetos Industriais”, grandes unidades produtivas voltadas para a transformação das mercadorias em trânsito e não mais vinculadas à exploração dos recursos naturais locais, exceto a agroindústria de celulose. Os projetos foram agrupados em cinco complexos, não sendo implantados apenas o Complexo Naval e a FLONIBRA:

Complexo Siderúrgico

1) Usina Siderúrgica do Tubarão

Empresa: Companhia Siderúrgica do Tubarão (CST).

Linha de produção: semi-acabados (slabs) destinados 50% à exportação e 50% ao mercado interno.

Localização: Grande Vitória (município da Serra).

2) Usina de Laminação Não-Planos

Empresa: Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI).

Linha de produção: não-planos, tais como: fio-máquina, barras, perfis. Cantoneiras, etc.

Localização: Grande Vitória (município de Cariacica).

3) Usina de Pelotização da Companhia Vale do Rio Doce

Empresa: Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Linha de produção: pellets de minério de ferro.

Localização: Grande Vitória (município de Vitória).

4) Usina de Pelotização SAMARCO

Linha de produção: pellets de minério de ferro.

Localização: Anchieta.

Complexo Naval

Localização: Grande Vitória (município de Vitória).

Complexo Pára – químico

1) Aracruz Celulose S/A

Linha de produção: celulose branqueada tipo Kraft.

Localização: Aracruz.

2) FLONIBRA – Empreendimentos florestais.

Linha de produção: celulose em polpa.

Localização: São Mateus e Linhares.

Complexo Portuário

Construção de portos de apoio para as novas empresas (CST, Aracruz e SAMARCO);

Obras portuárias do canal da baía de Vitória.

Como características principais, comuns para todos os projetos apresentados e implantados, podemos dizer que são projetos que mobilizam grandes somas de capital, força de trabalho, recursos naturais e território, consolidando uma lógica estritamente econômica no processo de apropriação dos recursos necessários para o seu funcionamento, sendo orientados basicamente para os mercados externos.

Como expõe-nos Dalcomuni (1990:224), estes projetos possuem um caráter exógeno, uma vez que não nascem com o desenvolvimento da região, mas são configurados de acordo com interesses externos à localidade, que ditam as decisões e a organização espacial adotada. E, quando confrontados com a “fragilidade estrutural” do restante das atividades no estado - caracterizadas por serem capitais de pequeno porte - adquiriram a dimensão de um “centro de poder”. Isso possibilitou a estas grandes empresas a não necessidade de um diálogo maior com as esferas de poder e sociedade local, estabelecendo uma interlocução direta com o governo federal e capitais estrangeiros, em uma situação que se mantém até hoje, gerando

[...] a captura de determinado espaço por lógicas e estruturas de poder e de decisão que lhe são estranhas, conformando, em alguns casos, verdadeiros territórios sob jurisdição do empreendimento. [...] Mais do que determinar um somatório de efeitos negativos, esses enclaves modernos tendem a romper as tramas e cadeias que conformam antigas regionalizações, substituindo-as por outras, constituídas a partir deles. São, desse modo, instrumento ativo do (re)ordenamento territorial, mesmo que o espaço transformado não seja objeto explícito de planejamento. (ARAÚJO, VAINER, 1982: 35-38).

4.1.1 Mudanças na Política de Industrialização Brasileira

Dalcomuni (1990) coloca que, embora a crise cafeeira tenha contribuído para a decisão de se industrializar o estado, a determinação do “sentido” desta industrialização é resultante tanto de fatores endógenos como das transformações no processo nacional de industrialização. A escolha da produção de celulose, por exemplo, se baseia na relevância que este tipo de produção atingiu no Brasil, à época da implantação dos Grandes Projetos.

Gonçalves (1990) coloca que o ramo das plantações, denominado “reflorestamento”, é uma atividade antiga no Brasil, remontando-se ao menos desde o início do século XX: na medida em que as espécies nativas iam rareando, a madeira plantada passava a suprir a demanda dos principais consumidores de madeira combustível – lenha ou carvão vegetal – para o ramo da construção civil. No entanto, até a década de 1960, estes plantios ainda ocupavam uma pequena área do território brasileiro, concentrando-se nos estados de São Paulo e Minas Gerais, enquanto que o governo oferecia subsídios para a importação da polpa da celulose.

Foi somente durante a ditadura militar que as atenções se desviaram para o ramo da celulose. Com a proibição definitiva de instalar fábricas do gênero em lugares do Primeiro Mundo, as grandes indústrias do ramo se voltaram para o Terceiro Mundo, que passou a estimular a vinda destas fábricas. No Brasil, este momento coincidiu com “um período de esgotamento do modelo de substituições de importações” e a busca por “um padrão de industrialização centrado na indústria pesada e progressivamente voltado ao estímulo das exportações” (DALCOMUNI, 1990:10). Neste sentido, o Estado caracterizava-se por desempenhar o papel de planejador e indutor da atividade econômica, procurando implementar a infra-estrutura necessária para a instalação de grandes empresas, sobretudo estrangeiras. E o capital

estrangeiro capacitava a transformação do trabalho e da acumulação, com a utilização de toda uma tecnologia de processos, máquinas e equipamentos, potencializando o novo projeto industrial.

Este momento conjugava o interesse privado das empresas, o apoio do Estado e as proposições de órgãos internacionais como a FAO, que preocupados com a geração de excedentes desses recursos estratégicos para o uso industrial, a partir da década de 1960, passaram a subsidiar programas de expansão da produção florestal em países como o Brasil, onde havia condições ecológicas favoráveis para o rápido crescimento das florestas, disponibilidade de terras, abundância de mão-de-obra barata e políticas econômicas de governo que privilegiavam o setor (FERREIRA, 2002: 93).

E, neste intervalo de tempo, na evolução do debate sobre o ramo das plantações e a exploração da madeira no Brasil, houve um deslocamento do eixo da questão: deixou-se de se focar no problema do desmatamento conseqüente e passou-se a se enfatizar a busca de uma alternativa de proteção florestal, salientando-se a substituição das formações nativas por florestas plantadas como uma “solução” ao problema ambiental que, além do mais, permitia um “aproveitamento organizado” do espaço. A escolha de espécies como *pinus* e eucalipto derivava de uma brevidade de seu ciclo de produção, que possibilitava um menor prazo de recuperação do capital invertido e da “substituição” da mata nativa. (GONÇALVES, 1990).

Deste modo, durante a década de 1960, baseadas neste novo ponto de vista, foram estabelecidas sucessivas políticas florestais, por meio de subsídios fiscais, sociais, ambientais e mudanças na legislação, para a promoção das plantações em grande escala, orientadas para a exportação da polpa de celulose (DALCOMUNI, 1990; FASE, 2002; FERREIRA, 2002). Destacamos as principais ações governamentais, neste sentido:

i) em 1965, foi promulgado um novo Código Florestal (Lei nº 4.771), onde, apesar de definir áreas de preservação permanente, introduziu-se a obrigação de replantio de áreas desmatadas, concedendo-se incentivos fiscais para o plantio de árvores por pessoas físicas e jurídicas. Além disso, o código apoiava “a formação das florestas homogêneas para o consumo das empresas que utilizavam a matéria-prima florestal e já atribuía a isenção de impostos para seus projetos, rendas e área territorial” (FERREIRA, 2002:94).

ii) a instituição da Lei nº 5.106, em 1966, considerada um marco nesta legislação, visto que estabelecia um novo sistema de incentivos fiscais para o reflorestamento, onde os interessados poderiam descontar do Imposto de Renda devido (até o limite de 50%) a quantia comprovadamente aplicada em plantações florestais.

iii) A criação do IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – o órgão governamental que tinha como objetivo a coordenação de todas as atribuições referentes à exploração e comercialização da madeira, ao plantio das árvores e à proteção ambiental.

Junto com isso, o II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento, de 1974 - favorecia os plantios para a silvicultura, através do Programa Nacional de Papel e Celulose, que buscava ampliar o consumo interno e a exportação do papel e da celulose. Um outro objetivo do plano seria promover o desenvolvimento econômico rural, procurando formas de levar às novas fronteiras do país as vantagens de um sistema de vida “desenvolvido”, com escolas, serviço médico e centros de consumo para produtos industrializados. A intenção do governo era que, no contato com estas modernidades, se estimularia o espírito desenvolvimentista na população rural, considerada como atrasada pela perspectiva da época.

Com isso, podemos perceber que a nova política florestal formulada se destinou a uma estratégia de acumulação do setor industrial, atuando como uma importante atividade “modernizadora” no projeto de industrialização brasileiro.

4.1.2 A Implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo

Como vimos anteriormente, enquanto o Espírito Santo sentia os efeitos da crise da cafeicultura em seu espaço sócio-econômico, a dinâmica da industrialização brasileira se modificava, para atender as mudanças ocorridas na indústria de celulose a nível mundial, propondo fomentos à industrialização pesada e, especificamente, à indústria de celulose. Assim, a implantação da Aracruz Celulose no solo capixaba é decorrente de tais fatores, onde o Estado se propunha a oferecer

incentivos fiscais e vantagens locacionais para empreendimentos privados, com a elaboração do plano dos Grandes Projetos Industriais, na década de 70.

O projeto da empresa foi concebido em 1966, por um pequeno grupo da elite local, tendo à frente a ECOTEC – Economia e Engenharia Industrial S.A., que já atuava no estado desde os anos 50, prestando consultoria sobre projetos de infra-estrutura e estudos de diversificação econômica para os governos estaduais, além de trabalhos para a CVRD. Aliás, esta empresa teve um importante papel na vinda de uma indústria de celulose para o Espírito Santo, uma vez que procurava diversificar seus interesses no estado e a produção de celulose lhe pareceu apropriado⁹, impulsionando a promulgação de incentivos fiscais para esta área de atuação.

A Aracruz Celulose inicia sua produção em 1967, no município de Aracruz, que oferecia grandes vantagens locacionais à empresa¹⁰. Na década de 70, expande seus plantios para o Norte do Espírito Santo – na região dos municípios de São Mateus e Conceição da Barra – que oferecia uma imensa área de terras já “desmatadas” pela exploração da madeira, atividade que se estagna durante a década de 60.

Atualmente, o Grupo Aracruz Celulose é composto por cinco empresas, responsáveis por todo o seu processo de produção: Aracruz Celulose (a holding do sistema), Aracruz Florestal (responsável pelo setor florestal), Aracruz International e Aracruz Trading (responsáveis pela relação com os mercados externos, uma vez que mais de 50% de sua produção é exportada); Portocel (encarregada do Terminal portuária de Barra do Riacho, em parceria com a CVRD) e Aracruz Corretora de Seguros. Seu controle acionário é distribuído entre o Grupo Lorentzen, Banco Safra, Votorantim, cada qual com 28% de capital volante, e BNDES, com 12,5% de capital votante (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA, 2005:45). É a maior empresa produtora mundial de celulose de mercado de fibra curta branqueada utilizando, para isso, a madeira de eucalipto.

⁹ A CVRD comprou, em 1956, a Reserva Florestal de Linhares do governo do Estado, para experimentos com eucalipto. (MMA, 2005:50).

¹⁰ A proximidade com a capital do estado, Vitória, com o porto construído pela CVRD no município e com as ferrovias que levavam o minério de ferro até a capital.

Uma das principais críticas à empresa é em relação a seu modelo de ocupação do solo, que apresenta um alto índice de concentração fundiária. Embora haja controvérsias sobre a real quantidade de áreas pertencentes à empresa¹¹, sabe-se que em toda a sua região de abrangência, no mínimo, 307 mil hectares pertencem à Aracruz, com cerca de 187 mil hectares ocupados com os plantios de eucalipto, segundo dados da própria empresa.

Com a instalação da empresa na região, acentuou-se profundamente o processo de mudança de propriedade, onde a grilagem sobre terras não tituladas de comunidades indígenas e quilombolas e o desenvolvimento do mercado especulativo de terras destacam-se como os aspectos mais evidentes desse processo.

E, para além das críticas relacionadas à concentração de terras, outro agravante contra a empresa é em relação a como se deu a aquisição destas terras. Com a ocorrência de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - realizada pela Assembléia Legislativa do estado do Espírito Santo, para discutir sobre as práticas da Aracruz Celulose - vieram à tona as irregularidades da obtenção das terras pela empresa, durante a expansão de seus plantios na década de 70, principalmente na região Norte do estado, como veremos a seguir.

4.2 A OCUPAÇÃO DAS TERRAS

Durante o período em que não se introduziu na região Norte nenhuma atividade que visasse o seu desenvolvimento econômico, todo o seu território permaneceu povoado quase que somente pelas comunidades tradicionais e por pequenos agricultores, vivendo de subsistência em uma grande área coberta ainda com florestas. Mesmo com alguns grandes fazendeiros, a população camponesa tinha o seu pedaço de terra.

¹¹ Os valores divulgados pela empresa se apresentam inferiores aos valores divulgados por Organizações não-governamentais, como a FASE, por exemplo. Segundo tais entidades, a área sob o domínio da empresa é bem superior do que aquela apresentada nos dados oficiais (MMA, 2005).

A lógica de ocupação do solo era simples, remetendo aos antigos regimes de sesmarias: a posse da terra era legitimada pelo trabalho na terra, pela sua ocupação. A disponibilidade de terras, possível pela grande reserva de solo novo e fértil, imensa para uma população escassa, possibilitava a organização destes grupos em torno do uso comum do território - sem limites cercados – e ligado ao uso.

O título da propriedade não possuía grande relevância, conforme pode ser observado nos depoimentos dos moradores mais idosos. Nas narrativas, podemos perceber a confusão entre a posse e a propriedade da terra, confusão esta que diminuía a importância que a titulação das terras poderia ter, visto que muitos achavam que bastava requerer a posse da terra junto ao Poder Público para adquirir a sua propriedade.

Dona Ana – Meu pai comprou a dele, depois, depois que criou nós, os filhos casou, cada um comprou o seu pedaço, o seu terreno. É menina, era terra mesmo, que lá tinha aquele mundão de terra, aí a gente ia na prefeitura, comprava aquelas terras.

– Ah, comprava na prefeitura?

Dona Ana. – É. Comprava lá. Porque tinha o prefeito que dizia que era dono da terra, né. Dono assim porque ele tinha pra vender os terrenos, né. Aí a gente comprava da mão dele. Aí vinha, tirava aquele tanto pra cada um o que quisesse, aí a gente ia pagando, todo ano a gente pagava... pagava a terra como a gente comprou este terreno: compramos, pagamos na mão de quem compramos e *ficamos todo ano pagando este terreno assim*. (Dona Ana, 87 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

A obrigação de ter que pagar o Imposto Territorial Rural (ITR) sobre suas terras – ou INCRA, como muitos o chamavam - aumentava ainda mais a confusão entre posse e propriedade: a ideia geral era que se pagavam um imposto sobre a terra, possuíam a sua propriedade, ela estava regularizada. Mas o ITR incide tanto sobre a propriedade quanto sobre a posse da terra. Ainda que esta seja aquela que está juridicamente perfeita, não confere ao possessor a faculdade de dispor comercialmente dela.

Art. 29 – O imposto, de competência da União, sobre a propriedade territorial rural tem como fato gerador a propriedade, o domicílio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localização fora da zona urbana do Município. (CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, 2006).

Na década de 20, segundo a memória local, algumas famílias conseguiram regularizar a posse do terreno: na época, o governo do Estado estava titulando

terras ocupadas por camponeses na região e, para adquirir o título de propriedade, os requerentes deveriam se deslocar até Vitória, capital do estado. De fato, no Recenseamento de Imóveis Rurais do Estado do Espírito Santo de 1920, algumas famílias negras da região possuíam propriedades regularizadas (MC, 2004). A maioria de nossos entrevistados no São Benedito diz que possuíam as escrituras de seus terrenos, mas que muitas famílias das comunidades só tinham a posse da terra, sem escrituras.

A situação verificada 30 anos depois confirmava esta “teoria”, pois a maior parte das terras tinha voltado a ser não regularizada: muitos herdeiros, com a morte do proprietário, não realizaram a transmissão oficial de terras aos herdeiros legais, passando a ocupar os terrenos de forma comum, iniciando assim um processo de “desregulamentação” dos mesmos (MC, 2004). Aliado a este fato, a exploração de madeira na região tem seu ápice no mesmo período – com o Estado incentivando o requerimento de posses na região, a fim de estimular o seu desenvolvimento econômico – e dá início ao processo de espoliação da terra. Com isso, as terras ocupadas pelas comunidades, antes consideradas propriedades privadas, são caracterizadas devolutas novamente, de acordo com a Lei Estadual nº 617/51.

Mas foi a ocupação da área pela implantação das empresas agro-florestais e de seus plantios de monoculturas – destacando-se, tanto pelo seu porte como pela sua importância frente ao Estado, a Aracruz Celulose – que acentua a lógica de valorização do capital na estrutura fundiária da região estimulando, ainda mais, a grilagem das terras.

Neste contexto, as terras ocupadas pelas comunidades quilombolas, não sendo consideradas juridicamente como terras comunais e sim devolutas, se apresentam como fontes potenciais de recursos para o Estado, sendo vistas como grandes reservas de terras, espaços vazios que serviam de estímulo à instalação de grandes empresas agro-exportadoras. As comunidades eram invisíveis, consideradas de menor importância frente ao progresso que a empresa traria à região. Assim, desprotegidas e sem conhecimento de qualquer legislação e política pública, esta população se tornou um alvo fácil, ainda que a transformação de terras livremente ocupadas em propriedade privada não sem deu sem resistências, pressões e muitos

conflitos, inclusive no meio das próprias famílias quilombolas, com brigas entre parentes sobre vender ou não os terrenos e usurpação das terras de uns por conhecidos.

- Aí começaram a comprar terra dos outros. Muita gente fez isso mesmo, pegou terra dos outros, vendeu pra Aracruz. Vendeu barata demais, não deu pra nada, nossa terra era grandona. (Nicete, 65 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Seu Henrique – Porque sempre botaram uma coisa no juízo da gente de repente, né, o comprador de terra. *Porque o comprador de terra era meu próprio primo meu, o Benedito Pelé.* Era próprio primo meu. Ele que pegou a terra toda, tinha a terra toda, sem nós saber, eles fizeram a coisa toda pra lá sem nós saber. Aqui tinha a terra toda, na beirada, aqui era a beirada do rio, aqui pegava na beirava e vinha até o Córrego das Piabas, né. Agora eles pegaram aqui e também no meio do terreno pegou este pedaço aqui. Eles pegaram aqui na beira do rio e este pedaço no córrego das Piabas e, esse meio aqui, esse meio é deles. Venderam o meio, foi o que venderam primeiro, sem ninguém saber. Venderam ele, mas não tinha ninguém já nele, ele tava vazio.

– E quem vendeu?

Seu Henrique – Quem vendeu primeiro foi esse primo meu. Nas terras, não morava ninguém nas terras não, porque Pelé muitos anos morava em São Mateus, ta vendo. Há muitos anos ele morava em São Mateus. Ele largou, eles vieram e venderam a terra e tiraram um pedaço. Quando acabou este pedaço de terra aqui, esse daqui pra cá, da beira do rio, eles largaram a terra aqui quase toda pro tio dele, que ele foi criado pelo tio dele, este pedaço aqui todo, e disse que era todinho dele, ele foi criado por um tio dele. Este pedacinho de terra aqui ele largou pra três pessoas. Mas é o seguinte, não sei de que jeito é que eles fizeram que eles pegaram o papel da escritura, não tem a escritura do terreno, aquela que você paga a terra pro Incra? Eles pegaram o papel da escritura e aí eles sumiram com a escritura. Esse pedaço de terra aqui ficou sem escritura, aquela propriedade toda, entramos com advogado e tudo e não achou a escritura.

– Mas tinha a escritura antes?

Seu Henrique – Tinha a escritura, era todo escriturado, a terra era em dia, era toda em dia. Pegaram aquela terra que eles tiraram pra cá e fizeram uma nova escritura outra vez, mas aí já bateu no nome do tio dele, ele e o primo dele colocaram no nome do tio dele. E essa daqui é a que venderam, e esse pedacinho aqui ficou pra três [...] E essa eles que venderam, não tem assinatura de ninguém, essa que eles quiseram cá que é tudo uma terra só, né, tudo uma terra só. Essa que eles quiseram pra beira do rio, não teve assinatura de ninguém. (Seu Henrique, 80 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Nem quem possuía algum documento que comprovasse a posse da terra era poupado pela empresa: para comprar as terras regularizadas, as estratégias de convencimento, no caso, eram de uma perversidade maior. Geralmente, o comprador das terras não era a própria empresa – assim como ocorria no requerimento de terras devolutas - mas alguém que lhe prestava serviços e o valor

estipulado para compra era extremamente baixo, variando de acordo com a resistência apresentada por cada família. (FASE, 2002:25)

- Mercado? Que preço de mercado, Sr. Deputado? V.Exa. acha que na ditadura tinha preço de mercado? Ai, ai. Os caras davam qualquer migalha; não tinha esse negócio de preço de mercado não. Nunca existiu esse negócio de preço de mercado.

Pode até ter algum documento falando, relacionando um preço. Mas não foi assim, não foi desse jeito que aconteceu não. Ali prevalecia a argumentação. Se o cara fosse bom de derrubar na idéia era um preço; quando o cara era mais difícil usava outra argumentação e quando ainda era mais difícil usava a repressão. (Domingos Firmino dos Santos. In: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO - ALES, 2002: 8).

A empresa valia-se uma personalidade expressiva no meio das comunidades, o Benedito Braulino (Pelé) – já citado em um dos depoimentos acima, por ter vendido as terras de sua própria família, sem consultar os outros parentes – e considerado por muitos como o “comprador de terras” oficial da Aracruz Celulose.

João – Ele era o comprador de terra, o procurador de terra da Aracruz, não era pra ele não, era pra Aracruz, ele era empregado da Aracruz.

- Mas ele falava que era empregado da Aracruz?

João – Se ele falava? Ele falava que era empregado da Aracruz, tanto que ele comprava a terra pra Aracruz.

– E muita gente vendeu pra ele?

João – Ihhh... Muita gente vendeu pra ele. Mas é que vendia, ele fazia procuração e vendia a terra e tudo mais, mas ele não fazia pagamento, a Aracruz é que tinha que mandar medir a terra e o pagamento era feito pela Aracruz. (João, 52 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Segundo depoimentos, supõe-se que Pelé teria sido escolhido por ser comerciante no aglomerado urbano de São Mateus, o que facilitaria o papel de intermediário entre as famílias que ocupavam as terras e os demais segmentos sociais. Além disso, o fato de ser negro e antigo morador das comunidades lhe permitia ter um acesso pacífico nas mesmas.

- É porque o Pelé, depois que saiu, como ele falou de 1958 foi para São Mateus e ele tinha um comércio naquela região. E ali, por exemplo, o negro que morava no Quilombo, depois que coloca um comércio em uma cidade ele passa a ser referência. E como ele não tinha uma boa relação com a comunidade européia, com a comunidade branca, se tinha um ou dois negros na cidade geralmente o pessoal vai procurar o negro na cidade. O que aconteceu foi isso [...] O pessoal sempre ia para São Mateus e procurava o Pelé, porque ele era uma referência ali, muito conhecida. (Domingos Firmino dos Santos. In: ALES, 2002:14).

Para convencer as famílias a vender a terra, Benedito Pelé se utilizava de vários argumentos. Um deles era a venda em troca de empregos na empresa. Mas, antes de conseguir o emprego, os indivíduos teriam que sair da terra primeiro para poder estudar na cidade.

Luiz Pereira, deputado - A respeito da questão de promessas de empregos, o Sr. Benedito Braulino afirmou que a Aracruz nunca negociou terras com posseiros ou pessoas com terras escrituradas com promessas de empregos. As pessoas que tinham interesse em vender as terras para a empresa faziam de livre e espontânea vontade. Eles nunca fizeram promessas que se a pessoa vendesse a terra iria trabalhar na empresa. Afinal, houve ou não promessas de empregos na época da negociação daquelas terras?

Domingos Firmino dos Santos - Os caras usaram várias estratégias e essa foi uma delas. Se o cara comprou a terras, ele vai logo convidar o cara a trabalhar na empresa dele, era assim que acontecia.

- Na realidade prometeu emprego sim, a prova vocês podem ir naquelas comunidades negras da região, pois grande parte dos familiares trabalharam na Aracruz. Uns estão com problema de vista, como o Sr. Coxi, o Sr. Floro, que trabalhou na Aracruz, está com uma ação na Justiça. Tem várias ações de indenização na Justiça devido à questão do agrotóxico e etc.

- Na realidade foi negociado alguns empregos, promessas de empregos. Era da metodologia, só que hoje não tem mais ninguém dessas pessoas na empresa mais, porque tem umas poderosas máquinas que ocupam a mão-de-obra do trabalhador. O que acontece é isso.

- Eu já trabalhei na Aracruz durante sete meses, no viveiro de eucalipto. (Domingos Firmino dos Santos e Luiz Pereira. In: ALES, 2002:10).

A coerção também fazia parte das estratégias de venda: se alguém tivesse vendido as terras para a Aracruz, os seus vizinhos “teriam” que vender também, pois a Aracruz não seria uma “boa vizinha”.

- Nós fomos procurar ele e o que ele falou pra nós: ó, eu acho que é bom vocês venderem essa terra de vocês, que daqui a uns dias vocês não podem criar nem galinha, que a Aracruz não vai aceitar galinha dentro da propriedade deles. Não vai aceitar, nem porco, nem cavalo, que era animal que nós tinha pra carregar carga, não vai aceitar. E eu tinha três ou quatro cabeça de gado pra carregar carga, tinha dois burro bom. Ele falou “é bom vocês vender, pra poder depois não ter que reclamar e perder animal aí. Que se for pra terra da Aracruz, aí depois a Aracruz apanha, aí vai pro curral deles. Aí atormentou o juízo da gente, ficou atormentando o juízo da gente, aí fui obrigado a vender. (Seu Henrique, 80 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Dona Ana – Não. Comprou pra planta eucalipti. Né eucalipti? Mas que não podia mais ter mais gente nas terra lá, porque quando um... é assim, por exemplo: eu tô aqui é um terreno né, ali embaixo é outro, outro vizinho, né. Aí se aquele de lá vender, a gente aqui não podia ficar não..

– Eles falavam isso?

Dona Ana – É. Porque aqui a gente teria que ir porque senão os animal da gente ia lá no terreno dele lá. Galinha, porco, qualquer animal.

– Aí falavam que todo mundo tinha que vender?

Dona Ana – Tinha que vender. Quando um vendia outro tinha que vender. Aí eles ficavam encima da gente, de todo mundo. (Dona Ana, 87 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

- Porque quando chegou o negócio de eucalipto foi comendo tudo, os terrenos. Aí o pessoal lá, nossos vizinhos foi vendendo tudo, cada um vendendo sua parte. Aí fomos ficando imprensado lá, aí vendemos o terreno todo [...] Aí foi ficando difícil, foi ficando difícil, aí meu pai chegou, foi obrigado a vender a terra. Foi obrigado a vender a terra porque eles chegaram para meu pai falando que meu pai não podia criar nada lá mais, não podia ter nada lá. Aí ele vendeu a terra. (Orestes, 46 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Para quem ainda resistisse à venda, outra forma de se apropriar das terras ocupadas era o uso da coerção. Neste processo, o Tenente Merçon foi uma importante figura, que impunha certo receio nas comunidades negras, pelo fato de fazer parte do Exército Brasileiro, em pleno período da ditadura, além das ameaças, veladas ou não, de destruição das lavouras e casebres das famílias residentes, caso houvesse resistência à ocupação das terras pela empresa.

- Na década de 60, estávamos em franca ditadura; era um Tenente comprador de terras. Coloquem-se na situação de uma comunidade daquela, há quarenta anos, época de ditadura, de repressão, projetos nas comunidades, projeto faraônico na região, um mega projeto da Aracruz. Imaginem o que esse Tenente não poderia ter feito! Na realidade foram usadas todas as estratégias. E essa das ameaças aconteceram também, o Sr. Nildo falou aqui no seu último depoimento, de que tinha uma área de terra e perdeu essa parte de terra; falou que teve até problemas com o Sr. Merçon, não sei se é vivo ainda, nunca mais o vi. (Domingos Firmino dos Santos. In: ALES, 2002:19).

E, enquanto esta nova lógica de propriedade era incentivada e legitimada pelo Estado - através de leis de incentivos fiscais - o requerimento da posse era a única garantia manutenção de seus territórios pelas famílias, mesmo que implantasse a lógica da propriedade particular sobre o antigo território comum. Conforme Almeida (2004: 13), as chamadas terras devolutas foram instituídas, ainda no período colonial pela Lei nº 601 de setembro de 1850, de forma a dificultar o acesso legal dos povos indígenas e escravos alforriados às terras.

Coibindo a posse e instituindo a aquisição como forma de acesso à terra, tal legislação instituiu a alienação de terras devolutas por meio de venda, vedando, entretanto, a venda em hasta pública e favoreceu a fixação de preços suficientemente elevados das terras, buscando impedir a emergência de um campesinato livre. (ALMEIDA, 2004).

Proibidas para a venda, no entanto as terras devolutas¹² poderiam ser adquiridas por pessoas físicas junto ao Estado, desde que cumprissem certos requisitos. De acordo com a Lei Delegada 16/67, terras devolutas eram aquelas:

- II - as que não servirem a nenhum uso público do Estado;
- III- as dadas em sesmarias e sob outras condições, incursas em comissão por não haverem sido revalidadas;
- IV - as que não foram objeto de posse legitimada nos termos da lei;
- V - as que se acharem ocupadas por posse que, embora processada de acordo com a lei, ainda não tiver sido julgada ou não se basear em título legal;
- VI - as ocupadas por posse sujeitas à legitimação pela presente lei;
- VII - as que se acharem no domínio particular por qualquer título ilegítimo; (FASE, 2002:22).

O requerente tinha que comprovar ser lavrador, criador ou se dedicar a atividades agropecuárias. Além disso, de acordo com a lei supracitada, impunha-se a existência de cultura efetiva, moradia habitual do posseiro no prazo mínimo de 3 (três) anos e manter, pelo menos, uma quinta parte de terreno em exploração. (FASE, 2002).

Entretanto, segundo o apurado na CPI realizada pela Assembléia Legislativa, foram verificadas diversas irregularidades no processo de legitimação de terras ocupadas por grupos tradicionais, durante a década de 70, a favor da empresa.

Funcionários ou ex-funcionários da empresa requeriam, como pessoas físicas, as terras devolutas e depois as repassavam para a Aracruz Celulose. Na maior parte dos casos, os requerentes nem sequer sabiam onde se localizavam os terrenos, não eram agricultores e nunca moraram na região. (ALES, 2002). Tal situação pode ser exemplificada por diversos depoimentos tomados durante a CPI:

- Tinha consciência de que iriam ser requeridas em meu nome para passar posteriormente, depois de legalizadas, para a empresa Aracruz Celulose. [...] Essas terras foram só legalizadas em meu nome para que eu passasse para a Aracruz depois, para uso de reflorestamento de eucalipto. Perguntado se desembolsou alguma quantia para pagamento de taxas ou valores cobrados pelo Estado para requerer essas terras, assim respondeu:
 - Eu não recebi nada, mas acredito que deve ter sido como venda. Eu não tenho certeza. Quanto a receber alguma coisa, eu não recebi nada.

¹² Conceitos de terras devolutas e processo de legitimação de terras: Lei Estadual 617/51, a lei Delegada 16/67 e Decreto 2688/68.

- [...] eu fiz para ajudar a empresa. Pediram para legalizar em meu nome e usar o meu nome e eu aceitei.

Perguntado quanto tempo ficou com as terras, assim disse:

- Isso foi de imediato, assim que as adquirei passei para a Aracruz.

E ainda, sobre o que receberia em troca de tal benesse, assim respondeu:

- Sem receber nada. Achei que era um modo de estar ajudando a Aracruz, pois a empresa Aracruz quando chegou no município de Aracruz era o orgulho do povo de lá. (Orildo Antonio Bertolini, ex-funcionário da Aracruz Celulose. In: ALES, 2002:4196).

- Fiz isso por liberalidade. A empresa me pediu e não hesitei, porque era um pedido da empresa. E por ter sido bem tratado, sempre tive bom relacionamento, titulei, mas nada recebi. [...] Na época assinei o requerimento, depois que a escritura foi liberada, não sei em que período, outorguei a escritura para a empresa. (Ivan de Andrade Amorim, ex-funcionário da Aracruz Celulose. In: ALES, 2002:4496).

Durante o processo de legitimação das terras, não foi verificado pelos órgãos responsáveis se os requerentes eram de fato agricultores e se residiam nos terrenos em questão, de acordo com o depoimento de Edwar Alcântara, agrimensor responsável pelos trabalhos técnicos de medição de terras:

- Geralmente eles citavam ser agricultores. Quando a gente ia lá no terreno medir eles estariam presentes ou então fazendo-se representar por alguém; e procuravam saber com os vizinhos quem era o proprietário e os vizinhos concordavam e diziam que ele era o proprietário e a terra era medida por informações. [...] e pensa-se que quem requer é agricultor, *muito embora nem todos*. (Edwar Alcântara. In: ALES, 2002:4216).

Desta forma, cerca de 22 mil hectares de terras devolutas foram passadas à Aracruz Celulose, requeridas por 29 ex-funcionários da empresa. (MMA, 2005:59). Como os requerimentos eram realizados diretamente junto ao Poder Público, muitas vezes as famílias só vinham saber o que tinha ocorrido quando já não possuíam mais o terreno. Com este tipo de procedimentos, a empresa se apropriou de terras de muita gente, sem pagar nada por isso, segundo os depoimentos.

Dona Nila – Olha, o meu eu não tinha a escritura pronta. É isso que eu falei com eles, porque foi o seguinte, esse terreno meu, que eu morava no terreno da sogra. E tinha essa parte de terreno que um engenheiro de Conceição da Barra falou “olha, vocês, esse casal aí ó, tem que fazer o requerimento deste pedaço de terra” que não era grande, né, “pra vocês serem o dono, pros seus filhos”. Aí foi isso que nós fizemos, ele fez a medição, primeiro ele mandou em São Mateus, fez o requerimento, que na Barra não faz, aí veio o papel do requerimento que ele passou pra gente, aí ele fez a medição, foi lá, deu 3 alqueires de terra, daí ó. Quando ele tava fazendo o documento foi na época que Benedito Pelé chegou com o pessoal da Aracruz lá. Invadiu. E você vê que eles fizeram um esquema tão bem feito que até o engenheiro eles botaram pra correr da Barra. O que eu já catei este homem pra me dar meu documento e não acho. Que se eu

achasse esse documento, porque aí eu requeria no estado, se eu achasse aquele engenheiro...

[...]

Dona Nila - Mas só que não deixaram nada. O que tinha derrubou tudo, derrubou a casa, derrubou os pé de planta todos que tinha, não deixou nem vir me chamar, um telegrama, ou sei lá, uma coisa, um... Pra mim tirar o que tinha ali dentro. Tinha a roça....

– Mas tava morando alguém no terreno?

Dona Nila – Tava. Tinha. Tinha meus parentes morando. Tiraram. Ele doente, a mulher já tinha falecido, dele, ele doente, os filhos eram muito novinhos, aproveitaram e botaram numa casa cá em Conceição da Barra, que nós tinha. Aí ocuparam o terreno. (Dona Nila, 68 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

– E a Aracruz pegou o terreno?

Nicete - Pegou. E esse terreno aí eles não podiam ter pegado. E de outro, e de outro também não, porque tinha o documento. E eles não compraram. Num compraram. (Nicete, 65 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Podemos verificar que ocorreu na região um processo de apropriação ilícita de terras ocupadas por comunidades negras – como também ocorreu em muitos outros lugares do Brasil – onde a “transformação de áreas não aproveitáveis economicamente em áreas utilizáveis para alguma forma de empresa capitalista rentável traz a conseqüente expulsão, pelos mais diversos meios, das populações tradicionais aí vivendo” (MC, 2004: 23).

Ora, não se pode abstrair a importância do regime de propriedade – onde prevalece a posse, muitas vezes coletiva - em uma comunidade tradicional. O modo de vida das comunidades quilombolas está intimamente relacionado com o uso do território e Lefebvre (1981a:152) destaca que “onde predomina a propriedade no sentido do direito romano (propriedade quiritária) a comunidade tende a desaparecer ou desaparece completamente.” E as alterações fundiárias provocadas pela instalação da Aracruz Celulose nos territórios ocupados pela população que historicamente habitava a região provocaram impactos que vão além da mudança do uso do solo, alterando também as condições de reprodução de seus modos de vida, como veremos a seguir.

4.3 E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

Com o processo de industrialização impulsionado pelo governo estadual durante a década de 60 e 70, todo o território capixaba sofreu intensas modificações, decorrentes de um fluxo de capital gerado não pelas condições de produção interna

ao estado, mas por necessidades econômicas pertencentes ao nível federal e até internacional. Neste processo, as principais regiões afetadas foram a região metropolitana da Grande Vitória - que por seu papel centralizador de atividades, abrangeu quase que a totalidade dos Grandes Projetos Industriais implantados – a região do município de Aracruz, onde foi implantada a empresa Aracruz Celulose e a região Norte do estado, onde se localiza a maior parte dos plantios de eucalipto da empresa. Esta, por ter na base de seu funcionamento a produção de madeira, necessitando de extensas áreas para o plantio do eucalipto, diferencia-se dos demais projetos por provocar fortes impactos na área rural, com efeitos intensos na agricultura e na estrutura fundiária. Assim, as atividades de cunho tradicional existentes na região passam a se subordinar à dinâmica capitalista, adquirindo um novo sentido e ritmo de desenvolvimento.

Em relação à população local e às comunidades tradicionais, a primeira consequência gerada pela nova estrutura econômico-social que toma conta da região é a substituição da Mata Atlântica pelos plantios da monocultura, iniciados durante a década de 70 (FASE, 2002; FERREIRA, 2002). Segundo depoimentos locais, a derrubada da mata foi realizada com os tratores com *correntões*: dois tratores ligados por uma corrente, amarrada entre eles, que ia derrubando tudo que havia pelo caminho, derrubando árvores e atropelando animais, afetando toda a biodiversidade local. Conforme vimos anteriormente, o modo de vida da população local se relacionava intimamente com o meio ambiente em seu entorno; sua grande referência espacial e de produção era a floresta. O desmatamento desequilibrou as suas condições de sobrevivência, extinguindo tanto a sua fonte alimentar como a sua fonte de recursos para outras atividades, como o artesanato, por exemplo.

Além disso, o processo de modificação da estrutura fundiária, que havia se iniciado com a substituição da exploração de madeira de lei pela pecuária, foi aprofundado pela apropriação e compra de terras pela Aracruz Celulose, o que contribuiu para aumentar a concentração fundiária da região e para expulsar o camponês do campo: em São Mateus a área ocupada pelas florestas plantadas passou de 9.497 ha em

1960 para 52.162 ha em 1980, enquanto que em Conceição da Barra cerca de 68% do território municipal é ocupado pela monocultura de eucalipto¹³.

Tabela 02: Uso da terra em Conceição da Barra e São Mateus – área (ha) / 1960 – 1996
Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980, 1996)

Uso da terra	1960		1970		1980		1996	
	C.da Barra	São Mateus						
Lavoura permanente	8.241	14.492	2.419	6.170	1.237	13.899	2.231	21.901
Lavoura temporária	9.113	13.523	6.289	13.085	6.714	11.020	12.559	5.141
Pastagem natural	15.037	22.456	13.395	64.028	20.961	59.680	7.078	28.998
Pastagem artificial	22.784	40.420	69.361	30.328	30.416	41.194	5.441	72.272
Matas naturais	86.039	104.852	45.398	56.404	19.975	31.285	14.485	25.037
Matas plantadas	2.660	9.497	2.112	560	30.910	54.134	33.685	52.162
Terras em descanso	9.279	5.870	11.516	23.285	4.395	18.569	1.368	11.133

E as mudanças da propriedade não são apenas aquelas referentes à monopolização de terras, pois com a valorização capitalista das mesmas percebemos um processo de transformação da terra camponesa – valorada como a base da existência familiar, da reprodução sócio-cultural e econômica da comunidade – em um bem, um valor de troca, onde o título de propriedade adquire maior importância que o uso e a posse do território.

Ao mesmo tempo, com a ocupação das terras ao redor por eucaliptos, os córregos secaram – visto a demanda por água pela empresa, tanto para o plantio quanto para a produção de celulose – e a qualidade dos solos foi prejudicada, tanto pela redução hídrica quanto pela proximidade com o plantio de eucaliptos, que se apropriam dos nutrientes e da água do solo. Deste modo, a agricultura de subsistência ainda possível não é suficiente para a sobrevivência da população (FASE, 2002).

– Como tem lá no nosso terreno, água era o rio do Angelim. Nós morava acima e andava umas distância daqui até ali, aquelas terra ali, mas ficou seco assim. Tinha outro que era o rio de Santana lá no meio do Sapê lá, ficou seco assim. Lá mesmo onde uma irmã minha mora lá ainda, tem uma irmã minha que mora pra lá, secou. Aí foram na cabeceira do rio e fizeram uma usina de cana, soltaram água, aquela água suja da cana todinha neste rio, ela agora tem água encanada.

- Alguns que tão lá de teimoso, alguns que não vendeu a casinha. Alguns vendeu a metade da terra, deixou só um pedacinho pra morar. Aí que que faz? Quando eles tiram os eucalipi, manda eles limpar o chão, plantar alguma coisa, planta, aí aquilo saiu, acabou, acabou. É um lugar que nem sai, que a terra é dura, porque eles judiam a terra, que joga lá uns negócio

¹³ Áreas municipais: Conceição da Barra = 1.188 km²; São Mateus = 2.343 km². (IBGE, 1996).

que eles joga, aí aquilo cola a terra, aí não dá pra plantar planta, planta d'água. Eucalipi ressaca a terra. Aquelas cana também resseca. (Dona Ana, 87anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Com isso, cada vez mais são necessários artigos vindos da cidade para suprir as necessidades de sobrevivência da população. Ora, a produção camponesa girava em torno da satisfação das necessidades básicas, onde não cabia produzir mais que o necessário. As categorias de suporte do sistema capitalista, tais como salário, capital e renda da terra, não assumem importância significativa neste contexto; o camponês organiza a sua economia em outras bases que não o mercado, em um tipo de economia onde prevalece a reprodução simples, sem acumulação de excedentes, ao invés da economia tipicamente capitalista (MARTINS, 1997:189). Mas a perda das terras e da floresta tirou das comunidades a sua base de sustentação.

– Eu não sei se foi a Aracruz que fez isso. Nesta época ninguém, ninguém sabia que existia a Aracruz. Eu não sei se foi. Depois que a gente veio de lá, que eles fizeram a plantação de eucalipto lá e de cana que tem gente que até quando vem aqui compra feijão pra levar pra lá, que diz que lá não planta mais nada. Nem água tem. (Nicete, 65 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Comprar produtos da cidade significa se inserir de vez na lógica capitalista, significar ter que ganhar dinheiro para comprar e, então, trabalhar para pagar, transformando os quilombolas em mão-de-obra barata para os ciclos de carvão e celulose, sujeitando-os a empregos precários, em sua maioria. E cada vez mais escassos, uma vez que a implantação da Aracruz não gerou muitos empregos para a população local.

O empreendimento significou a criação de, no mínimo, 4.260 empregos diretos na região¹⁴, mas a maior parte destes postos de trabalho requer um nível de qualificação que a população local não possui. Para esta, restaram os empregos nas atividades de reflorestamento, que se caracterizavam pela sazonalidade. Mas, mesmo assim, nos últimos anos - com a introdução de novas técnicas e novas formas de trabalho - estes foram sendo mecanizados e terceirizados, dispensando

¹⁴ 3.120 empregos na área florestal, 1.042 na área industrial, 404 na área administrativa e 18 na área comercial da empresa (MOTTA, 1982:83).

grande parte dos trabalhadores e aumentando as condições de insalubridade para os que ficam.

Segundo Motta (1982), o fato de a região ter sido uma grande área de atração para um considerável fluxo populacional, durante as décadas de 70 e 80, é explicado porque no primeiro momento houve uma quantidade razoável de empregos, na fase de construção civil. Neste período, levas de trabalhadores de outras regiões do Espírito Santo e também de outros estados vieram em busca de emprego. Mas, com a inauguração da fábrica, em 1978, mais de 10.000 trabalhadores foram dispensados (MOTTA, 1982:83).

O desenvolvimento econômico da região - argumento utilizado para justificar a implantação do empreendimento de celulose - não significou a melhoria econômica da vida do camponês e do quilombola. O projeto implantado e, principalmente, a forma como foi implantado, desarticulou o modo de vida tradicional, deixando os indivíduos "livres" para as novas e escassas formas assalariadas de trabalho, envolvendo a todos em um sistema de relações dependente das relações capitalistas de produção.

Na medida em que a população expulsa do campo procura outras formas de re-inserção nas atividades econômicas que lhes permitam a sobrevivência – e na medida em que as atividades econômicas que prevalecem na região não conseguem absorver toda esta população – a demanda por empregos urbanos adquire uma importância cada vez maior. Algumas famílias que perderam suas terras continuaram a morar no campo, junto a outros parentes, mas seus filhos tiveram que partir, procurar empregos em cidades próximas, indo depois para Vitória.

Deste modo, os processos de expulsão da população rural, por meio da perda das terras e da devastação da floresta, estimulam a urbanização da população, já em meados da década de 70. A introdução do eucalipto, ao invés de desestimular o êxodo rural provocado pela erradicação dos cafezais, trouxe várias conseqüências negativas para a região – aumento da concentração da posse da terra, alteração do uso do solo, intensificação da mão-de-obra assalariada e generalização das

relações capitalistas, entre outras – acentuando o êxodo rural e levando a população expulsa do campo a se dirigir aos centros urbanos mais dinâmicos, que poderiam oferecer maiores possibilidades de sobrevivência (DALCOMUNI, 1990; MOTTA, 1982; FASE, 2002).

- O povo de lá tá tudo é na Barra. Foi todo mundo lá pra Barra, acabou com os mangues da Barra tudo fazendo casa. Algum que vendeu, que comprou um pedacinho de chão mesmo, fez uma casa, outro não fez nada, acabou o dinheiro com má influência, já outro fez uma casa, duas, aluga. Outro foi embora pro Rio, não tem mais ninguém na roça. (Nicete, 65 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Em São Mateus e Conceição da Barra, municípios mais próximos, é notável o aumento de aglomerados de sub-habitação, habitados por posseiros que venderam ou perderam suas terras para a empresa, empregando-se então como assalariados em tarefas de corte e manutenção dos eucaliptais (MOTTA, 1982: 85). Mas, segundo a autora, grande parte desta população migrou para outras localidades.

A saída forçada leva estes indivíduos a se adaptarem a uma realidade bem oposta àquela que antes conheciam, mudança esta que perpassa pela moradia, pelo trabalho e também pelas relações sociais. Esta mudança, analisada nestes aspectos, é o que pretendemos mostrar mais adiante.

5 UM NOVO LUGAR PARA VIVER

Com a perda das terras e a sua ocupação por plantações de eucaliptos, a vida não continuou a mesma para nossos entrevistados. Alguns partiram logo para Vitória, indo morar no São Benedito; outros foram morar nas áreas urbanas de São Mateus e Conceição da Barra, trabalhando ora no campo, ora na cidade, em empregos sempre precários; e outros, ainda, tentaram continuar no campo o tempo máximo que puderam. De uma forma ou de outra, o destino final foi Vitória, capital do Espírito Santo. Um pouco de como vieram e quando vieram, por onde passaram e por onde viveram entre a perda das terras e os dias de hoje, é o que tentaremos mostrar aqui.

Juntamente, abordaremos neste capítulo o processo de modernização do campo e de industrialização – principalmente urbana – por que passou o Espírito Santo, tecendo algumas breves considerações sobre migrações e a dinâmica populacional capixaba.

5.1 A NOVA DINÂMICA POPULACIONAL CAPIXABA

Podemos entender por migração o deslocamento espacial dos indivíduos, marcado por uma estadia continuada em seu local de destino, diferenciando-se assim de mobilidades passageiras, que não implicam em mudanças domiciliares. A migração interna é aquela que ocorre dentro das fronteiras de um país. Segundo Martine (apud IPES, 2003:87), a migração “não existe sozinha, não é determinante de nada por si só e não tem solução por si só”, ou seja, não podemos entender este tipo de fenômeno deslocado do contexto sócio-econômico e cultural do momento: as migrações tendem a modificar importantes relações sócio-econômicas, tanto nos locais de origem quanto nos locais de destino, se constituindo enquanto um ponto de intersecção de muitos problemas econômicos e sociais.

De acordo com Celin (1982:8), Ravenstein foi um dos primeiros autores a abordar o tema, colocando a migração como uma resposta à diferenças de oportunidades econômicas e a sua distribuição espacial, enfatizando a importância dos fatores econômicos como algumas das possíveis causas do processo. E, a partir dessas colocações, um outro autor, Everett Lee, procurou sistematizar os fatores que

influenciam a decisão de migrar, dividindo-os entre os lugares de origem, através de processos de expulsão da população, e os lugares de destino, associados a fatores de atração. Os primeiros são decorrentes da diminuição de emprego da área de origem e os segundos, do aumento de demanda da mão-de-obra urbana.

Este “ir e vir em busca de oportunidades” pode ser entendido sob a ótica de dois enfoques distintos: o neoclássico e o neomarxista. Segundo Becker (apud PAULA, 2002), a mobilidade neoclássica caracteriza-se por um deslocamento espontâneo, ou seja, a migração ocorre por conta de um desejo pessoal, sem ser considerada toda a realidade social ao redor do indivíduo.

A teoria neoclássica da migração é, em fundamentos, a contra-face da teoria de localização industrial. [...] Lado a lado, face a face, supostos igualmente livre e igualmente donos de seus destinos, capitalistas detentores de capital - meios de produção (ou capital – dinheiro) e trabalhadores detentores de capital humano tomam decisões e condicionam-se no livre jogo da oferta e procura... de localizações. Qualquer decisão que vier alterar o equilíbrio será compensada por decisões re-equilibradoras. E tudo se passará como no melhor dos espaços. (VAINER, 2002:58).

O enfoque neomarxista, por sua vez, aborda a migração dentro de um contexto sócio-econômico, entendendo a migração como resultante de conflitos em torno das relações capitalistas de produção: os indivíduos tendem a ser percebidos como secundários, frente às condições estruturais do mercado, principalmente do mercado de trabalho. Este enfoque enfatiza as contradições presentes nas escolhas locais dos indivíduos, analisando as relações sociais de produção e de propriedade vigentes no momento.

Golgher (2004) diz que o que geralmente impele a migração é a baixa qualidade de vida no local de origem: como este não permite que o indivíduo possa assegurar a reprodução de seu modo de vida – e isto ocorre por uma série de motivos – qualquer outro lugar poderia oferecer melhores condições. Deste modo, a propensão a se mudar ocorre “menos por causa de um alto retorno em um novo local de moradia e mais por causa do baixo retorno em seu local atual de residência” (GOLGHER, 2004:44). A causa da migração não seria, então, a atração que outros sítios podem oferecer, mas a incapacidade de permanecer no local.

Em uma abordagem comparativa, Vainer (1996:7) destaca o que Marx chamou de a dupla dimensão da liberdade sob o capital, como forma de diferenciar os dois enfoques: na primeira dimensão, temos o trabalhador livre de todo e qualquer tipo de adstrição territorial, então ele *pode* circular; mas na segunda dimensão, que adquire um caráter negativo, o trabalhador *está obrigado* a circular, por não dispor de meios que o permitem assegurar a sua reprodução – uma vez que ele é liberto dos meios de subsistência e de produção – em busca de compradores da única mercadoria que possui, a sua força de trabalho. Assim, ao contrário do que diz a corrente neoliberal, a migração, muitas vezes, não resulta da vontade do migrante. Singer nos diz que

Os fatores de expulsão que levam às migrações são de duas ordens: fatores de mudança, que decorrem da introdução de relações capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da propriedade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego. [...] e fatores de estagnação, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física da terra aproveitável quanto pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários. (SINGER, 1977:38).

Para entendermos um pouco da dinâmica populacional capixaba – e da migração das comunidades quilombolas para a cidade, em especial – é preciso uma certa reflexão sobre as mudanças por que passou o meio rural: um intenso processo de transformação de suas estruturas produtivas, conhecido como a modernização do campo, onde a lógica da produção industrial foi estendida para o espaço rural, com a conseqüente ascensão do preço da terra; a substituição de culturas tradicionais por outras, cultivadas de forma intensiva; a adoção de máquinas e insumos industrializados.

E também o advento dos Grandes Projetos trouxe grandes repercussões sobre o meio rural, com a implantação da Aracruz Celulose. A silvicultura provoca o aumento das florestas homogêneas, base de sua produção e fonte energética para as guseiras ligadas a outras grandes indústrias, como a CST, por exemplo. Com isso, o impacto é direto, modificando o modo de vida das comunidades tradicionais, obrigando-as a se inserir totalmente – ainda que de forma excludente – no sistema capitalista.

O desenvolvimento capitalista, pela natureza de suas relações constitutivas, é concentrador e excludente. Ao mesmo tempo em que está permanentemente incorporando novos setores e esferas da vida econômica, o capital, em sua incessante acumulação, concentra e centraliza os meios de produção e de controle da vida social. (ARAÚJO, VAINER, 1989:13).

A criação de um mercado unificado e a adoção de novas tecnologias leva à fragilização das atividades agrícolas periféricas, voltadas para subsistência e não interessantes aos grupos hegemônicos. Com isso, aqueles que não podem fazer uso das novas possibilidades técnicas e organizacionais acabam por ficar mais vulneráveis às oscilações de mercado, que se torna caótico para os pequenos proprietários e exemplarmente ordenado para os grandes grupos. (SANTOS, 2005).

A conjunção desses fatores estimulou a concentração da propriedade da terra e as mudanças nas relações de produção, de forma visível em várias regiões do estado. A erradicação dos cafezais já tinha liberado um grande contingente de trabalhadores rurais para os núcleos urbanos, mas a substituição das antigas áreas de lavoura de café por pasto e programas de reflorestamento – atividades poupadoras de mão-de-obra – juntamente com o processo de mecanização das atividades rurais tornaram disponível um excedente populacional que não encontrava alternativas de ocupação no interior do estado. Desestimular o êxodo rural, um dos argumentos utilizados para implantar a modernização do campo, não foi um dos objetivos alcançados com a sua implementação.

Em Conceição da Barra e São Mateus, o êxodo não foi causado tanto pela erradicação dos cafezais, uma vez que esta cultura nunca teve um papel determinante na economia desta região, como vimos anteriormente. Aqui, a liberação dos trabalhadores se deu por conta da concentração fundiária resultante da formação dos estabelecimentos florestais.

Tabela 03: Atividades econômicas rurais em Conceição da Barra e São Mateus / 1980
Fonte: IBGE (1980)

Unidade Urbana	Agricultura		Pecuária		Silvicultura		Agropecuária		Outros	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
Conceição da Barra	296	19.532	187	51.706	4	43.831	15	2.139	21	3.088
São Mateus	1.314	65.371	481	88.504	4	66.367	91	9.084	65	11.490

Podemos ver na tabela acima a desigual distribuição de terra, onde cerca de 4 estabelecimentos agroindustriais de silvicultura englobam mais de 50% da área total de cada município, em detrimento da agricultura, por exemplo. Podemos dizer que, nestes municípios, a taxa de emigração corresponde aos pequenos proprietários rurais, que perderam suas terras para as empresas de silvicultura. Foi o que aconteceu nas comunidades quilombolas, como vimos nos depoimentos. Alguns de nossos entrevistados no São Benedito vieram antes da ocupação das terras pelas plantações de eucalipto, em busca de trabalho. Mas foram muito poucos. A grande maioria veio somente após a chegada da agroindústria de celulose na região.

– Mas vocês vieram pra cá antes de vender a terra lá?

Dona Ana – Não. As menina, umas três menina. Foi assim, quando ele adoeceu, eles trouxeram ele pra aqui né. Porque lá não tinha médico. Aí nós viemos onde ele tava, conhecemos umas pessoa que pediam empregada, aí ele pegava e falava que tinha duas filhas que já trabalhava. Elas estavam nova, mas gente da roça trabalha mesmo, né. Aí elas vieram aqui visitar ele, as pessoa gostou das menina, ele quando veio, ele ia na casa dessas pessoa, eles levavam ele nos médicos, porque tinha carro e nós não conhecia nada aqui. Aí, elas ficaram na casa deles, dessas pessoas trabalhando, e ele passou uns dias aqui e foi embora pra roça. Depois piorou lá e tornou a vir pra cá, até que morreu.

Aí elas ficaram, quando ele morreu elas já estavam aqui empregada, ficaram logo. E eu fiquei lá. Mas eles não deixaram eu ficar lá na terra. Já tinha vendido, já tinha a palavra que tinha vendido, já tinha dado a palavra, não podia mais ficar. Aí, levaram as menina no banco, mandou pegar o dinheiro que tinha lá, não era muito nada, não deu pra pagar não. (Dona Ana, 87 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Seu Henrique – Porque eu assim, se eles não tivessem vendido o terreno, largado aquela parte feia, desmoralizada, eu nunca teria vendido o terreno não. Eu hoje em dia tava dentro do terreno.

– Mas seus filhos já tinham saído de lá?

Seu Henrique – Antes? Não, tava tudo dentro do terreno.

Orestes – Não, eu já tinha saído.

– Por quê?

Orestes – Porque quando chegou o negócio de eucalipto foi comendo tudo, os terrenos. Aí o pessoal lá, nossos vizinhos foi vendendo tudo, cada um vendendo sua parte. Aí fomos ficando imprensado lá, aí vendemos o terreno todo.

– Aí vocês foram embora nessa época?

Orestes – Na época que a Aracruz chegou. Chegou lá, nós viemos embora. (Seu Henrique, 80 anos e Orestes, 46 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Vimos, no capítulo anterior, que a perda das terras pelas comunidades quilombolas não ocorreu de forma pacífica e lícita. Até mesmo quem vendeu as terras, o fez por meio de coerção. A mobilidade desta população não foi determinada tanto por vontades pessoais ou apenas pela compra e venda de trabalho: a violência aparece

como um importante determinante no deslocamento do modo de vida dos quilombolas.

Os deslocamentos compulsórios se pautam pela coerção que afasta os grupos sociais de seu local de origem, sem possibilidade de escolha. A definição dada por Almeida (1996) nos fornece um maior esclarecimento sobre a questão:

O conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação, imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos. (ALMEIDA, 1996:30).

Em tais situações, a violência é imposta, geralmente, por aparelhos de poder que agem em nome do “desenvolvimento”, justificando suas ações como o caminho necessário para se chegar ao progresso e ao bem estar de todos. Sob esta ótica, prevalece a imagem do camponês, a ser desapropriado, como “atrasado” e praticante de uma agricultura de subsistência e extrativismo artesanal que em nada acrescentam a uma melhor qualidade de vida geral. O deslocamento, então, é visto como um “mal necessário” pelo desenvolvimento e pelo progresso e como uma oportunidade de modernização de tais áreas¹⁵. Desta forma, os danos infligidos se tornam menores frente a uma “mudança para melhor”, podendo ser reparados monetariamente, sem levar em conta toda a sorte de problemas - causados por este processo - não mensuráveis pelo capital e, portanto, não considerados pela expansão capitalista, tais como os males ambientais, a redefinição de identidades sociais e a perda cultural.

As conseqüências geradas são enormes: Almeida (1996) cita o estudo de M. Kleiner - membro do *Environmental Defense Fund* - que articula o deslocamento compulsório com o agravamento da pobreza. Segundo ele, a pobreza é agravada ao se privar os grupos sociais atingidos de suas fontes tradicionais de sobrevivência,

¹⁵ E, contra a idéia de que tais deslocamentos podem ser considerados como uma exceção, ocorrendo apenas em momentos críticos como guerras, os dados presentes em relatórios de agências de desenvolvimento como BIRD e BID, nos mostram que eles se tornam uma constante do modelo de desenvolvimento adotado em escala global: cerca de 10 milhões de pessoas, em todo o mundo, são deslocadas compulsoriamente pela construção de barragens, grandes projetos urbanos e vias de transporte (VAINER, 2002: 57).

levando-os a entrar no sistema capitalista, através do trabalho servil, informal e precário, mas produtivo. Pois, como coloca Gaudemar (1977:13), “o capital tende a subjugar todas as esferas que podem contribuir para sua valorização”, buscando abarcar todas as esferas concorrentes, transformando-as em produtoras de mercadoria.

Com a decomposição das pequenas propriedades e a capitalização das atividades, temos um processo de assalariamento do trabalhador rural, onde a força-de-trabalho é recrutada em função da acumulação capitalista, que também desobriga os proprietários de manterem integralmente os trabalhadores em suas propriedades. Sem a posse de suas terras, temos a transformação de pequenos agricultores em proletários rurais, os chamados *bóias-frias*, trabalhadores temporários que exemplificam a alienação da produção capitalista no campo.

Nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, a introdução do eucalipto já provocou o êxodo rural e agora dá origem aos aglomerados de sub-habitação. Posseiros ou pequenos proprietários que venderam suas terras nelas empregaram-se como assalariados, com tarefas de corte e manutenção das florestas homogêneas, ganhando salário-mínimo e passaram a viver em favelas nas cidades. No entanto, apenas parte dessa população permaneceu assalariada do Grupo Aracruz, os demais migraram para outras localidades em busca de melhores condições de vida. (MOTTA, 1982:85).

Depois de venderem as terras, alguns quilombolas continuaram vivendo em regiões próximas, trabalhando com o que sabiam fazer: na *roça*. Mas agora, trabalham para outros indivíduos e moram nas áreas urbanas de São Mateus e cidades próximas, que se tornam viveiros de mão-de-obra ao mesmo tempo em que apresentam grande crescimento de favelas em suas periferias.

Maria Helena – Lá em São Mateus trabalhava na roça. Trabalhando, batendo enxada, moendo café, catando feijão, o que aparecia lá na roça. Trabalhava pros outros, né. Trabalhava pra um, trabalhava pra outro. Antes de papai vender a terra, a gente trabalhava na nossa terra, depois trabalhava pros outros.

Orestes. – Antes a gente só trabalhava pra nós, pra nós e pra nossos pais. Depois que nosso pai vendeu, acabou com as terras, foi obrigado a vender pros outros, aí a gente começou a trabalhar pros outros.

Maria Helena – Lá em São Mateus a gente trabalhava lá. Como era mesmo o nome? Córrego dos Macucos, no Córrego dos Macucos. Só que a gente morava lá na cidade. Aí a gente ia trabalhar lá, ficava lá uns quinze dias e aí depois a gente vinha. Andava a pé, colocava as coisas no colo e vinha. Umás quatro horas e meia, andando no cavalo, o cavalo carregado e vinha. Aí ficava um mês em casa, uns cinco dias, aí depois voltava pra ir trabalhar

de novo. Nossos filhos foram criados trabalhando assim. Com essa vida que nós levava, tomava sol, era chuva, trabalhava, trabalhava. Ia pra lá, né. (Maria Helena, 50 anos e Orestes, 46 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Outros tentavam a sorte no mercado informal destas cidades, trabalhando em serviços domésticos ou fazendo pequenos “bicos”. A baixa geração de empregos na produção agrícola e os baixos salários levam à concentração desta população a um mercado solvável de atividades urbanas não ligadas à agricultura. Desta forma, juntamente com o processo de modernização do campo, surge uma nova forma de pobreza urbana nas cidades do entorno próximo.

Cláudia – Aí a gente foi pra São Mateus. Aí ficou difícil pra viver em São Mateus. Aí nós viemos pra aqui. Que aqui, pelo menos, é empregada doméstica né.

– E como vocês moravam em São Mateus?

Cláudia – Morava lá no.... Eu mesma morei numa casinha de tábuas, com dois cômodos. Eu com seis filhos, nessa casinha de tábuas. Aí depois que teve aquela coisa lá no Norte, com as eleições, aí a gente ganhou um barraquinho. Mas não tinha condições da gente fazer uma casa. Lá não tinha muito serviço, lá em São Mateus, agora que dizem que tá aparecendo um servicinho. Lá em São Mateus de primeiro não tinha, empregada doméstica ganhava menos de um salário. Eu fiquei sem trabalhar várias vezes, várias vezes. (Cláudia, 52 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Livre para circular, obrigado a circular. Neste contexto, a mobilidade dos indivíduos no espaço é vista como algo maior: a mobilidade do trabalho, que engloba tanto os deslocamentos espaciais da população quanto os deslocamentos setoriais e profissionais. Para Gaudemar (1977:16), em todos os casos trata-se do modo de como os homens se submetem às exigências capitalistas, ou seja, a mobilidade do trabalho compreende o uso capitalista da disponibilidade dos indivíduos.

Singer (1977) nos diz que se são os fatores de expulsão que definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, são os fatores de atração que determinam a direção de tais fluxos. A busca por trabalho se configura como o principal determinante entre os fatores de atração, levando os indivíduos a se deslocarem para uma infinidade de lugares, atrás de melhores condições de vida. Nossos entrevistados passaram por várias cidades, antes de se estabelecerem em Vitória: São Mateus, Conceição da Barra, sul da Bahia. Iam para onde “*tivessem ouvido falar*” que tinha emprego.

– E porque vocês vieram pra cá, saíram do Norte e vieram pra cá?

João – O custo de vida.

Orestes – Emprego.

João – Quando a Aracruz tava construindo, tava bem lá ainda. Depois a Aracruz desativou, aí a Petrobrás desativou, a Disa. Aí foi todo mundo pra Bahia, mas lá ficou ruim também, aí. veio pra cá.

Orestes – Lá o pessoal vivia da terra, né. Quando tinha terra vivia, depois vendeu tudo. Foi obrigado a vender tudo. (João, 52 anos e Orestes, 49 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

– Eu vim pra cá por conta de trabalho, né. Por lá tava ruim de serviço. Papai vendeu as terras, vendeu não, né, ele deu as terras. Deu as terras. E não teve como nós ficar na roça trabalhando, nós tinha muita lavoura, mas papai deu as terras aí nós ficamos sem lugar de trabalhar. São Mateus era um lugar muito ruim de serviço, agora eu não sei, mas era. Aí ficou sem serviço, aí nós viemos pra aqui. (Cláudia, 52 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

E a conjunção da modernização do campo com a política desenvolvimentista, que estimulava a expansão industrial nos centros urbanos, provocou um movimento migratório em direção à região metropolitana de Vitória. A população se movimentava em direção à região que concentrava a atividade econômica e a Grande Vitória se constituía como a única região de atração em todo o território capixaba pois embora tenha contribuído para o crescimento industrial no Espírito Santo, a política adotada não contribuiu para o desenvolvimento direto das cidades de menor porte, o que estimulava o movimento migratório para a região metropolitana (IPES, 2003). Deste modo, em contraposição ao que ocorria no resto do estado – onde o incremento populacional caiu consideravelmente – ocorria um processo de “inchamento” da região da Grande Vitória que, em 1970, passa a absorver 24,1% da população capixaba (SIQUEIRA, 1991:126).

Tabela 04: Evolução demográfica do Espírito Santo e da RMGV/ 1940-1980

Fonte: IBGE (1940, 1950, 1960b, 1970b, 1980b)

Ano	População total		Taxas anuais de crescimento		% população da RMGV no estado
	Espírito Santo	RMGV	Espírito Santo	RMGV	
1940	790.149	91.570	-	-	11.6
1950	957.238	110.931	1.9	1.9	11.6
1960	1.418.384	198.265	4.0	6.0	14.0
1970	1.599.333	385.998	1.2	6.9	24.1
1980	2.023.340	706.263	2.4	7.0	34.9

Os municípios que mais atraíam o fluxo migratório eram Vitória, Vila Velha e Cariacica, até o final da década de 60. Serra e Viana - os dois outros municípios que faziam parte da região metropolitana – ainda se caracterizavam pela predominância

do espaço rural, sem uma maior infra-estrutura: para Siqueira (1991:138), este é um fator decisivo pelo qual tais municípios não atraíam um grande fluxo de migrantes.

Tabela 05: Distribuição dos migrantes nas unidades urbanas da RMGV/ 1970-1980
Fonte: IBGE (1970b, 1980b)

Unidade Urbana	1970			1980		
	Pop. total	Migrantes	% Migrantes	Pop. total	Migrantes	% Migrantes
Cariacica	101.422	40.632	40,1	189.099	116.888	61,8
Serra	17.286	5.420	31,4	82.568	62.313	75,5
Viana	10.529	4.133	39,3	23.448	16.535	70,5
Vila Velha	123.742	66.062	53,4	203.401	141.020	69,3
Vitória	133.019	59.385	44,6	207.747	121.553	58,5
Total	385.998	175.632	45,5	706.263	458.309	64,9

Mas na década de 70 este quadro muda e, com o aumento do contingente populacional que se dirige à Grande Vitória, estes municípios também se tornam núcleos de atração. Afinal, se na década de 60 se dirigiam à região metropolitana cerca de 131.430 pessoas, nos anos 70 este número aumenta para 175.632 pessoas, ou seja, cerca de 307.062 migrantes se alojaram na Grande Vitória no decorrer destes 20 anos (SIQUEIRA, 1991: 127).

5.2 DESTINO FINAL: VITÓRIA

O início da ocupação da ilha foi em 1551, com a fundação da vila Nossa Senhora da Vitória, em uma alusão à vitória contra os indígenas que constantemente atacavam o sítio inicial da colonização, a vila do Espírito Santo, localizada no continente. Até o século XVII, a função econômica da vila restringia-se às atividades de posto intermediário das rotas comerciais, com o porto ocupando um importante papel tanto na conformação econômica quanto espacial da cidade.

Este quadro começa a se modificar apenas no século XIX, nos primeiros anos da República, com o crescimento da produção cafeeira no Estado. Com o movimento do comércio proporcionado por esta atividade, são provocadas diversas mudanças na sua organização espacial, com o surgimento de várias casas comerciais, melhorias na área do porto e o deslocamento do núcleo social para a área próxima a este, onde se concentravam as atividades comerciais (PMV, 1999).

Durante o século XX, podemos caracterizar o desenvolvimento urbano de Vitória através de três etapas distintas: do início do século até 1929; de 1930 até a década de 50 e de 1960 em diante (MENDONÇA, 1985).

No primeiro período, a cidade perde o seu aspecto colonial com os planos de urbanização propostos por Jerônimo Monteiro e Florentino Ávido, governadores do Estado nesta época. Com a ascensão do café e da intensificação das atividades do porto, foram elaborados – a exemplo do que ocorria no Rio de Janeiro e em outros municípios que vivenciavam semelhante desenvolvimento econômico – diversos planos urbanísticos, para que a cidade pudesse crescer de forma ordenada. Foram realizadas obras de infra-estrutura com a construção de parques e escadarias, retificação e alargamento de ruas, aterros de áreas de manguezal para a construção de habitações, a inclusão do serviço de bondes elétricos e a conclusão das obras de melhorias no porto. Também houve a expansão da malha urbana para novos bairros, ainda dentro dos limites da ilha e a construção de pontes ligando esta ao continente (MENDONÇA, 1985; PMV, 1999).

Após 1929, como consequência da queda do café, as obras de melhoramentos foram interrompidas e o processo de urbanização de Vitória se deu de forma mais lenta. As principais alterações urbanas observadas no período foram a realização de aterros.

Somente a partir da década de 60, importantes alterações ocorreram na cidade, em função das novas relações sócio-econômicas proporcionadas pela desarticulação do modelo agrário-exportador e adoção de um novo padrão de desenvolvimento, de perfil urbano-industrial. O processo de industrialização – com a implantação de quase todos os Grandes Projetos Industriais na capital - redefine o espaço urbano do município, acentuando a sua função de centro administrativo-político e de prestador de serviços, polarizando todo o estado.

Os Grandes Projetos Industriais se caracterizam por possuir uma forma particular de apropriação e controle do território, onde se impõe a integração do mercado nacional sob a égide do capital financeiro-industrial, reforçando a concentração espacial das riquezas e a concentração do poder de decisão em alguns poucos pontos (ARAÚJO,

VAINER, 1989:70). Embora voltados para o mercado externo, estes empreendimentos não são neutros em relação ao território onde se instalam, pois

Mais do que determinar um somatório de efeitos negativos, esses enclaves modernos tendem a romper as tramas e cadeias que conformam antigas regionalizações, substituindo-as por outras, constituídas a partir deles. São, desse modo, instrumento ativo do (re)ordenamento territorial, mesmo que o espaço transformado não seja objeto explícito de planejamento. (ARAÚJO, VAINER, 1989:35).

Legitimada pela ideologia do desenvolvimento, a modernização do território objetiva a criação de instrumentos e normas essenciais para a operação das grandes firmas no espaço urbano, em detrimento dos outros tipos de serviços e da população, como um todo. Cria-se o que Santos (2005) chama de “metrópole corporativa”, voltada para a eliminação das des-economias urbanas: a cidade, ao mesmo tempo em que é importante peça para o desenvolvimento, é moldada pelas necessidades de acumulação capitalista (SANTOS, 2005; LOJKINE, 1981).

Desse modo, o processo de urbanização corporativa se impõe à vida urbana como um todo, mas como processo contraditório, opondo parcelas da cidade, frações da população, formas concretas de produção, modos de vida, comportamentos. (SANTOS, 2005:122).

A industrialização provoca, mais do que uma mudança de técnicas de produção, uma profunda alteração da divisão social do trabalho. (SINGER, 1977). Neste processo, as modificações sofridas na capital capixaba não foram muito diferentes daquelas por que passaram outras cidades brasileiras, em um mesmo processo de urbanização acelerada: muda o arranjo espacial destas cidades, que têm seu tamanho expandido pelo território, ainda que de forma dispersa; mudam, sobretudo, as funções que a aglomeração deve estimular.

As cidades são, de um lado, os elos de uma cooperação e de uma regulação que se devem dar em escala nacional, a serviço das atividades com dimensão nacional, isto é, as grandes empresas e o Estado. Por isso, devem ser localmente equipadas para o exercício dessa vocação ‘nacional’, indispensável à realização do modelo nacional adotado. As respectivas tarefas são consideradas prioritárias e as aglomerações urbanas são preparadas para realizá-las a contento. As demais tarefas, consideradas menos relevantes, agregam-se, por necessidade funcional, mas de forma subordinada, às tarefas hegemônicas. (SANTOS, 2005:120).

Em Vitória, podemos perceber um intenso aumento populacional neste período, com o município configurando-se como o principal destino de uma forte corrente migratória, em sua maioria trabalhadores rurais, iniciada no estado com o fim dos cafezais e intensificada com os processos de modernização do campo. Entre 1960 e 1980, a população de Vitória passou de 198.265 habitantes para 706.263, provocando o “inchaço” urbano e aprofundando uma série de problemas sociais, decorrentes da não-absorção de tal contingente humano, com a expansão da periferia e um processo de urbanização desordenado e desigual.

Tabela 06: População carente da RMGV/ 1980

Fonte: IBGE (1980b)

Unidade Urbana	População total	População carente	% de população carente
Cariacica	189.089	83.537	44,20
Serra	82.568	22.603	27,37
Viana	23.448	10.087	43,01
Vila Velha	203.401	119.200	58,60
Vitória	207.747	103.080	49,60
Total	706.263	338.507	47,93

Nesta época – da construção dos Grandes Projetos – Vitória assistiu a um *boom* de empreendimentos pautados no crescimento econômico que a cidade apresentava: observamos à intensificação da atividade industrial no espaço urbano de Vitória, com a implantação da maioria dos Grandes Projetos Industriais e de indústrias de menor porte, dadas as facilidades de circulação do município (MENDONÇA, 1985).

De modo geral, a economia capitalista não dispõe de mecanismos que assegurem proporcionalidade entre a demanda por empregos que os fluxos migratórios trazem para a cidade e os empregos criados no ambiente urbano. O tamanho dos fluxos migratórios depende, basicamente, dos fatores de expulsão. Já a quantidade de empregos depende da nova estrutura econômica criada para a cidade, que determina a produtividade da produção e, por conseguinte, a demanda por força-de-trabalho.

Segundo as narrativas dos moradores do São Benedito, era fácil arrumar emprego em Vitória. A cidade crescia, se modernizava, modificava sua configuração espacial. Eram necessários novos e modernos edifícios, para atender os trabalhadores

qualificados que vinham de outros estados para trabalhar nas indústrias; com isso, havia uma grande demanda por serviços domésticos e na construção civil. A maioria de nossos entrevistados que veio para a capital logo após perder as suas terras no Norte não teve dificuldades para se inserir no mercado de trabalho urbano.

–Pros meninos, quando eles vieram, foi difícil arrumar emprego?

Dona Nila – Quando eles vieram? Aí tinha muito emprego.

– Tinha? De quê?

Dona Nila – Civil. Primeiro os meninos levaram dois anos pra vir depois que eu vim. E pra os meninos, as obras. Tinha muita obra, não tinha aquele prédio grandão ali, onde era o corpo de Santa Cruz, já viu? Lá onde é aquele prédio, então, foi lá que eu botei eles pra trabalhar, três meninos homem. Morava tudo no barraquinho aqui, tudo no barraquinho, tinha menino que se eu procurasse, tava debaixo da minha cama, de não ter lugar. Pode perguntar pra eles, você conversa com ele uma hora que ele te conta. Menina, os dois irmãos, eu chegava lá na obra e ainda exigia “eu quero que ele trabalha assim, assim”, pra aprender alguma coisa. Mas todos, eu tô aqui falando com você, você chega lá pode conversar com eles, eles vão dizer, tanto homem quanto mulher, todos que eu trouxe, todos tão, não tem ninguém desempregado. Todo mundo tem uma coisinha, nem que seja um barraquinho pra morar. Todo mundo, não ficou um. Até em casa de família eu botava homem. Quando você vai trazer uma pessoa do interior, um parente, você não vai deixar parado dentro de casa não. Tem que arranjar alguma coisa pra ele fazer. Senão ele arruma um amigo por aí, de repente.

- Todo mundo aqui, que passou pela minha mão. E eu não tinha vergonha não. Eu chegava ali, no canto com o encarregado da obra e “ó, eu tô com dois sobrinhos que veio de Conceição da Barra, não tem emprego, doutor.” Naquela época você falava pela janelinha, né, você lembra né, tinha a janelinha aí eu chegava ali e falava com o encarregado lá dentro. Chamava ele e ele vinha, aí eu falava “ó doutor, tô precisando de emprego pra dois meninos meus”, “Traz eles amanhã”. Amanhã, vai lá, eu não ia mais não, falava com eles “Vai em tal lugar, assim, assim, que eu já falei com o encarregado lá.” Todo mundo, graças a Deus, todo mundo. Destes que vieram pra cá e diz que “Nila não me ajudou.” o problema é dele, né. (Dona Nila, 68 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Orestes – Era, era. Na época que nós chegamos aqui, era fácil. Nós não podia nem reclamar, porque era muito fácil. Nós trabalhava na construção civil, aí vinha gente que parava nós no caminho pra chamar pra trabalhar, quando descia aquela tropa de homem daqui, do morro, né. Eles sabiam que a gente era de Conceição da Barra e São Mateus, né, aí eles paravam a gente no caminho pra chamar pra trabalhar. Aquela época era boa.

– E trabalhava em quê?

Orestes – Prédio. Fazendo prédio. Aquela época foi bom. (Orestes, 46 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Para os homens, trabalho na construção civil. Para as mulheres, como doméstica; todas as que vieram na época logo arrumaram empregos em casas de famílias, geralmente na Praia do Canto, região nobre de Vitória. Em vários casos, as meninas já vinham para Vitória com o emprego, arrumado por conhecidos que moravam na capital. Dizer que vinha de São Mateus e Conceição da Barra era bom para

conseguir emprego, dizem elas em seus depoimentos, porque é sinal de que é “*gente trabalhadora, responsável*”. E todas estas continuaram trabalhando para as mesmas famílias, até hoje.

– Eu vim primeiro, arrumando emprego pras filhas, aí as filhas vieram, compraram um barraquinho, fizeram a vida aqui também. Eu achei ótimo isso, essa vida, né. É um vindo trazendo todo mundo. Agora eu não quero trazer ninguém mais não. Me pergunta e aí eu digo “ah, lá não tem emprego não, lá tá difícil, não vem não que não tem emprego não”. Porque esses pessoal mais novo agora não é como os outros. (Dona Nila, 68 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Dona Ana – E elas trabalhavam ali na Praia do Canto, que tava novo ainda, na beira da praia, tava novo ainda, não tava cidade velha não. Era uma cidade nova ainda. Aí na Praia do Canto tinha mais era casa de praia... E, aí elas tão lá até hoje. As que ficavam aqui, as que moravam aqui. As outra, três menina minha, tão no Rio, e as que ficaram aqui, até hoje trabalham na casa das mesmas pessoas. É que as outra depois que casaram, foram embora lá por Rio.

– Foram pro Rio por quê?

Nicete – Porque casaram, aí os marido foram tudo embora, morar lá, tá todo mundo lá.

Dona Ana – Tem uma que mora em Juiz de Fora. As patroa delas também foram pra lá, elas foram. Porque elas não eram de mudar de patroa, mudar de patroa não. (Nicete, 65 anos e Dona Ana., 87 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Com o fim da fase de implantação dos Grandes Projetos, passou o *boom* do crescimento por que a cidade atravessava. Levas de trabalhadores eram liberadas, sem conseguir ingressar no mercado de trabalho formal urbano. O crescimento econômico verificado não foi seguido por um crescimento de empregos proporcional à demanda populacional, uma vez que o uso intensivo de tecnologia e capital limitou a absorção de mão-de-obra, exceto na fase de construção civil das plantas industriais. E grande parte dos migrantes provinha do meio rural, eram indivíduos desqualificados para os empregos mais especializados. Neste momento, conseguir emprego já não era tão fácil: enquanto os que vieram antes já estavam empregados, outros tiveram que se ligar às atividades informais para conseguir trabalhar, empregos caracterizados pela sazonalidade e pela baixa remuneração, o que implicava na reprodução de um permanente baixo poder aquisitivo para esta população.

– E depois, como é que foi?

Orestes – Não tive problema, graças a Deus. Foi bem, pra mim, tive minha família, foi bem. Eu já trabalhei sem carteira assinada, já trabalhei com carteira assinada e graças a Deus eu não tive grandes problemas com emprego.

– E você já trocou de emprego?

Orestes – Já, muito, direto. Trabalho numa casa, aí termina, aí trabalho em outra casa. Sempre assim. Mas sempre com carteira assinada. (Orestes, 46 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

– Fazia de tudo ó, era quem não tava empregado, ia limpar jardim. Limpava, pintava. Outro que ia trabalha na feira, e por aí foi. Outro que ia carregar embrulho, de um lugar pra outro, ia carregar roupa de lavadeira, pra essas casa de rico que tinha pra lá, aquelas casa de gente que morava e dava roupa pra lavar, aí aquela lavadeira pegava aquelas criança pra carregar as roupa. Pagava uma mixaria, mas dava. (Nicete, 65 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

No momento em que se concluem as obras e se dispensa a maior parte da mão-de-obra, a região se vê transformada num bolsão de desemprego. No entanto, e apesar das graves conseqüências para a população e para o espaço urbano, este grande contingente de trabalhadores não era de todo indesejado na Grande Vitória, pois, na lógica capitalista, o volume de mão-de-obra disponível no mercado atua no sentido de equilibrar as tendências salariais e o processo de acumulação, barateando assim o custo desta mesma mão-de-obra.

– Não, demorei quase um ano pra arrumar emprego. Que aqui quem arrumava pra mim era ou minhas irmãs ou os outros. Nesse mesmo que eu machuquei, foi uma mulher da minha igreja que me botou. Porque ninguém achava serviço, porque não pode chegar e bater nas casas pra pedir serviço, tem que mandar os outros caçar pra depois. Aqui, eu mesma ganho um salário e meio. Eu trabalhava como doméstica né. Adoecei no serviço, duas queda que eu tomei. Vai fazer um ano agora que eu tô encostada. (Cláudia, 52 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

– Quando eu cheguei aqui? Não foi fácil não. Veio todo mundo desempregado, foi com muita luta. Aí eu consegui um serviço num... lá na frente. Trabalhei, trabalhei, ganhava 4 salários mínimos. Aí fazia 4 anos que eu tava lá, a mulher mandou eu embora, não pagou meus débitos, não pagou nada, nem aviso ela pagou. Mas depois, fui, indo, procurando. Fiquei uns quatro meses parada, né? Uns quatro meses parada. Aí depois eu consegui um lá em Vila Velha, lá na Praia da Costa. A menina conseguiu pra mim, falou comigo. Aí eu tô lá trabalhando, tem um ano e sete meses que tô lá. (Maria Helena, 50 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

A população reclama por mais serviços, por melhorias sociais e urbanas, mas o orçamento público não cresce no mesmo ritmo das novas necessidades. Enquanto que a arrecadação do município aumenta, os problemas se multiplicam, sem previsões de soluções a curto ou longo prazo. Os poderes municipais têm pequeno poder de barganha junto aos grandes grupos empresariais instalados na cidade, oferecendo benefícios fiscais e subsídios de toda ordem para as empresas, em prol do desenvolvimento urbano que visam atingir. Mas, ao invés dos benefícios do

desenvolvimento, aclamados com a implantação deste tipo de projeto, o que se difunde são os efeitos perversos da modernidade, com o aumento do desemprego, da marginalização e da favelização da população urbana.

Os baixos rendimentos e a falta de trabalho agravaram os problemas urbanos, em especial a falta de habitação e infra-estrutura para todos. A partir de 1970, podemos observar a expansão dos bairros periféricos e das inúmeras favelas em Vitória, onde foi se alojar a classe trabalhadora. O número de pobres cresce depressa e há pressão pela terra para moradia. Desta forma, acontece a expansão da periferia urbana de Vitória e a consolidação de seu espaço urbano: de um lado, as camadas populacionais de maior poder aquisitivo espalhando-se próximo à orla marítima e do outro lado, a classe média ocupando a região estabelecida entre os bairros da Vila Rubim e Santo Antônio e na região de Jucutuquara. Entre estas áreas e nas proximidades do Centro, temos a população mais pobre, ocupando as favelas localizadas nos morros da capital, entre os bairros nobres, e nas áreas de mangue.

O processo de diferenciação espacial e social aliado à inexistência de uma política habitacional eficiente voltada para a população de baixa renda constituíram-se como instrumentos propulsores do rápido alargamento da periferia da Grande Vitória que, sem nenhuma infra-estrutura urbana ou condições mínimas de habitabilidade, passou a abrigar considerável parcela da população do Estado. (SIQUEIRA, 1995:7).

A questão da habitação era relevante para que esta população se fixasse na capital. Em Vitória, existiam inúmeras favelas antigas e outras que se encontravam na fase de formação, com disponibilidade de espaço para ocupação. As favelas mais antigas de Vitória, que ofereciam oportunidade de moradia para os migrantes, estavam situadas no Morro da Fonte Grande, Morro do Martelo, Forte São João, Itararé, Bairro da Penha e Gurigica. Com oportunidades de habitação próxima ao local de trabalho, as moradias dos migrantes não se fixavam nos municípios periféricos, que nada tinham a oferecer. (SIQUEIRA, 1995: 140).

Em uma tentativa de ordenar o crescimento urbano, foram propostos pelo poder público programas habitacionais voltados para a população de baixa renda na área continental da cidade. Mas, como geralmente ocorria com investimentos deste porte, houve a super valorização destas habitações, que passaram a ser ocupadas pela classe média, restando para os mais pobres a ocupação de morros, mangues e

baixadas, áreas ilegais invadidas, muitas vezes, através de movimentos sociais organizados.

O Bairro São Benedito é um desses casos: o início de sua ocupação data dos anos 60, com a chegada de migrantes do sul da Bahia e do norte de Minas Gerais, e na década de 70, com migrantes vindos do interior do estado. Muitos desses indivíduos eram trabalhadores rurais expulsos do campo que vinham para Vitória atrás de melhores condições de vida, como os quilombolas das comunidades do Sapê do Norte.

No começo, o bairro era formado por uma fazenda, a Fazenda Maruípe, que foi posteriormente adquirida pelo governo municipal. Toda a área era ocupada por lavouras de café e cana, além de pastos para alguns animais. Uma de nossas entrevistadas foi uma das primeiras moradoras do bairro, em uma época que não tinha nada lá, “só mato”.

- Não, não tinha nada, pra lá não tinha nada não. Quando eu cheguei pra aqui mesmo, não tinha nada não, tinha este barraquinho que era do homem que veio de Santa Tereza, aí ele não quis morar mais, não acostumou. Porque tinha este barraco aqui, outro ali e lá embaixo tinha um prédio, um prédinho de uns 4 andar, você subindo mais que dá aqui. Tinha um barraco aqui e lá naquele cantão lá tinha outro, o resto era pasto, tudo. Por aqui era tudo mato, entendeu? E quando os bois inventavam de atacar todo mundo por aqui? Aqui era uma mata grande, era criadouro de bois. Tinha boi, tinha cabrito. Aí o barraco era aqui, nós ta aqui, mas o barraco era aqui, na frente. Era cabrito, era boi, você não podia deixar uma roupa lá fora, eles comia. Comia tudo. (Dona Nila, 68 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Quem comprou o barraco para ela morar foram seus patrões, que pagavam uma quantia todo mês para o “dono” do lote. A justificativa de morar em tal morro, e não em outro lugar, era a proximidade do São Benedito com a Praia do Canto, bairro que concentrava a maior demanda por força-de-trabalho em Vitória. Essa proximidade estimulou a ocupação do bairro, pelas invasões organizadas.

A ocupação se iniciou sob a liderança do Sargento Carioca¹⁶. A tática da invasão era reunir um certo grupo de pessoas e iniciar o assentamento, sem fazer barulhos para

¹⁶ Diversas invasões ocorridas na Poligonal 1 contaram com a orientação e liderança do Sargento Carioca, militar reformado do Rio de Janeiro, de nome Arcendino Fagundes Aguiar: em Itararé, na parte alta do Bonfim, Bairro da Penha, Consolação e no Morro São Benedito. Sua participação nas invasões implicou em estabelecer um estilo de disciplina, tanto no que se relaciona a demarcação,

não levantar suspeitas: às 23 horas, segundo relatos locais, o Sargento soltava fogos de artifício, avisando que a ocupação iria começar e todos que podiam iam ao seu encontro, para ajudar na derrubada das cercas, abertura de picadas na mata, demarcação de lotes e construção de barracos. Curiosamente, era o próprio Sargento quem demarcava os lotes para as famílias, de forma a melhor organizar a ocupação.

- Aí nós ficamos aí. Aí o homem foi loteando, o pessoal foi arrumando madeira, foi arrumando madeira, a noite inteira o pessoal ficava fazendo barraco. Você via a noite inteira barulho de martelo batendo com o pessoal fazendo barraco. Onde eu morava já tinha dois barraquinhos feitos, aí vinha mais um fazer outro barraquinho e ia. Hoje você não vê nada disso mais. É tudo casa, tudo casa. Antes era vazio, eles fizeram direitinho que hoje é tudo casa. Aí foi melhorando mesmo, todo mundo foi fazendo um pouquinho, foi fazendo, melhorou. Aí muitos já vendeu, os donos mesmo que ganharam já não tão mais aí. Tudo já foi embora, uns vendeu, outros largou aí o terreno, porque tava tudo caindo, umas pessoa invadiu. (Dona Nila, 68 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

A aglomeração então se espalhou pela parte alta do morro, antes ocupada pelas lavouras. O nome do bairro – São Benedito – deve-se por ter sido este o santo instituído padroeiro da ocupação, pelo Sargento Carioca. Na época, construiu-se uma capela onde foi colocada a imagem do santo, depois da invasão.

– Mas foi na época daquele Sargento Carioca?

Dona Nila – Carioca. Aquele homem é quem botou todo mundo aqui, graças a Deus. Aquele homem, ele morreu, mas a fama ficou.

– A senhora conheceu ele?

Dona Nila – Conheci, muito. Mas muito, muito. Sabe o que ele fazia, pra fazer a capelinha de São Benedito ali, na ladeira? Ele pedia as madeira nas obras, aqui na Praia do Canto e juntava lá. Quanto chegava de noite e dia de domingo, quando nós tivesse em casa. Ia carregar aquela madeira na cabeça pra fazer a capelinha. Aí construiu tudo, em mutirão, construímos a igreja. Aí ele encomendou a imagem, colocou a imagem, roubaram a imagem, ele colocou todo mundo pra ir nas casas, aqui não tinha quase casa, pra ver quem tinha apanhado. Aí achamos, lá embaixo. Fomos lá pedir, mas o moço não devolveu não, aí quando todo mundo juntou naqueles morros de lá pra ver, aquela procissão toda pra procurar o santo. Quando chegou o outro dia foram colocar lá encima, no meio das vacas, sozinho. Não entregaram, mas levaram lá. Bom, aí apanhamos o santinho de novo e o Sargento colocou na igreja, num pezinho de madeira né, colocou numa caixa.

Aí o que ele foi fazendo? Loteando, dando lote pro pessoal, aí foi dando lote, dando lote, dando pra um, dando pra outro, eu mesma não quis né, porque já tinha aqui que o pessoal tinha comprado. (Dona Nila, 68 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Em seguida, foram chegando mais indivíduos do Norte, por conta da ocupação das terras pela Aracruz Celulose. A adaptação dos recém-chegados se deu por mecanismos de solidariedade dos migrantes mais antigos, que já moravam no São Benedito. Por isso que grande parte de famílias vizinhas e conhecidas no Norte foram se alojar próximas umas as outras, na cidade.

– Porque tinha algumas pessoas que a gente já conhecia. Já moravam aqui. E a gente queria ir pra um lugar onde já tivesse mais conhecimento, né. Todos nós que chegamos aqui, ficamos muito e muito tempo lá na casa de dona Nila pra lá, pra ter um lugar pra ficar né. (Orestes, 46 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Dona Ana – Criei tudo, desde que eu cheguei aqui, aqui eu estou. Quando nós chegemo aqui, encontremo esses pedacinho de terra tudo invadido, porque era invasão.

Nicete – É, quem morava aqui nas terra vendeu pra gente.

Dona Ana – Mas era, sabe como era? Era uns barraquinho de pedaço de tabua, não tem aqueles caixotinho de cebola? Uns pedacinho de pau, outros papelão, tinha gente até debaixo do pano, botava aquele pano grosso, sei lá o nome daquilo. Aí vendia as terra, os pedacinho de terra. Aí a gente foi melhorando.

– Vocês foram construindo, né?

Dona Ana – É. Trabalhamos hein! Trabalhamos aqui em casa! (Nicete, 65 anos e Dona Ana, 87 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Até mesmo quem já morava em Vitória antes, veio para o São Benedito, quando seus familiares do Norte tiveram que vender as terras.

– Elas moravam na casa das patroa, entendeu? Elas moravam na casa das patroa. Depois que elas arrumaram este barraco pra nós. A gente veio com os filho homem e com mais quatro filha mulher. E elas estavam aqui em três. (Dona Ana, 87 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

O dinheiro ganhado com a venda das terras para a Aracruz Celulose, no Norte, não foi suficiente para se começar uma nova vida na capital. Aqui, mais do que ajuda financeira, o que contava era o apoio da família e dos conhecidos, seja para conseguir estadia por uns tempos, seja para saber onde comprar um barraco, seja para conseguir emprego.

– Isso aqui tudo foi dinheiro do nosso suor, né. O dinheiro quase não deu, aí logo ele morreu, aí os parentes dele morava lá no interior, São Mateus, né. A mãe dele.. Aí nós tinha que levar ele pra lá, pra fazenda, aquela época. 500 reais pra levar ele pra lá, naquela época. Inda quem ajudou foi os próprio patrão, trabalhava aqui, trabalhava na Praia do Canto, aí eles que ajudavam. (Nicete, 65 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

- Essa casa aqui foi um dos filho meu que fez. Agora eles vai e casa, todos eles.
- Mas eles trabalham tudo com...?
- Dona Ana – Construção.
- Construção? Pedreiro?
- Dona Ana – É. Você vê, a casa deles, eles mesmo quem faz, a casa de meus cumpadi. (Dona Ana, 87 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

O bairro foi crescendo, o número de barracos foi aumentado, mas a vida ainda era difícil, pois os moradores não contavam com a ajuda do poder público para obter melhorias. Sob a liderança do Sargento Carioca, as mulheres tentavam resolver as principais carências do bairro. A falta d'água foi o principal problema verificado após a ocupação: os moradores tinham que buscar água no poço em Gurigica ou no Bairro da Penha, em várias viagens com a lata na cabeça.

- Aí pegava água lá no coronel Hélio, lá embaixo que tinha uma fonte. Aí tinha vez que eu trazia de Guarapari um garrafãozinho. Água eu trazia pras crianças de Guarapari, vinha no ônibus, o ônibus andava vazio, aí eu trazia um garrafão. Aí toda quinzena eu trazia um garrafãozinho de água e o resto era ali embaixo. Pra gente lavar roupa, aí tinha um poço, uma mina, uma mina atrás aí, dessa janela aí, uma mina. Aí nós botemo uma bica, fizemo uma bica, você precisava de ver, mas amanhecia cheiozinho de água o poço, limpinha, boa pra beber. Podia beber, fazer o que quisesse. (Dona Nila, 68 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Os moradores também não tinham acesso a gás, energia elétrica nem acessos urbanizados para a cidade. A malha urbana do bairro, atualmente, é constituída por becos e ruelas, criadas em sua maioria pelos próprios moradores, ao longo da consolidação da ocupação do bairro.

- Quando nós chegemo aqui, aqui não tinha água e nem luz e nem gás. O gás era lá em Goiabeiras, e a água era lá embaixo na rua, lá embaixo. E a luz, nós tinha era lampião, aí a patroa de Nicete deu um lampião a gás pra nós, e ela tinha, ela morava na praia, lá na praia, numa casa lá. Agora que tem muito apartamento, muita casa. (Dona Ana, 87 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

- E minha filha de Deus, hum... O ruim não era a gente trabalhar aqui não, o ruim era vir... Subir aqui. E no verão eu sempre trabalhava em Guarapari, era Guarapari, Guarapari mesmo. E pra vir pra cá? Era tudo mata. Então você tinha que pegar um ônibus e ir ou pra Tubarão, saltar lá ou lá embaixo em Maruípe. Eram os dois ônibus que tinha. Aí ou você pegava um ou pegava o outro. Aí chegava lá embaixo e vinha a pé. Eu chegava me casa 11 horas da noite, todo mundo dormindo. (Nicete, 65 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Na falta do auxílio do governo, o Sargento Carioca organizava a população do bairro para se mobilizar junto ao poder público em busca de melhores condições de vida. Enquanto isso, quem ajudava os moradores eram seus patrões ou, ainda, eles mesmos se organizavam para realizar algumas melhorias possíveis.

– Aí ela (a patroa) ia lá em Goiabeiras apanhava o gás, trazia ali no pé do morro. Aí nós juntava a criançada e ia lá buscar. Aí também eu economizava o gás. Tinha fogão à lenha, cozinhava na lenha, pra deixar o gás pra quando tava chovendo. (Dona Ana, 87 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

– Ele que, ele que fez tudo isso pra nós, durante um tempão, foi o Sargento Carioca, né. A água era o Coronal Hélio, dono daquela quadra, ele que botou torneira naquele prédio, por fora, no muro, pra gente apanhar água. Depois o sargento Carioca fez, pegou o nome de todo mundo, foi pegando gente, e foi pegando e fazendo um abaixo-assinado, né, com os moradores. Quanto mais foi chegando gente, às vezes não tinha nem morador, tinha um barracinho só, mas tinha um nome, aí ele colocava um nome, aí ele foi fazendo um abaixo assinado. Aí a prefeitura veio, botar estes postes de madeira, era fininho primeiro, era umas barrinha. Aí um não tava em casa, outro dava o endereço. Iluminou isso tudo! E a água também, ele entrou em contato com a CESAN, a CESAN botou cano. O cano não desce aqui não, o cano desce naquela escadaria grandona ali no meio. Aí subiu o cano, todo mundo, foi fazendo requerimento. Tinha água, todo mundo tem água, todo mundo tem luz – até demais, porque o pessoal põe uns gatos. (Dona Nila, 68 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Orestes – Quando eu cheguei aqui já tinha luz e tinha água também, mas a água só caía à noite. Caminhão, carro, não subia não. Antes só tinha a rua grande, o resto era tudo caminho mesmo. Aí depois foi fazendo escadaria, ruazinhas, estas coisas. A prefeitura. Foi a prefeitura que fez. Porque juntava, juntava pra fazer abaixo-assinado, fazia abaixo-assinado pra pedir pra prefeitura. Aí foi assim que eles fizeram.

– E você participou?

Orestes – Um pouco. Um pouco, porque naquela época eu era bem mais novo, né, aí era mais com o povo de mais idade. Eram eles quem mandavam. (Orestes, 46 anos. In: ENTREVISTAS, 2005-6).

Somente depois de muitas tentativas do poder público para resolver o problema – inclusive com a construção de um chafariz – este só foi sanado com a instalação de água encanada, na década de 70. Também a energia elétrica foi instalada nesta década. Atualmente, praticamente todo o bairro possui serviço de abastecimento de água e de coleta de lixo, segundo dados da PMV. Mas ainda é considerado um dos piores bairros em relação à qualidade de vida da população, ainda que seja considerado um bom lugar para se morar, por nossos conhecidos.

De modo geral, assim como ocorreu a ocupação do bairro São Benedito, ocorreu em outros bairros formados pela população carente de Vitória. Foi desta forma que a estrutura espacial da cidade ultrapassou os limites da ilha, expandindo-se para os

municípios vizinhos – Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana. Siqueira (1995) nos mostra que, de modo geral, a população migrante procura a cidade núcleo e somente quando esta não o acolhe é que os indivíduos se deslocam para os municípios vizinhos. Até meados da década de 80, Vitória ainda atuava como a principal cidade núcleo; seu dinamismo econômico fazia com que as melhorias chegassem até mesmo nas áreas mais carentes e foi somente com a intensa valorização imobiliária do espaço urbano que aconteceu o deslocamento dos mais pobres para os municípios vizinhos. Entre 1960 e 1980, a malha urbana cresce de forma desordenada, e é neste contexto que Vitória emerge como região metropolitana¹⁷.

No entanto, tanto a expansão dos assentamentos espontâneos quanto a do setor informal não se restringiram ao estado do Espírito Santo: são reflexos das transformações que ocorrem em todo o território brasileiro, em função do modelo de desenvolvimento adotado.

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo sócio-econômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes da periferia (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo sócio-econômico vigente, mas também, do modelo espacial. (SANTOS, 2005;10).

O processo de urbanização brasileiro revela uma crescente associação com a pobreza. Enquanto o campo repele os pobres, a indústria urbana se desenvolve com a incorporação, cada vez mais, de tecnologias que dispensam mais e mais força-de-trabalho, restando, para uma população despossuída de seus meios de sobrevivência originais, uma inserção excludente no mercado de trabalho informal e no espaço urbano, reproduzindo um círculo vicioso de produção de riqueza e pobreza, as duas faces de um mesmo desenvolvimento.

¹⁷ Na década de 80, a grande maioria dos moradores de favelas era constituída por migrantes e, segundo dados do IBGE, cerca de 45,5% dos moradores da Grande Vitória, em 1970, era migrante, provenientes do interior do estado e de estados vizinhos, principalmente.

6 LÁ E AQUI: O QUE ESTÁ POR TRÁS DE TUDO

A valorização de uma sociedade urbano-industrial em detrimento de uma sociedade agrária e com uma economia majoritariamente primária exportadora, tal como ocorreu no solo capixaba, é parte de uma dinâmica maior, inerente não só à sociedade brasileira, mas ao Ocidente como um todo. Sendo assim, é preciso posicionar e esclarecer algumas idéias que motivaram estas transformações ocorridas na economia e no território capixaba nas últimas décadas, especialmente as idéias relativas à relação rural-urbana e ao significado do desenvolvimento econômico.

Assim sendo, as análises das relações e conceitos a seguir têm o objetivo de situar os processos estudados nos capítulos anteriores em um contexto maior - onde a massa de fenômenos não é entendida como vários fatos casuais e desligados entre si - buscando evidenciar os elementos e relações fundamentais que estruturam esta totalidade social.

6.1 A DICOTOMIA RURAL / URBANO

6.1.1 Resgate Histórico

Historicamente¹⁸, tanto a cidade quanto o mundo rural se organizavam em torno de aspectos bem delimitados. O espaço rural tinha por função principal a produção de alimentos; sua principal atividade econômica era a agricultura; o grupo social predominante era a família camponesa e, além de tudo, o tipo de paisagem existente diferia claramente do espaço citadino, apresentando um certo equilíbrio entre as atividades humanas desenvolvidas e as características naturais (FERRÃO, 2000:123).

A existência da cidade só se tornou possível graças a produção de um excedente alimentar – fruto de uma “maior complexidade da divisão do trabalho no interior de

¹⁸ A cidade é aqui entendida como um estágio posterior ao desenvolvimento agrícola, sendo possível esta diferenciação a partir da Revolução Neolítica (MONTE-MÓR, 2001).

uma comunidade nucleada em uma aglomeração rural” – que permitiu a uma parcela da população se “libertar” do trabalho de produzir alimentos, passando a controlar tal excedente, que é utilizado para o auto-consumo da comunidade ou para as trocas com outras comunidades. Com isso, há a emergência de uma classe dominante e

A cidade surge como uma necessidade de distinção espacial, como o *locus* daquele excedente coletivo, definindo um espaço que se constitui por sua vez no *locus* do poder naquela comunidade. (MONTE-MÓR, 2001:7).

A partir do estabelecimento desta diferenciação entre espaço da cidade e espaço rural, podemos observar uma distinta divisão de trabalho, onde o campo é o local da produção e a cidade, o local do consumo (MARX, 1989). Sob esta ótica, temos o afastamento da cidade do espaço de produção, o que leva à diferenciação desta do meio rural, garantindo a existência da cidade política (LEFEBVRE, 2001), o centro administrativo que organizava o meio rural, embora ainda dependesse deste para o seu abastecimento.

A cidade era, ainda, o espaço da festa, do encontro e do mercado. Aos poucos, vai prevalecendo o seu caráter comercial, com a imposição da economia de mercado, o que nos leva a uma segunda subordinação do campo à cidade¹⁹: a cidade política se transforma em cidade comercial, com a transição da centralidade dos espaços político-ideológicos para o espaço do mercado, passando a sediar um processo de acumulação de riquezas, conhecimentos, técnicas e obras. Neste momento, também ocorre o desenvolvimento de um capital independente da propriedade da terra - com os artesões que desenvolvem seus trabalhos na cidade - dando origem a uma forma de propriedade que tem por base o trabalho e a troca (MARQUES, 2002).

Com a expansão do comércio para além dos limites da cidade, iniciam-se as trocas entre cidades, com o surgimento de uma divisão de trabalho entre elas. Agora, com o estabelecimento de uma nova classe de comerciantes, a produção agrícola deixa de ser a principal atividade econômica e a cidade torna-se o *lócus* da produção de riqueza, passando a comandar o ritmo de produção do campo, bem como a sua

¹⁹ Podemos considerar como a primeira subordinação do espaço rural à cidade a sua dominação político-administrativa, onde a divisão entre campo e cidade pode se traduzir numa divisão entre trabalho braçal e trabalho mental, de acordo com Marx (1989).

organização de trabalho. Somente aí - quando o mercado passa a regular as condições sociais e a riqueza, ao invés de se reduzir à propriedade da terra, se estende ao trabalho e à troca - é que surgem as condições para que ocorra a Revolução Industrial (MARX apud MARQUES, 2002:106).

E, com o advento da Revolução Industrial, no século XVIII, aprofunda-se a relação de supremacia da cidade sobre o campo, que sofre um processo de perda de sua centralidade econômica, social e simbólica. Enquanto a cidade industrial é vista como o lugar do progresso, o campo tende a ser identificado como uma realidade arcaica, sinônimo de atraso. Mas, a emergência da cidade industrial é um momento crítico (LEFEBVRE, 2001): a partir daí, a lógica da produção e do valor se sobrepõem à lógica da reprodução e do valor de uso e a cidade passa de *obra* – caracterizada por seu valor de uso, onde o espaço é vivido por seus habitantes – para um *produto*, a ser consumido juntamente com todos os outros produtos capitalistas: é o espaço do consumo.

Com a cidade industrial, surgem as grandes concentrações urbanas, as periferias – que abrigam a população expulsa do campo – e a urbanização extensiva, com as indústrias passando também a se localizar fora do âmbito da cidade, buscando, em muitos casos, a proximidade da matéria-prima. Este processo estende a lógica capitalista a todos os espaços: os costumes e valores tendem a se igualar, perdurando apenas aqueles que são exigência para o consumo, e o espaço se vende e se compra. Ao rural, soma-se a nova função de fornecer mão-de-obra desqualificada e barata para as atividades econômicas que se encontram em pleno crescimento no ambiente urbano. Assim, de acordo com Lefebvre (2001), se completaria a dominação da cidade sobre o campo, dando origem ao *urbano*, o tecido sócio-espacial que se origina na cidade e se estende por todo o espaço – embora de forma desigual – trazendo consigo todo um sistema de valores e de objetos.

Nos países industriais, a velha exploração do campo circundante pela cidade, centro de acumulação do capital, cede lugar a formas mais sutis de dominação e de exploração, tornando-se a cidade um centro de decisão e, aparentemente, de associação. Seja o que for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve [...] A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais. (LEFEBVRE, 2001: 69).

6.1.2 Teorias sobre a Relação Urbano/Rural

Tanto rural e urbano são representações sociais, historicamente construídas e que expressam visões de mundo e valores de determinados contextos históricos e territoriais, de forma que o significado dessas categorias é modificado através dos tempos, conforme podemos ver nas diversas teorias sobre a relação rural e urbano, a seguir.

Na primeira abordagem, observamos uma relação de dicotomia entre os espaços, onde se ressaltam as diferenças existentes. Tem-se uma visão idealizada do campo, é o rural das comunidades tradicionais e de atraso sócio-econômico: o campo é tudo o que não é a cidade. Autores como Sorokin e Zimmerman (apud MARQUES, 2002) se destacam nesta corrente, apostando na diferenciação entre os espaços através do emprego de uma série de variáveis – meio ambiente, densidade, tamanho, entre outras²⁰ – que procurava mostrar as diferenças entre as comunidades urbanas e rurais. Para eles, o rural se caracterizava por uma baixa densidade e menor mobilidade social que a cidade, prevalecendo uma visão estanque sobre o que seria o ambiente do campo e o próprio grupo social do camponês, considerado atrasado e alheio às mudanças do mundo ao seu redor.

Já a partir da segunda metade do século XX, com o avanço da industrialização, se destacam os estudos que defendem a idéia de um *continuum* rural-urbano. Nesta segunda abordagem prevalece uma visão de continuidade entre os espaços, com várias gradações entre os dois extremos, o campo secular e a grande metrópole. Aqui, considera-se que o avanço capitalista - e o conseqüente avanço da urbanização - provoca significativas mudanças inclusive no espaço rural, aproximando-o, cada vez mais, do espaço urbano (LEFEBVRE, 2001).

²⁰ As diferenças fundamentais identificadas entre estes dois meios sociais se referem a características de ordem econômica, espacial, social e cultural consideradas a partir de oito traços: (1) diferenças ocupacionais ou principais atividades em que se concentra a população economicamente ativa; (2) diferenças ambientais, estando a área rural mais dependente da natureza; (3) diferenças no tamanho das populações; (4) diferenças na densidade populacional; (5) diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações; (6) diferenças na diferenciação, estratificação e complexidade social; (7) diferenças na mobilidade social e (8) diferenças na direção da migração. (SOROKIN e ZIMMERMAN, apud MARQUES, 2002)

Frente à conformação histórica, durante todo o século XX prevaleceu a visão do rural como sinônimo de atraso para os mais diversos grupos de estudiosos. A base desta visão era uma esperança a-crítica no progresso como um processo evolutivo que nos levaria até os níveis máximos de civilização. Nesta lógica, a industrialização era considerada o caminho para se alcançar a civilização que proporcionaria a superação de uma sociedade tradicional e fundamentalmente rural, considerada como pré-industrial²¹.

As teorias de modernização que ganham força a partir dos anos 50 retificam a ruralidade como um estado social e economicamente atrasado, que é preciso ser superado. Isto evidenciava uma visão a-histórica e descontextualizada da relação rural/urbano, legitimando a expansão industrial almejada.

Como os fenômenos analisados neste trabalho - o processo de modernização do campo, a implantação da Aracruz Celulose no Norte do Espírito Santo e todas as suas conseqüências sócio-territoriais - podem ser situados neste intervalo temporal, voltaremos ao estudo das teorias da modernização e do progresso mais adiante, ressaltando agora apenas a sua importância na produção e reprodução de visões de mundo que favoreciam os interesses hegemônicos.

Em definitiva, el enfoque del continuum rural-urbano, las teorías de la modernización e las perspectivas críticas con respecto a éstas tenían em común una visión etnocêntrica, unilineal e ascendente del proceso histórico. Este era concebido como continuo progreso hacia la sociedad urbano-industrial, cuyo paradigma europeo-occidental era considerado como la culminación del proceso civilizador. (DURAN, 1998:84).

O movimento urbano relacionado ao processo de industrialização é responsável pelo surgimento de novas atividades econômicas que estruturam a circulação de mercadorias e organizam todos os sistemas relacionados à economia. E, devido às novas demandas do período que se inicia nos anos 50, o espaço agrário sofreu uma série de transformações, resultantes da adequação das estruturas e relações sociais existentes no espaço rural aos imperativos da nova lógica do capitalismo global.

²¹ O que se diferencia de um não-industrial: o pré-industrial pressupõe a industrialização como meta e não a aceitação da diferença de valores e temporalidades nos espaços.

A emergência deste “novo rural”, já na década de 1990, é acompanhada por três tendências principais (GRAZIANO DA SILVA, 2001): uma agroindústria e uma agropecuária modernas, baseadas em *commodities* e no sistema de produção industrial; um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas principalmente ao turismo; e o conjunto de novas atividades agropecuárias (floricultura, horticultura, piscicultura), localizadas em nichos especiais de mercado.

Há a predominância de atividades não-agrícolas, com a transformação da natureza em um “gueto de prazeres”, onde a mercantilização das paisagens funciona como uma resposta rápida à expansão das novas práticas de consumo urbano. O “novo rural” perde o rótulo de atrasado e abriga a racionalidade funcional capitalista em todos os seus aspectos, inclusive nas relações sociais, com a mercantilização do tempo. Para Lefebvre (2001), o espaço do campo passa, cada vez mais, a integrar o modo de vida urbano, perdendo suas características tradicionais.

6.2 INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Vimos, anteriormente, que tanto rural como urbano são representações sociais historicamente construídas e que, durante muito tempo, ressaltou-se o caráter de atraso e tradicionalismo do espaço rural, contrapondo-o com o desenvolvimento possível no espaço urbano. Esta visão de mundo legitimava certas práticas em detrimento de outras como, por exemplo, mostrando o desenvolvimento industrial no campo como algo positivo, enquanto que o estímulo ao pequeno agricultor era visto como um “andar para trás”. O modo como estas idéias se sustentam – e como transformam preceitos de parcelas hegemônicas em interesses universais, transformando-se em “realidade” não-questionável – é o que veremos agora, destacando a ideologia que permitiu a ocorrência dos fenômenos empíricos estudados no presente trabalho.

Expressivamente, Boltanski e Chiapello (1999) denominaram como o “espírito do capitalismo” um conjunto de crenças que contribuem tanto para justificar quanto para legitimar a manutenção da ordem vigente, assegurando a adesão de todos ao sistema. Segundo os autores, a persistência do capitalismo como modo de coordenação das ações e como modo de vida não poderia ser assegurada sem

considerar a existência de tal ideologia, que lhe confere um sentido além da acumulação abstrata do capital.

O critério primário que norteia tal sentido é a crença de que um ato individual pode ter conseqüências positivas para um grande número de pessoas. Entretanto, o sustentáculo do sistema é por demais geral e descontextualizado para influenciar a vida cotidiana dos indivíduos e as justificativas precisam apoiar-se em um determinado contexto espaço-temporal para sua eficácia. Assim, de acordo com os autores supracitados, em cada época, o capitalismo se apropria de crenças e ideologias que possuem um grande poder de persuasão, dentro do contexto sócio-cultural do momento, onde os discursos dos atores hegemônicos que possibilitam a reprodução capitalista buscam instaurar um pensamento único.

E uma dessas ideologias mais fortes, que prevaleceu durante grande parte do século XX - inclusive no intervalo de tempo em que se conformou a implantação da Aracruz Celulose no território capixaba - foi a crença no desenvolvimento das nações como o caminho para se chegar a uma melhor qualidade de vida, com o fim da pobreza e de todos os problemas decorrentes da expansão capitalista. A era do desenvolvimento, se assim a podemos chamar, iniciou-se no dia 20 de janeiro de 1949, com o discurso inaugural do presidente Harry Truman para o congresso americano. Em seu discurso, Truman chamou grande parte do mundo de “áreas subdesenvolvidas” e disse que o caminho para se chegar ao desenvolvimento era a industrialização²², que proporcionaria uma melhor qualidade de vida, diminuindo o sofrimento.

Este foi o ponto de partida para a supremacia de uma nova visão de mundo, onde todas as pessoas se moveriam na mesma direção e em busca de um só objetivo: o desenvolvimento. Sachs (1989) diz que, neste momento, passa a prevalecer a idéia do mundo como uma arena econômica, onde o tempo passa a ser linear, medido apenas em termos de regresso ou progresso, privilegiando-se o futuro, ou no máximo, o presente, em detrimento ao passado, e onde os que estão “à frente” mostram o caminho. A metáfora do desenvolvimento funciona através de relações

²² “Greater production is the key to prosperity and peace” (TRUMAN apud SACHS, 1989:2).

comparativas: assim como um fruto imaturo só é reconhecido enquanto imaturo quando comparado com um fruto maduro, também os países subdesenvolvidos são assim considerados frente a outros países, considerados desenvolvidos, em especial, os Estados Unidos.

Ao fim da Segunda Guerra, os EUA tinham condições concretas para assumir a liderança política e econômica mundial, uma vez que a Europa ainda se recompunha dos estragos da guerra. E para barrar o avanço do comunismo – que se apresentava como alternativa ao sistema capitalista – e ampliar o mercado consumidor de seus produtos, era necessário melhorar as condições econômicas das regiões “subdesenvolvidas”, além de impor a todos a necessidade de se adequar aos valores e objetivos americanos. Assim, “the hegemony of the West was logically included in the proclamation of development” (SACHS, 1989:4), sendo este desenvolvimento nada mais do que a projeção do modelo de sociedade americano.

O conceito de desenvolvimento foi emprestado da biologia, onde significava um processo de maturação, algo como o desenvolvimento de uma flor, por exemplo, um processo constante e irreversível, até chegar a seu estágio final. Porém, desde 1800, aproximadamente, a palavra tem sido utilizada como um conceito intransitivo, um processo histórico, mas que abarcava apenas a exploração econômica de recursos tais como a terra, os minerais e a madeira. A mudança conceitual ocorreu a partir do discurso de Truman, onde desenvolvimento passou a ter um outro significado: trata-se de um projeto, comandado por planejadores, para remodelar a sociedade e “acelerar” a sua maturação em algumas décadas. (SACHS, 2000: 5)

Foi também durante a Segunda Guerra que ocorreu uma outra inovação conceitual, com a idéia de “prougresso cultural” sendo absorvido pela mobilização econômica, estendendo o conceito de desenvolvimento para todos os níveis da civilização, incluindo não só a exploração de recursos; agora, também a sociedade como um todo e os indivíduos podem ser mensurados pelos níveis de produção.

O desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico, compreendido como a passagem de uma economia tradicional, eminentemente agrícola, para outra moderna, industrializada, favorecida por um processo de expansão quantitativa, por um contínuo progresso científico e tecnológico, aplicado à produção para fazer aumentar a produtividade, crescer o

montante do capital e o PNB - Produto Nacional Bruto. (RIZZOTTO, 2000:71).

Esta é a idéia do desenvolvimento, onde a essência de uma sociedade consiste nas relações funcionais de acumulação de coisas. A visão de mundo economicista obscurece todas as outras realidades possíveis, prevalecendo as leis econômicas sobre as leis sociais. Percebe-se presente a “ideologia do vazio”: o capitalismo não compreende, em sua lógica, modos de vida que possuem temporalidades distintas da sua. Assim, todos que não podem ser classificados segundo suas categorias simplesmente não “existem”. Territórios ocupados por populações não inseridas na dinâmica do capital são considerados vazios, frente a difusão de uma idéia de progresso que corresponde somente aos grandes projetos industriais. Com isso, as sociedades do Terceiro Mundo não são vistas como diferentes modos de vida, mas como sociedades rumo a um progressivo desenvolvimento, mensurado de acordo com as distâncias econômicas entre estes países e os países hegemonicamente dominadores.

E, para justificar a industrialização a todo custo, fez parte (e ainda faz) da estratégia de implantação dos grandes projetos capitalistas a colocação da crença de que os empreendedores são os portadores de uma mudança social: a população é vista como atrasada, a região estagnada e o empreendimento será o portador do progresso para todos. Assim, as mudanças negativas são vistas como pequenos prejuízos necessários para tal progresso e qualquer resistência é lida como uma resistência ou obstáculo à mudança social. Uma atitude corriqueira na implantação de grandes projetos é a não consideração das comunidades envolvidas como atores políticos, e sim a naturalização desta mesma população junto com o meio físico (VAINER, 1993).

Em praticamente todos os estudos de previsão e avaliação de impactos ambientais de grandes projetos temos uma divisão fundamental: a *ação impactante* e o *objeto impactado*. De um lado o projeto, o empreendimento, o empreendedor; de outro lado, *a região afetada, o meio ambiente impactado, a população atingida*. Na verdade, de um lado um *sujeito de ações*, de outro lado *o objeto, alvo ou campo de exercício destas ações [...]* a *população*, suas formas de existência social e as formas vigentes de sua relação com o *seu meio ambiente* vêm-se reduzidas a *meio ambiente de obra*. (VAINER, 1993: 562-3, grifos do autor).

Também a idéia da pobreza numa escala global, tal como temos hoje, apareceu pela primeira vez depois da Segunda Guerra Mundial. Obviamente, em toda sociedade há coisas sendo produzidas, distribuídas e consumidas, mas nem toda sociedade que possui uma atividade econômica é necessariamente dominada pela economia. Entretanto, desde a década de 50, a frugalidade das comunidades tradicionais - onde não predomina o desejo de acumulação e as necessidades do dia-a-dia são supridas por uma produção de subsistência, não voltada para o mercado capitalista - é englobada no conceito de pobreza. Aqui, o termo escondia, a princípio, um modo de vida tradicional e auto-suficiente que, destituída de sua base de sustentação - a perda das florestas ou das terras - pela expansão capitalista, acaba por se ver na miséria.

Agora prevalecem os critérios econômicos; tradições, hábitos e todos os aspectos culturais peculiares dos povos considerados subdesenvolvidos são postos de lado e chamados de pobres. Ali, na perspectiva hegemônica, estão os povos sem história, que vivem em “estado de natureza”, em estágios inferiores de um mesmo *continuum* onde no ápice do desenvolvimento estão a Europa e, principalmente, os EUA. A pobreza, deste momento em diante, definiria todos aqueles que não estavam de acordo com a idéia geral acerca do que os indivíduos deveriam ou queriam ser, em uma perspectiva de cunho economicista.

No entanto, não se tem um conceito claro sobre o que é a pobreza, evitando-se, deste modo, mencionar a dimensão política e social dos processos de interação social, sem questionamentos em relação ao fenômeno da desigualdade, face à lógica capitalista. Com isso,

[...] a naturalização da pobreza [...] corresponde ao desconhecimento de sujeitos sociais, especificidades culturais e contextos sócio-políticos. Temos a transformação da pobreza num objeto em si, descolada das relações societárias. (RIBEIRO, 2001:73).

No fim dos anos 60, tornou-se claro que a conjunção de crescimento econômico com o progresso social não funcionava. Foi o então presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, em 1973, quem assumiu publicamente esta conclusão, ao mesmo tempo em que propunha novas alternativas para promover o desenvolvimento:

rapidamente, fenômenos tais como o desemprego, a pobreza, a injustiça e a degradação ambiental foram transformados em problemas que deveriam ser resolvidos com estratégias especiais de desenvolvimento. Assim, ao invés de se abandonar a idéia de desenvolvimento, o seu campo de ação era alargado, a cada nova crise. De tal modo, a questão do crescimento econômico é colocada como condição a priori para a solução dos problemas sociais, desviando o foco das relações de exploração e dependência entre exploradores e explorados, ou seja, a dinâmica necessária para a manutenção do processo de acumulação capitalista. (RIZZOTTO, 2000: 77).

Destarte, desenvolvimento se tornou uma expressão não muito clara, mas que podia expressar qualquer coisa, uma vez que

[...] he who pronounces the word denotes nothing, but claims the best of intentions. Development thus has no content, but it does possess a function: it allows any intervention to be sanctified in the name of a higher, evolutionary goal. (SACHS, 1989:7).

Sempre que aplicado, o conceito deixa implícito que há aqueles que podem mostrar o caminho para os mais atrasados, pois estão na frente, o que sugere um plano de ação a ser seguido. Mesmo sem explicitar o crescimento econômico, a palavra evoca noções de universalidade e progresso.

Em diversos momentos de nossa história nacional, podemos constatar a incorporação da noção de desenvolvimento como substrato teórico para as políticas governamentais. Por conseguinte, tanto no Brasil como em outros países, os acontecimentos a partir da década de 50 levaram a acreditar que era possível um desenvolvimento auto-suficiente e autônomo. Com isso, ocorreram várias modificações no país: houve um intenso desenvolvimento industrial e urbano - com a criação embrionária das metrópoles brasileiras e a mudança de poder do campo para as cidades - e a criação de um mercado interno. E este modelo desenvolvimentista, principalmente nos anos 60, provocou a intensificação do movimento rural-urbano, sendo esse êxodo uma das principais causas do crescimento acelerado e desordenado das cidades, sobretudo as da região Sudeste, privilegiada quanto aos incentivos públicos para a instalação de indústrias. Desta

forma, foi possível perceber nestes locais o aumento gradual da pobreza, violência interpessoal, criminalidade e insalubridade.

6.3 O FIM DO “DESENVOLVIMENTISMO” E UM NOVO RURAL

Se no período anterior a industrialização era vista como o motor propulsor do desenvolvimento brasileiro, tanto no campo quanto na cidade, foi a partir da década de 80 que a idéia de desenvolvimento, tal como proposta em 1949, tornou-se obsoleta, por conta das mudanças ocorridas na estrutura econômica, nos Estados nacionais e das evidências de que o modelo de desenvolvimento até então adotado não podia ser universalizado, sob pena de esgotamento dos recursos naturais do planeta e do aumento da desigualdade entre países do Norte e do Sul.

Neste contexto, é propagado o processo de desterritorialização do capital e a difusão de um modelo único de planejamento, onde os projetos políticos são voltados a facilitar as decisões do capital internacional na escala local e o poder de disposição sobre os recursos materiais e institucionais passa a situar-se naqueles atores dotados de maior mobilidade espacial, ou seja, o capital transnacional, que fica livre para chantagear o Estado com o fantasma da crise local, do desemprego. A idéia geral é de que a instalação de indústrias sob certas condições e a flexibilização das normas propiciem ganhos futuros para a localidade, prevalecendo, ainda, a idéia de que o melhor e mais rápido meio de se alcançar o desenvolvimento social é buscando o crescimento econômico, mascarando-se os impactos sociais e ambientais que são aprofundados na aplicação desta ideologia.

No campo, a implantação de novas técnicas propiciou a valorização, e conseqüente concentração de terras, e a subordinação das atividades agropecuárias ao capital industrial, o que intensificou o movimento de êxodo rural. Ainda que a ocupação agrícola continue a ser a única alternativa para grande parte da população rural – especialmente para os mais pobres – houve o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural. Mas, mesmo estas atividades, ainda que propiciem uma renda um pouco maior que as atividades agrícolas são, em grande parte, serviços precários, de baixa qualificação e ainda insuficientes para toda a parcela populacional que se torna excedente por conta do progresso tecnológico e que não

encontra automaticamente outras ocupações, agrícolas ou não-agrícolas, onde possa se engajar (GRAZIANO DA SILVA, 2001).

As transformações globais observadas nas últimas décadas apontam para um novo estágio de paradigma, onde se observam algumas rupturas com o contexto moderno, que fornecem as principais características da pós-modernidade, como a perda de confiança nas grandes narrativas centrais da modernidade, que é substituída pela ênfase na ambivalência e na incoerência; e a democratização das formas de produção e difusão do conhecimento que antes eram privilégio dos grupos dominantes. Neste contexto, podemos observar uma crescente importância da pluralidade e da alteridade nas relações sociais, o que leva a uma valorização do ambiente rural e de suas novas identidades.

Para Moreira (2005a), tanto a relação urbano/rural e o “novo rural” que emergem devem ser pensados através da construção de identidades. Considerando a construção identitária como um processo contínuo, sempre em transformação, onde o que se vê é uma cristalização deste processo em determinados momentos e por determinados motivos, vemos então que a relação entre urbano e rural - bem como a definição do que compreendem essas duas categorias - não se trata de um processo essencialista, como fazem crer as teorias positivistas, mas de constantes transformações, hibridizações. No período desenvolvimentista, tinha-se a visão do meio rural como um espaço culturalmente uno e imutável, associado às comunidades agrárias tradicionais. E neste sentido, onde o rural tradicional é sinônimo de atraso e de primitivismo, e os valores burgueses urbanos são estendidos a todos, vistos como universais, é que se pode falar em uma “urbanização do rural”, onde se dá o processo “civilizatório de conquista do selvagem”. Segundo o autor (2005b), na modernidade burguesa,

[...] os pólos construtores de identidades estiveram sediados na indústria e na cidade. Desses pólos emergiram a atribuição de sentidos. Tais pólos foram os mais valorizados e carregaram poderes assimétricos nas instâncias econômicas, políticas e culturais das sociedades capitalistas. O rural subalterno que emerge dessa assimetria tem como pólo hegemônico e referencial o poder emissor de sentido da indústria e da cidade. É nesse sentido que as imagens hegemônicas do rural, em oposição aos sentidos atribuídos ao urbano carregam as noções de agrícola, atrasado, tradicional, rústico, selvagem, incivilizado, resistente a mudanças, etc. (MOREIRA, 2005b:19).

Segundo Alentejano (2000), embora o campo tenha seu modo de vida e seu significado alterado por conta do processo de industrialização e urbanização, ainda assim é um espaço que possui uma natureza distinta do urbano: enquanto este refletiria relações mais globais, o rural seria o *lócus* das relações mais vinculadas à terra e ao território, não relacionado somente às atividades agrícolas. Já Almeida (2002) chama a atenção para o conceito de território para se pensar a relação rural-urbano no contexto atual. A hipótese defendida é que a abertura de uma comunidade rural frente ao mundo globalizado reforçaria os laços de identidade do grupo.

A construção de identidades se dá na relação com os outros, na partilha de valores – consciente e voluntária – de um determinado grupo, em uma relação de alteridade com outros segmentos sociais, ou seja, em uma mobilização coletiva em prol de alguns objetivos. Assim sendo, a identidade aparece como um recurso estratégico utilizado pelos grupos na disputa pela criação da realidade social. Em oposição às noções de urbano e de urbanidade hegemônicas, são construídas as identidades rurais, definindo e delimitando os estilos de vida e os valores a estas associadas.

A natureza que se concebe como rural, por sua localização territorial e por suas potencialidades ecossistêmicas, é uma realização da cultura; os valores culturais que se concebem como rurais são realizações da cultura hegemônica (metropolitana, citadina e globalizada), que constrói um outro não-hegemônico (o rural e o agrícola) sob o seu domínio e, o rural que desaparece não é o rural, mas sim o rural da consolidação da modernidade burguesa. Em seu lugar emerge um novo rural, da pós-modernidade, para alguns, e da alta modernidade, para outros. (MOREIRA, 2005a:16).

Neste novo contexto, o novo rural que emerge seria um espaço tecnificado, industrializado e urbanizado, onde o agricultor tende a ter sua identidade social reescrita como “o jardineiro da natureza e como guardião do patrimônio natural e das tradições culturais, agora a serem preservadas.”

Tomemos, como exemplo, o estudo da definição das comunidades negras rurais como quilombolas. A condição de ser negro e de pertencer a um grupo antigo, com ligações ancestrais com território, traz novas possibilidades: o quilombo possibilita garantir a posse da terra. Aqui, o que está em jogo é o poder sobre apropriação dos recursos do território.

Para Acselrad, “a desigual distribuição de poder sobre os recursos configura assim as diversas formas sociais de apropriação do mundo material” (ACSELRAD, 2004:15) e, sendo o mundo material suscetível às atribuições de significados, uma determinada nomeação sobre o que seja um determinado território pode tanto reproduzir as estruturas sociais vigentes como proporcionar uma nova redistribuição do poder sobre o mesmo. Conseqüentemente, “as lutas por recursos materiais são, assim, simultaneamente lutas por sentidos culturais.” (ACSELRAD, 2004:19). Por conta disso, as comunidades negras se mobilizaram para lutar pela retomada de suas terras, afirmando a sua identidade enquanto quilombolas. Não se trata de um processo essencialista, mas de constantes transformações, hibridizações. Há o reconhecimento de uma identidade a partir de um processo histórico, com o remetimento a um passado, mas que sofre transformações para ser o que é atualmente.

No caso, a fronteira étnica não tem seus limites em critérios raciais, culturais ou ainda de nacionalidades: o componente aglutinador das novas identidades rurais é a organização política enquanto grupo que possibilita as condições necessárias para a sua reprodução econômica e cultural. E é na coexistência de tais narrativas e realidades que a ruralidade é construída, vivenciada no meio das tensões entre os processos de modernidade e modernização, no centro e na periferia, rompendo assim com a concepção essencialista de oposição entre rural e urbano. Deste modo, a relação rural-urbano tende a se refazer, re-criando novos conflitos em um espaço que não é de todo urbano nem de todo rural.

7 CONCLUSÃO

Buscamos, aqui, apresentar as relações entre as trajetórias de vida de um certo grupo social e o modelo de desenvolvimento adotado no Espírito Santo, a partir da segunda metade do século XX, procurando mostrar um outro lado deste desenvolvimento, sob a ótica de indivíduos que foram deslocados espacialmente pela dinâmica da modernização. Apresentaremos, a seguir, uma síntese das idéias que orientaram a produção deste estudo.

Conhecemos o bairro São Benedito, em Vitória, e um grupo de moradores que ali vive. Ficamos sabendo que estes indivíduos são originários de comunidades quilombolas localizadas na região Norte do estado, numa área compreendida entre os municípios de Conceição da Barra e São Mateus e que deixaram seus locais de origem a partir de determinados acontecimentos: a instalação de plantações de eucalipto – provenientes da empresa Aracruz Celulose e de outras afins – e uma conseqüente modernização do campo. A implantação da empresa Aracruz Celulose fez parte de uma estratégia que visava romper com a dependência da economia cafeeira, sendo apresentada como a “salvação” para a estagnação que a economia estatal se encontrava.

Suas plantações de eucaliptos na região trouxeram vários impactos negativos para as comunidades tradicionais, como os quilombolas. A substituição das florestas naturais pela monocultura tirou desta população a base de sua subsistência, comprometendo também o referencial simbólico, dada a estreita ligação entre a cultura e o território.

A lógica capitalista que se estendeu por todo o território acentuou o processo de grilagem das terras ocupadas pelas comunidades, provocando a expropriação dos quilombolas de seus locais de origem, por meio de processos de venda e tomada das terras, sob uso de coerção e de forma ilícita. Ao se tirar a terra e os meios de produção, os indivíduos foram forçados a migrar para as periferias das cidades próximas e da região metropolitana de Vitória, em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Assim, vieram parar no São Benedito.

Podemos dizer que as últimas décadas do século XX no Espírito Santo foram marcadas por profundas transformações na sua estrutura produtiva e na dinâmica espacial de seu território, onde a decomposição da base de acumulação primário-exportadora deu lugar a uma estrutura urbano-industrial. E o processo de modernização da economia estadual adotado vai influenciar diretamente o aparecimento de um novo modelo de ocupação do espaço, caracterizado, no campo, pela concentração fundiária, pela mudança no padrão das atividades e das relações de trabalho e pelo conseqüente esvaziamento da área rural capixaba.

Não restam dúvidas que o processo industrial atraiu um grande contingente de migrantes, mas principalmente em relação aos migrantes internos, a origem do êxodo está na desarticulação da estrutura rural (com a anulação do pequeno proprietário, a rápida concentração de terras e a expansão de atividades poupadoras de mão-de-obra, como a pecuária e a silvicultura). Deste modo, os fatores de expulsão se destacam como os mais importantes dentre aqueles que propiciaram a migração interna capixaba. E, ainda, a concentração de grande parte das atividades industriais na Grande Vitória acelerou o processo migratório, uma vez que esta era a única região em todo o estado que podia oferecer alguma perspectiva de trabalho.

A dinâmica populacional trouxe à tona a fragilidade do modelo de desenvolvimento adotado, que teve sua implementação justificada por objetivos tais como reverter a estagnação da economia capixaba e combater as desigualdades regionais. Mas a incapacidade da economia urbana de absorver a mão-de-obra migrante e a falta de infra-estrutura provocaram o surgimento de favelas, o agravamento do desemprego e da pobreza.

No entanto, tais impactos negativos do desenvolvimento são geralmente ocultos sob os argumentos de progresso social e modernidade. Vimos que as transformações do território resultam tanto de pressões econômicas concretas quanto de ideologias, que legitimam o avanço de uma dinâmica capitalista, excludente para a maioria e nas mãos de poucos, sobre todo o território possível. É o que Santos (2005) chama de “psicosfera”, palavras de ordem de construção distante que agem localmente sobre as pessoas, justificando ações em prol de um “bem comum” um tanto abstrato.

No Espírito Santo, isso não é diferente. As grandes empresas – mesmo as que poluem, as que degradam o meio ambiente e as que estimulam a desigualdade social – se apóiam em grandes estratégias de marketing para mascarar seus efeitos negativos. Por isso, este trabalho objetivou ouvir o outro lado desta história, o lado das pessoas comuns, dos impactados pelos Grandes Projetos, despossuídos de seus modos de vida em prol do modelo hegemônico de desenvolvimento.

Obviamente, a abordagem deste trabalho é limitada e deve ser retomada em um plano maior e mais detalhado. A curta experiência de campo e o número limitado de entrevistas não nos autorizam tomar seus resultados como representativos de uma totalidade geral: o objetivo é dar visibilidade para um pequeno recorte deste contexto. Ao mesmo tempo, este trabalho não deve ser entendido como uma simples negação do processo de industrialização e modernização, mas como uma problematização do senso comum, segundo o qual o desenvolvimento é sinônimo de melhoria das condições de vida da população.

Neste sentido, dar visibilidade aos quilombolas do São Benedito - compreender um pouco sobre suas histórias de vida e tentar relacioná-las a um contexto maior - nos leva à difusão de um conhecimento sobre as conseqüências do modelo de desenvolvimento adotado, contribuindo para repensar criticamente a ideologia do desenvolvimento. Pois, como nos diz Castoriadis;

[...] o conhecimento pode nos ajudar em muito se nos tornar capazes de denunciar e destruir a ideologia racionalista, a ilusão da onipotência, a supremacia do cálculo econômico, o caráter absurdo e incoerente da organização 'racional' da sociedade, a nova religião da 'ciência', a idéia do desenvolvimento pelo desenvolvimento. [...] O que podemos fazer é destruir os mitos, os quais, mais que o dinheiro e as armas, constituem o mais formidável obstáculo ao caminho de uma reconstrução da sociedade humana (CASTORIADIS, 1987: 158).

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Fundação Heinrich Böll, 2004. 294 p.

ALENCAR, C. M. M. de, MOREIRA, J. M. Campo e cidade metropolitanos: uma noção inteira para pensar o desenvolvimento humano contemporâneo. In: MOREIRA, J.M. *Identidades sociais. Ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 256 p.

ALENTEJANO, P. R. O que há de novo no rural brasileiro? *Revista Terra Livre*, São Paulo, nº 15, p. 87-112, 2000.

ALMEIDA, A. W. B. de. Refugiados do desenvolvimento. Os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. *Travessia – a revista do migrante*, Rio de Janeiro, nº 25, mai/ago, 1996.

_____. Os quilombos e as novas etnias. In: O' DWYER, E. C. (org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2002. 292 p.

_____. Terras tradicionalmente ocupadas. Processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, vol. 6, nº 1, p. 9-33, 2004.

ARAÚJO, F. G. B. de, VAINER, C. B. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992. 86 p.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESPIRITO SANTO. *Autos da CPI*. Comissão Parlamentar de Inquérito. Vitória: 2002.

BECKER, B. K. *Norte do Espírito Santo: região periférica em transformação*. Tese (Livre-docência). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1969.

BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, E. *El nuevo espíritu del capitalismo*. Madrid: Akal, 1999. 620 p.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 322 p.

_____. Que és lo que hace uma classe social? Acerca de la existencia teorica y práctica de las clases. *Revista Paraguaya de Sociologia*, nº 89, p. 7-21, abril, 1994.

BRASIL. *Código Tributário Nacional*. Lei 5.172/66. 12 ed. São Paulo: Editora Riddel, 2006.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 39 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971. 284 p.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, nº 11, 1998.

CARRIL, L. F. B. Trabalho e excedente econômico: remanescentes de quilombos no Brasil. *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, vol. VI, nº 119, p. 1-9, 2002;

CASTIGLIONI, A. H. *Migration, urbanisation et development: le cas de l'Espírito Santo – Bresil*. Tese (Doutorado em Demografia). Institute de demographie, Université Catholique de Louvain, Louvain, 1989.

CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do labirinto II: os domínios do homem*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987. 466 p.

CELIN, M. F. *Migração interna no Espírito Santo, 1940-1980*. Dissertação (Mestrado em Demografia). CEDEPLAR, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1982.

COHRE. Lavoura de eucalipto prejudica população tradicional. *Quilombol@*, nº 3, maio, 2005.

DALCOMUNI, S. M. *A implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo – principais interesses em jogo*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Itaguaí, 1990.

DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1998. 169 p.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, Curitiba, nº 24, p. 213-226, 2004.

DURÁN, F. E. Viejas e nuevas imágenes sociales de ruralid. *Estudios Sociedad e Agricultura*, Rio de Janeiro, nº 11, p. 76-98, 1998.

ENTREVISTAS concedidas a Juliana Freitas Salomão, como parte do trabalho de campo integrante desta dissertação, entre janeiro / 2005 a maio / 2006.

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL.
Relatório DESCES: Violação de direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais na monocultura do eucalipto - A Aracruz Celulose e o estado do Espírito Santo, Brasil. Vitória: FASE, 2002.

FERRAO, J. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. *EURE*, Santiago, vol. 26, nº 78, p. 123-130, 2002.

FERREIRA, S. R. B. *Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2002.

FERREIRA, M. de M, AMADO, J. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005. 277 p.

GAUDEMAR, J. P. de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editorial Stampa, 1977. 279 p.

GEERTZ, C. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 2004. 366 p.

_____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos & Científicos, 1989. 323 p.

GIACOMIM, J. *Intervenção urbana: espaços e habitantes*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

GONÇALVES, M. T. *Política florestal e interesses agro-industriais no Estado de Minas Gerais: um estudo do Instituto Estadual de Florestas – IEF*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990.

GOLGHER, A. B. *Fundamentos da migração*. CEDEPLAR, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Estudos avançados*, vol.15, nº 43, p.37-50, 2001.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 219 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos agropecuários 1950*: Espírito Santo. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

_____. *Censos agropecuários 1960*: Espírito Santo. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

_____. *Censos agropecuários 1970*: Espírito Santo. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. *Censos agropecuários 1980*: Espírito Santo. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

_____. *Censos agropecuários 1996*: Espírito Santo. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

_____. *Censos demográficos 1940*: Espírito Santo. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

_____. *Censos demográficos 1950*: Espírito Santo. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

_____. *Censos demográficos 1960*: Espírito Santo. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

_____. *Censos demográficos 1970: Espírito Santo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. *Censos demográficos 1980: Espírito Santo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES. *Movimentos migratórios no estado do Espírito Santo, 1986-1991*. Coordenação de Ciência e Tecnologia, Governo do estado do Espírito Santo, Vitória, 2003;

_____. *Perfil regional do Espírito Santo*. Disponível em: <http://www.ipes.es.gov.br/follow.asp?urlframe=perfil/index_regioes.htm>. Acesso em: jun / 2005.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001. 145 p.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 178 p.

_____. Problemas de sociologia rural. In: MARTINS, J. de S. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981. 224 p.

_____. Perspectivas da sociologia rural. In: MARTINS, J. de S. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981. 224 p.

LOJKINE, J. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981. 359 p.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. *Revista Terra Livre*, São Paulo, nº 19, p. 95-113, 2002.

MARTINE, G. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectivas e perspectivas para o fim do século. *Revista brasileira de estudos populacionais*, Campinas, vol. 11, nº 1, p. 45-59, 1994.

MARTINS, J. de S. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997. 231 p.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1989. 138 p.

MENDONÇA, E. M. S. Uma descrição cronológica do desenvolvimento urbano de Vitória. *Revista Instituto Jones Santos Neves*, Vitória, vol. 4, nº 2, p. 31-55, abr/jun, 1985.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Relatório técnico consolidado de identificação e delimitação das terras dos remanescentes de comunidades de quilombo do Córrego do Angelim – município de Conceição da Barra – ES*. Relatório final. Fundação Cultural Palmares. Brasília, 2004.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Temas conflituosos relacionados à expansão da base florestal plantada e definição de estratégias para minimização dos conflitos identificados*. Relatório final de consultoria. Programa Nacional de Florestas, Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Brasília, 2005.

MONTE-MÓR, R. L. de M. *Gênese e estrutura da cidade mineradora*. Texto para discussão nº 164. CEDEPLAR, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2001.

MOREIRA, J.M. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: _____. In: *Identidades sociais*. Ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 256 p.

_____. Vivências de ruralidades no curso de Mestrado de Desenvolvimento Agrícola, 1976-1983. In: _____. In: *Identidades sociais*. Ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 256 p.

MOTTA, N. C. *As conseqüências da implantação do projeto Aracruz Celulose sobre a estrutura econômica da região de Linhares-ES*. Dissertação (Mestrado em Geociências e Meio Ambiente). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1982.

O' DWYER, E. C. (org.), *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2002. 292 p.

PAULA, A. M. N. R. de, CLEPS JÚNIOR, J. Migrações internas no sertão das gerais: "a esperança de melhoria de vida". *Unimontes científica*, Montes Claros, v. 4, nº 2, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. *Projeto Terra: Pesquisa sócio-organizativa – Poligonais 1,2,3*. Vitória, 1999.

_____. *Índice de qualidade urbana (ICQ). Bairros de vitória – 1991 e 2000. Relatório final.* Vitória, 2004.

RIBEIRO, A. C. T. A face social da mudança econômica: funções da pobreza. In: BARROS, F. (org.). *As estratégias dos bancos multilaterais para o Brasil.* Brasília: Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2001. 492 p.

RIZZOTTO, M. L. F. *O Banco Mundial e as políticas de saúde no Brasil nos anos 90: um projeto de desmonte do SUS.* Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SACHS, W. (org.). *Dicionário do desenvolvimento – Guia para o conhecimento como poder.* Petrópolis: Vozes, 2000. 399 p.

_____. *On the archaeology of the development idea: Six essays,* University Park PA, Pennsylvania State University, Science, Technology and Society Program, 1989.

_____. The rise and decline of an ideal. *Wupperdal papers*, nº 108, 2000.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. 157 p.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. C.; CARVALHO, M. C. P. de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Revista Ambiente & Sociedade*, nº 10, p. 5-25, 2002.

SINGER, P. *Economia política da urbanização.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1977. 152 p.

SIQUEIRA, M. da P. S. *Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória, 1950-1980.* Tese (Doutorado em História Econômica), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

_____. Vitória: além de seus limites. *Revista Instituto Jones Santos Neves*, Vitória, vol. 7, nº 1, p. 9-21, 1995.

THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 385 p.

VAINER, C. B. Planejamento e questão ambiental: qual é o meio ambiente que queremos planejar? In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 5, 1993, Belo Horizonte. *Anais...*, MG: ANPUR, 1993. 2 v, p. 540-563.

_____. A violência como fator migratório: silêncios teóricos e evidências históricas. *Travessia – a revista do migrante*, Rio de Janeiro, nº 25, 1996.

_____. Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. In: CARLEIAL, A. N. (org). *Transições migratórias*. Rio de Janeiro: Edições IPLANCE: 2002. 195 p.

ZANOTELLI, C. L. A migração para o litoral: o caso dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica do Tubarão (CST). *Revista Geografares*, Vitória, vol. 1, nº 1, p. 29-40, jun, 2000.

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM MORADORES DO BAIRRO SÃO BENEDITO

Colocamos aqui uma das entrevistas realizadas com os moradores do bairro São Benedito durante o período de confecção da pesquisa, a fim de sinalizar como foram tomados os depoimentos, a partir da metodologia adotada. Lembramos que, para preservar os entrevistados, omitimos seus nomes verdadeiros, bem como seus endereços. Esta foi a primeira entrevista formal (com o uso do gravador) realizada com dona Ana, 88 anos e sua filha Nicete, de 66 anos.

[...]

Dona Ana – Aí começaram a comprar terra dos outros. Muita gente fez isso mesmo, pegou terra dos outros, vendeu pra Aracruz. Vendeu barata demais, não deu pra nada, nossa terra era grandona...

– É?

Dona Ana. – Grandona mesmo.

– Vocês moravam lá na roça?

Dona Ana – Nós morava na roça.

– E era perto de D. Nila, era né? Ela falou que era...

Dona Ana – É, é, era, não era longe não. Nila era mesma gente, ela era minha cunhada, era casada com um irmão meu.

– Morava muita gente conhecida lá perto? Era todo mundo conhecido na comunidade?

Dona Ana - Ela agora trabalha, ela mora aqui, mas lá, ela vai na terra dum irmão dela, que ela vai.

– E vocês trabalhavam na roça, D. Ana? Como é que era?

Dona Ana - Na roça era serviço mesmo, era serviço de... De homem. Nós trabalhava na roça, capinava, nós plantava, nós criava as criação, nós tinha as nossa criação. O terreno era grandão, nosso terreno era grandão, não era um pedacinho de terra só pra fazer uma casa não. Era terreno que dava pra criar gado, galinha, porco, tudo.

– Aí quase não ia na cidade, né.

Dona Ana - Nós ia na cidade, sim.

Nicete – Ia sim.

Dona Ana – Nós ia na cidade sim. Nós ia em São Mateus e Conceição da Barra, nós morava lá naqueles meio pra lá.

Nicete – Chamava Angelim, né mamãe?

Dona Ana – Nós ia.. Nós tinha... O que nós plantava, dava pra nós colher, dava pra nós passar, era uma porção de gente, família grande. E dava pra vender, só que a gente vendia barato, né. Nós tinha pouco, mas dava pra viver. Mas dava pra nós viver. E sobre criação, nós só comprava mesmo é carne, essas coisas, é peixe, essas coisas. Nós tinha criação, criação comia também. Nós trabalhava! Roça grande, roçona grande, mandioca, tinha tudo quanto é planta lá. Tinha tudo quanto era planta. Era abóbora, era melancia, era feijão, em outros lugares tinha café, e...

– E a terra era de quem, era de vocês mesmo? Passou de pai pra filho?

Dona Ana – A terra era nossa mesmo.

Nicete – Era nossa.

Dona Ana – Nós trabalhava pra nós. Não era terra de patrão não.

- Não era de estado, essas coisas?

Dona Ana – Não. Era nossa.

Nicete – Pior que quem comprou...

Dona Ana - Era tudo medido.

Nicete – De meu pai, não pagou né, mamãe.

Dona Ana – Nós tudo... A terra foi medida, foi comprada, nós pagava um... Como é que se diz?

– IPTU, é?

Dona Ana – É, nós pagava.

- E vocês tinham título, tudo certinho? Assim, título de propriedade, essas coisas?

Dona Ana – A gente tinha título, porque a gente votava lá na Barra, né. Era tudo certinho, tudo certinho, nosso terreno, muita gente morava lá.

– E como é que foi? Seus pais moravam lá antes aí, era a terra dos pais deles, ou vocês compraram a terra de alguém? Como é que foi?

Dona Ana – Não. Não. Meu pai comprou a dele, depois, depois que criou nós, os filho casou, cada um comprou o seu pedaço, o seu terreno. É menina, era terra mesmo, que lá tinha aquele mundão de terra, aí a gente ia na prefeitura, comprava aquelas terra.

– Ah, comprava na prefeitura?

Dona Ana – É.

– Pensei que comprasse de outra pessoa, que já morasse lá e tudo...

Dona Ana – Não. Comprava lá. Porque tinha o prefeito que dizia que era dono da terra, né. Dono assim porque ele tinha pra vender os terreno, né. Aí a gente comprava da mão dele. Aí vinha, tirava aquele tanto pra cada um, o que quisesse, aí a gente ia pagando, todo ano a gente pagava. Pagava a terra como a gente comprou este terreno: compremo, paguemo na mão de quem compremo e ficamos todo ano pagando este terreno assim.

Dona Ana – Os terreno lá, era uns terreno bom, terra boa, tudo se plantava, até fruta, até caroço de fruta que caia no chão e nascia dava. Você plantava pé de coco, o coco carregava, dava uns coco! Pegava assim dava pra encher... um vaso de um carrinho de quem vende coco. Antes, era laranja no mesmo tempo, tinha aqueles pezão. As laranjeiras eram tudo grande, agora é miúda, né. Agora vocês vêem por aí tudo miúda as laranjeiras. As laranjeira que nós usava, cafezal, era tudo grande que você. Era tudo grande, você subia no pé de café pra colher o café.

– É mesmo?

Dona Ana – Subia no pé de café.

– E hoje lá?

Dona Ana – Hoje é tudo pequinininho! Mas acho que lá ainda tem cafezal.

– Vocês plantavam café também?

Dona Ana – Plantava.

– E vendia o café ou era só pra vocês?

Dona Ana – Vendia, vendia tudo. Pilava no pilão, quem tinha moinho pilava no moinho, quem não tinha pilava no braço, dois, três sacos de café pilava e vendia. Plantava cana, fazia rapadura, fazia açúcar de cana, aí vendia também. Tudo no braço. Mandioca também era no braço, quem tinha bulandeira de boi, moia, quem não tinha era no braço, na roda de braço. Fazia dez, quinze, vinte sacos de farinha.

– E os vizinhos, eles faziam da mesma forma, ia todo mundo vender também?

Dona Ana – Nós tudo que morava na roça fazia isso. Aí fazia, vendia, ia à festa, tinha festa em casa também, tinha bastante coisa em casa pra comer, graças a Deus! Tinha bastante!

[...]

– Aí tinha festa? Como era?

Dona Ana. – É. Aqueles amigo, aqueles parente.

– Festa de roça é boa, né.

Dona Ana. – É. A gente matava um boi pra comer. Aquelas festas lá fazia de um dia pra outro, de sábado pra domingo, a noite toda. Uma hora assim já tava começando. Fazia umas panela grande assim, ó.

– Juntava todo mundo né?

Dona Ana. – Todo mundo. E a gente também, quem podia tinha a sua casinha, de barro, de estuque, mas era de telha, tinha assoalho. Nós vivia assim, nossa casa era de estuque, mas era de telha, de assoalho.

– E seus filhos moravam todos perto? A senhora já tinha filho grande nesta época?

Dona Ana. – Quando eu vim pra cá eu trouxe doze. Doze filhos, morava todo mundo em casa.

– Ah, não tinha ninguém casado não, né?

Dona Ana – Tinha cinco menino homem, já rapaz, rapaz de doze, quinze, dezesseis anos. E sete mulher, que eu tenho. Essa aqui é a mais velha. Essa aqui, e outra mais velha, foi quem ajudou a criar os outros, meu marido morreu, ajudou a acabar de criar os outros.

– Seu marido morreu lá no norte?

Dona Ana. – Ele morreu aqui em Vitória. Ele adoeceu lá, aí eu tinha...

– Ele adoeceu de que? Qual doença?

Dona Ana – Eles não falava não, né, o médico, mas eu acho que ele morreu, é que nesta época a gente não sabia, mas foi câncer. A doença dele foi na bexiga.

Nicete. – Próstata né, hoje em dia que a gente sabe.

Dona Ana – Mas naquela época a gente não... Já tem uns 38 anos, né..

– Mas foi ele quem vendeu a terra?

Dona Ana – Quando ele ficou doente, eles começaram a ir lá comprar as terras. Aí um falava que vendia, outro que não, aí um falava que vendia, outro que não. Aí foi ficando, ele morreu, o pessoal falava de vir pra aqui né, aí vieram de encontro a nós, não, foi quando ele tava doente, vieram de encontro a ele. Aí falou que vendia, aí vendeu. Vendeu.

– Quem comprou, quem foi que...?

Dona Ana – Eu não sei mais quem foi né.

– Foi o Pelé?

Nicete – Eu acho que não foi ele não. Eu não sei mais quem já tava aqui e quem tava lá, né mamãe. Aí eu nem sei quem foi.

Dona Ana – Quem comprou já morreu já.

– Mas comprou pra viver lá mesmo?

Dona Ana – Não. Comprou pra planta eucalipi. Né eucalipi?

– É.

Dona Ana – Mas que não podia mais ter mais gente nas terra lá, porque quando um... É assim, por exemplo: eu tô aqui é um terreno né, ali embaixo é outro, outro vizinho, né. Aí se aquele de lá vender, a gente aqui não podia ficar não.

– Eles falavam isso?

Dona Ana – É. Porque aqui a gente teria que ir porque serão os animal da gente ia lá no terreno dele lá. Galinha, porco, qualquer animal.

– Aí falavam que todo mundo tinha que vender?

Dona Ana – Tinha que vender. Quando um vendia outro tinha que vender. Aí eles ficavam encima da gente, de todo mundo.

– Nossa! Mas era muita gente que tava comprando, ou era?

Dona Ana – Eram três, quatro pessoas lá, mas não conhecia quem era, né.

– Era gente de fora?

Dona Ana – É, gente de fora. Vinha gente de fora, vai lá com um conhecido lá da gente e ia.

– É que nem se eu chegasse aqui agora e falasse me mostra todo mundo que eu quero comprar as terras?

Dona Ana – É.

– E o dinheiro tava pra fazer alguma coisa, o dinheiro que eles pagavam?

Nicete – Isso aqui tudo foi dinheiro do nosso suor, né.

Dona Ana – O dinheiro quase não deu, aí logo ele morreu, aí os parentes dele morava lá no interior, São Mateus, né, a mãe dele. Aí nós tinha que levar ele pra lá, pra fazenda, aquela época. Quinhentos reais pra levar ele pra lá, naquela época.

Nicete – Inda quem ajudou foi os próprio patrão, trabalhava aqui, trabalhava na Praia do Canto, aí eles que ajudavam.

– Mas vocês vieram pra cá antes de vender a terra lá?

Dona Ana – Não. As menina, umas três menina.

– Vieram pra quê, pra trabalhar?

Dona Ana – É. Foi assim, quando ele adoeceu ,eles trouxeram ele pra aqui né, porque lá não tinha médico. Aí nós viemos onde ele tava, conhecemos umas pessoa que pediam empregada, aí ele pegava e falava que tinha duas filhas que já trabalhava. Elas tavam nova, mas gente da roça trabalha mesmo, né. Aí elas vieram

aqui visitar ele, as pessoa gostou das menina, ele quando veio, ele ia na casa dessas pessoa, eles levavam ele nos médico, porque tinha carro e nós não conhecia nada aqui. Aí, elas ficaram na casa deles, dessas pessoas trabalhando, e ele passou uns dias aqui e foi embora pra roça. Depois piorou lá e tornou a vir pra cá, até que morreu.

Aí elas ficaram, quando ele morreu elas já estavam aqui empregada, ficaram logo. E eu fiquei lá. Mas eles não deixaram eu ficar lá na terra. Já tinha vendido, já tinha a palavra que tinha vendido, já tinha dado a palavra, não podia mais ficar. Aí, levaram as menina no banco, mandou pegar o dinheiro que tinha lá. Não era muito nada, não deu pra pagar não.

– Aí vocês vieram pra cá, pro São Benedito?

Dona Ana – Aí nós viemos pra cá.

– Mas porque vocês vieram aqui pro São Benedito, tão longe assim?

Nicete – Aqui era mais...

Dona Ana. – Porque tinha médico aqui pertinho.

Nicete – Aqui era mais melhor, o lugar era o mais melhor. Perto da Praia do Canto.

Dona Ana – E elas trabalhavam ali na Praia do Canto, que tava novo ainda, na beira da praia, tava novo ainda, não tava cidade velha não. Era uma cidade nova ainda. Aí na Praia do Canto tinha mais era casa de praia... É, aí elas tão lá até hoje. As que ficavam aqui, as que moravam aqui. As outra, três menina minha tão no Rio. E as que ficaram aqui, até hoje trabalham na casa das mesmas pessoas.

– Mas chegaram... Nicete, aí vocês chegaram aqui pra trabalhar, aí já conheciam gente aqui no São Benedito, na Praia do Canto?

Nicete – Não. A gente foi fazendo amizade, conhecendo, procurando.

Dona Ana – Até hoje, graças a Deus ainda moro aqui criei meus menino tudo aqui. Hoje em dia já casaram tudo. Graças a Deus não deram trabalho.

[...]

Nicete – Eu não sei se foi a Aracruz que fez isso. Nesta época ninguém, ninguém sabia que existia a Aracruz. Eu não sei se foi. Depois que a gente veio de lá, que eles fizeram a plantação de eucalipto lá e de cana que... Tem gente que até quando vem aqui compra feijão pra levar pra lá, que diz que lá não planta mais nada. Nem água tem.

Dona Ana – Como tem lá no nosso terreno, água era o rio do Angelim. Nós morava encima e andava umas distância daqui até ali, aquelas terra ali, mas... Ficou seco

assim. Tinha outro que era o rio de Santana lá no meio do Sapê lá, ficou seco assim. Lá mesmo onde uma irmã minha mora lá ainda, tem uma irmã minha que mora pra lá, secou. Aí foram na cabeceira do rio e fizeram uma usina de cana, soltaram água, aquela água suja da cana todinha neste rio, ela agora tem água encanada.

– Nossa! Tem muito parente de vocês lá ainda?

Dona Ana – Tem, tem uma porção ainda. A metade dos meus, duas irmãs lá ainda.

Nicete – Uma em Conceição da Barra, você sabe quem é, a esposa de João? Vocês conhecem. Agora a outra mora lá na roça, num sei aonde. Não sei se longe.

Dona Ana – Quem?

Nicete – Maria.

Dona Ana – É mesmo onde ela morava.

Nicete - Eu tem quase uns 20 ano que eu não vou lá!

– Você não sente saudade não?

Nicete – Eu não. Nenhuma.

Dona Ana – Pra ela ir lá, não conhece nada, nada lá.

Nicete – Acabou tudo. Sinceramente.

Dona Ana – Ela não conhece mais nada.

Nicete – Fui em São Mateus, num casamento. Mas na roça não conheço mais nada.

Dona Ana – Na roça não tem mais nada!

Nicete – Nada, nada, nada.

Dona Ana – Lá mesmo onde eu morava era um terreno bom, tinha tudo, tinha pimenta do reino, não tinha muito, mas pro gasto tinha. Tinha coqueiro, tinha laranjeira, os coqueiro carregava, tinha tudo. A gente vai lá, nem vê o lugar.

– Mas a senhora voltou lá na roça, alguma vez?

Dona Ana – Fui passear, visitar uns parente.

– Que moram lá na roça?

Dona Ana. – É.

Dona Ana. – Agora tem meus filho, tem algum que vai, Nicete que não foi.

Nicete – Não é gostar de cidade, mas o quê é que eu vou fazer lá?! Não conheço mais nada.

Dona Ana – A gente fica com pena, porque a gente chegava na roça assim, a roça era limpa de mato, mas era plantatinha, tinha umas abóboras, dava melancia, não era umazinha só não, era muita roça.

– E hoje não tem nada? O povo de lá reclama muito?

Dona Ana – O povo de lá ta tudo é na Barra. Foi todo mundo lá pra Barra, acabou com os mangues da Barra tudo fazendo casa. Algum que vendeu, que comprou um pedacinho de chão mesmo, fez uma casa, outro não fez nada, acabou o dinheiro com má influência, já outro fez uma casa, duas, aluga. Outro foi embora pro Rio, não tem mais ninguém na roça.

– E hoje não tem mais nada?

Dona Ana – Nada. Alguns que tão lá de teimoso, alguns que não vendeu a casinha. Alguns vendeu a metade da terra, deixou só um pedacinho pra morar. Aí que é que faz? Quando eles tiram os eucalipi, manda eles limpar o chão, plantar alguma coisa, planta, aí aquilo saiu, acabou, acabou. É um lugar que nem sai, que a terra é dura, porque eles judiam a terra, que joga lá uns negócio que eles joga, aí aquilo cola a terra, aí não dá pra plantar planta, planta d'água. Eucalipi ressaca a terra. Aquelas cana também resseca.

[...]

– E aqui em Vitória, vocês gostam de morar? A senhora gosta de morar?

Dona Ana – Eu gosto, graças a Deus não tô dizendo que eu me dei bem aqui? Graças a Deus eu sei andar, meus filhos também.

– A senhora criou o resto de seus filhos tudo aqui né?

Dona Ana – Criei tudo, desde que eu cheguei aqui, aqui eu estou. Quando nós chegemo aqui, encontremo esses pedacinho de terra tudo invadido, porque era invasão.

– Era invasão e vocês compraram, mesmo assim?

Nicete – É, quem morava aqui nas terra vendeu pra gente.

Dona Ana – Mas era, sabe como era? Era uns barraquinho de pedaço de tábua, não tem aqueles caixotinho de cebola? Uns pedacinho de pau, outros papelão, tinha gente até debaixo do pano, botava aquele pano grosso, sei lá o nome daquilo. Aí vendia as terra, os pedacinho de terra. Aí a gente foi melhorando.

- Vocês foram construindo, né?

Dona Ana – É. Trabalhamos hein! Trabalhamos aqui em casa!

– Todo mundo trabalhava?

Dona Ana – Todo mundo. Só eu que não trabalhava, ficava em casa, ficava tomando conta da barraca, né, fazendo comida pra eles, mas eles, tudo trabalhou novo.

– Trabalhava em que, Dona Ana?

Dona Ana – De tudo.

Nicete – Fazia de tudo ó, era quem não tava empregado, ia limpar jardim.

Dona Ana – Limpava, pintava...

Nicete – Outro que ia trabalha na feira, e por aí foi.

Dona Ana – Outro que ia carregar embrulho, de um lugar pra outro, ia carregar roupa de lavadeira, pra essas casa de rico que tinha pra lá, aquelas casa de gente que morava e dava roupa pra lavar, aí aquela lavadeira pegava aquelas criança pra carregar as roupa. Pagava uma mixaria, mas dava.

– Você sempre trabalhou pro mesmo patrão, Nicete? Com carteira assinada, tudo?

Dona Ana – Até hoje.

Nicete – Graças a Deus até hoje, semana que vem eu vou lá em Santa Tereza, na casa da avó dos menino, vai e volta, tem um sítio lá em Santa Tereza.

Dona Ana – Até hoje.

Nicete - Se for por mim, todo final de semana, eu to com eles.

[...]

Nicete – Até hoje. Eles não saiam daqui.

Dona Ana – Mas agora mesmo eles ligaram pra aqui.

– É mesmo?

Nicete – Eles não saiam daqui, mas depois que começou essa bagunça aqui no morro...

– Que bagunça?

Dona Ana – Não pode falar não.

Nicete - Ontem mesmo...

Dona Ana - Não pode falar não. Fala baixo.

Nicete – Eu falei assim, tomara que ela não venha de carro não. Aí vinha o motorista pra me apanhar aqui pra ir lá no cemitério com a avó deles, finados, né. Aí quando nós fomos descendo, aí a policia barrou o carro, viu os documento e tudo. Entendeu?

– Complicado, né.

Nicete – Muito complicado. Mas quando é a policia tudo bem. Você não pode chamar um táxi aqui, dez horas da noite, eles não deixam subir não.

– É perigoso? Mas não é nem aqui encima é? Ou é gente mais pra baixo?

Dona Ana – Daqui, eu aqui, Seu Henrique, eles não vem na casa da gente, eles não mexem com a gente.

Nicete – Deus me livre.

Dona Ana – Eles vão na casa de gente que é ligado a eles.

[...]

Dona Ana – Ela tem 5 filhos, né Nicete? Duas menina e três menino. Mas é uma bela pessoa, a patroa de Nicete. Quando nós chegemo aqui, aqui não tinha água e nem luz e nem gás. O gás era lá em Goiabeiras, e a água era lá embaixo na rua, lá embaixão.

– Tinha que descer com os baldes pra pegar água?

Dona Ana – É. E a luz, nós tinha era lampião, aí a patroa de Nicete deu um lampião a gás pra nós, e ela tinha, ela morava na praia, lá na praia, numa casa lá. Agora que tem muito apartamento, muita casa.

Nicete – Esse aqui é o sitio deles, ó.

Dona Ana – Aí ela ia lá em Goiabeiras apanhava o gás, trazia ali no pé do morro. Aí nós juntava a criançada e ia lá buscar. Aí também eu economizava o gás. Tinha fogão à lenha, cozinhava na lenha, pra deixar o gás pra quando tava chovendo. E a roupa. Quando ela não vinha de carro buscar eu e a roupa, que eu pegava lá na casa dela. E dali era longe de carro. E a mais velha casou com esse alemão lá na Alemanha, foi morar lá.

Nicete – Esse aqui é filho dela, agora vai nascer outro de novo.

Dona Ana – Nicete que criou ela.

Nicete – Esse aqui é a mais velha.

Dona Ana – Nicete que criou ela.

[...]

– Sua irmã que veio com você trabalhar lá também trabalha ainda no mesmo lugar?

Dona Ana – Trabalhava. Criou os filho dela, da patroa dela também. Todas elas. É que as outra depois que casaram, foram embora lá pro Rio.

– Foram pro Rio porque, Dona Ana? Porque casaram?

Nicete – Porque casaram, aí os marido foram tudo embora, morar lá, tá todo mundo lá.

Dona Ana – Tem uma que mora em Juiz de Fora. As patroa delas também foram pra lá, elas foram. Porque elas não eram de mudar e patroa, mudar de patroa não.

– Os meninos que eram mais difícil de conseguir emprego então?

Dona Ana – Não, graças a Deus, eles conseguiram, graças a Deus.

Nicete – Meu irmão aprendeu a trabalhar de pedreiro sozinho.

Dona Ana – Essa casa aqui foi um dos filho meu que fez. Agora eles vai e casa, todos eles.

- Mas eles trabalham com?

Dona Ana – Construção.

– Construção? Pedreiro?

Dona Ana – É. Você vê a casa deles, eles mesmo quem faz, a casa de meus cumpadi.

– Ah, que bom, né. Mas aí tava pra sustentar a casa?

Dona Ana – Graças a Deus.

Nicete – Mas agora já ta todo mundo casado, né. Graças a deus, cada um na sua casa.

– Mas quando eles eram novos, eles trabalhavam também?

Dona Ana – Trabalhava. Quando eles eram rapaz novo, não tinham casado ainda, eu não movia nada, eles que faziam tudo. Graças a deus, criei meus filhos e não me deram trabalho. Até hoje, graças a Deus.

– E vem cá, me conta essa história: tem tanta gente do Norte que mora aqui juntinho, quem chegou primeiro aqui e vou falando pros outros? Que Dona Nila disse que é ela.

Dona Ana - Ah. Dos meus parente, assim, porque ela é minha cunhada, né, o marido dela morreu, aí ela ficou viúva, do meu irmão caçula que era casado com ela. Aí ela ficou viúva, eu tinha um tio que morava aqui.

– Aqui em São Benedito?

Nicete – Lá em São Torquato.

Dona Ana – Era irmão de minha mãe, era casado com uma mulher que também veio morar aqui, né. Mas não tinha vindo por conta dessas coisas, de eucalipti. Mas Nila também quando veio ainda não tinha esse negócio de vender terra não. Aí ela ficou viúva e veio embora pra cá trabalhar. Aí quando Nila veio, ficou com meu parente. Ele é meu parente, meu vizinho, quase meu irmão ele, ele é filho de um tio meu. Aí, quando ela veio, ela tinha três filhos, meu irmão deixou ela com três filhos, ela morava junto com nós, dentro de casa com nós, com minha mãe. Aí minha mãe morreu, ela ficou junto com nós. Aí meu irmão morreu também, aí ela disse que vinha passar uns dias aqui em Vitória. Aí eu fiquei com as criança dela, eu já tinha os meus lá e meu marido ainda era vivo, escuta só. Aí, graças a Deus, toda a vida nós somo tudo unido. Aí eu fiquei com as três criança dela, depois ela apanhou o

menino, deu pra uma tia dela pra ficar tomando conta porque era muito pra mim. E eu fiquei com as duas meninazinha. Uma desse tamanho, outrazinha desse tamanho, é Matilde e Maria Angélica, que casou com o Pedro e também mora ali. Aí ela veio, ficou aqui uns tempo, aí quando meu marido morreu e arrumaram pra nós vir pra aqui. Aí ela tinha esse terreno lá onde ela mora, era uma casa de tábuas também. Aí ela casou com... Hoje ela é casada com outro né. E esse outro é lá do interior também, era vizinho nosso lá, dos parentes dela.

- É por isso que veio todo mundo pra cá? Um conhecia o outro, veio falando...

Dona Ana – É.

– Nicete já morava aqui, a Nicete e a outra?

Dona Ana – Não, a Nicete e as outras que moram no Ro, trabalhavam aqui.

– Trabalhava aqui em Vitória?

Dona Ana – É.

– Mas elas moravam onde?

Dona Ana – Elas moravam na casa das patroas, entendeu? Elas moravam na casa das patroas. Depois que elas arrumaram este barraco pra nós. A gente veio com os filhos homens e com mais quatro filhas mulheres. E elas estavam aqui em três.

[...]

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)